

ANA MARIA RODRIGUES RIBEIRO

A IMAGEM E O SILÊNCIO
O Lugar da Mulher Negra no Século XIX

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
sob a orientação da *Profa. Dra. Eva Alterman Blay*.

T
118

SÃO PAULO

1988

ANA MARIA RODRIGUES RIBEIRO

A IMAGEM E O SILÊNCIO
O Lugar da Mulher Negra no Século XIX

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento
de Sociologia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, sob a orientação da
Profª Drª Eva Alterman Blay

SÃO PAULO
1989



Foto de Cristiano Jr. in: Escravos Brasileiro do século XIX na fotografia de Cristiano Jr., S. Paulo, Ex-Libú, 1988 pag. 51.

Para Antonio Carlos Lora (Ni) que re-
solveu ir embora numa triste quinta-
feira-santa.

In memoriam

Para o Ricardo (o Andrade né mãe,aquele que tem mãos grandes de dar carinho.)

Para Dinda, minha madrinha, meu primeiro universo de convivência, primeira lavadeira observada, mesmo não sendo negra.

... se vocês, homens de Ashanti, não vão à frente, então nós vamos. Nós, as mulheres, iremos. Eu vou convocar minhas companheiras mulheres. Nós combateremos os brancos. Combateremos até a última de nós cair no campo de batalha.

Yaa Asantewa

(Rainha Ashanti (Gana) combatendo a invasão inglesa nos fins do sec. XIX, apud Abdias do Nascimento, 1980:228)

"É fio dessas negras desavergonhadas, que fica grave, depois fica comedo das sinhã porque às vezes o fio é do próprio sinhô ou do sinhô-moço, e vai largá no mato: morre pagão e vira saci. Esse negrinho é o diabo, num é gente! Quantas vezes ele num distra-
via caçadô no mato pro modo i caça nos domingo, a ponto de manhecê na mato; incrava a espingarda, distra-
via cachorro, intala cachorro dentro da to-
ca."

O Saci Perere, pag. 116

(Resultados de um inquérito, S. Paulo, 1917 apud Camara Cascudi, "Geografia dos Mitos Brasileiros", pag. 112)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se concretiza pela negação do real aparente, que nem sempre é verdadeiro. É o fruto do esforço de uma mulher negra, pobre, sozinha com quatro crianças, alguns alunos e muitos, muitos amigos. Enfim de uma mulher louca. (Ah! Você é louca, né mãe?) Foram tantas as situações de ajuda que talvez nem possa agradecer a todos mas algumas, são de necessária lembrança.

Gostaríamos de ressaltar a preciosa e paciente ajuda que obtivemos por parte de nossa orientadora, Prof^a. Eva A. Blay. Também mulher e pertencente a um grupo minoritário, teve muita sensibilidade para ouvir, corrigir, ensinar. Mesmo quando não entendia o porquê da nossa indignação, da raiva. "Deixe a indignação para a conclusão", dizia ela. "O excesso de paixão vai comprometer o trabalho!" Foi um longo exercício. Reescrever evitando a paixão. Os que conhecem nosso trabalho sabem como foi penoso.

Ajuda pertinente também nos foi dada pela banca do Exame de Qualificação, principalmente o Prof^o Teófilo de Queiroz Jr., que nos ajudou formulando algumas questões que nos forçaram a retomar pontos abandonados tidos como já explícitos.

O pessoal que nos auxiliou nas pesquisas: Maurício, Rose, Regina, Ailton, Bela, Paulo, André.

O pessoal do Arquivo Nacional, principalmente Sr. Eliseu, in
cansável nas procuras.

O pessoal do Setor de Iconografia da Biblioteca Nacional, sem
pre atencioso.

O pessoal da Biblioteca da Academia Nacional de Medicina pe
la atenção que possibilitou-nos ler e, algumas vezes, repro-
duzir as teses de medicina do século passado.

A Izabel da Pós-Graduação das Ciências Sociais pela sua capa-
cidade de nos descobrir pelo Brasil para as mensagens mais im
portantes e urgentes, ultrapassando com afeto e carinho suas
obrigações burocráticas.

Ao meu filho André pelo auxílio importante na etapa final, fa
se em que, segundo ele, incontravamos nos pré-depressiva, pré-
suicida e pré-assassina, trabalhando com a organização da
bibliografia, saindo para os mandados-de-rua, etc.

Ao meu filho Ricardo que pacientemente copiou e ampliou um
desenho existente na obra de G. Freyre, tornando mais clara
a visão de Casa-Grande que queríamos fornecer.

Ao meu filho Thiago que perguntou muito - mãe, eu sou negro
invisível? - clareando questões.

A minha filha Tati pelo desenho lindo de uma mulher negra que fez e queria ver neste trabalho. Desculpe não incluí-lo, querida ...

A família Lôbo: Silvia, Reinaldo, as crianças e a Glória pela estrutura que cercaram "Minha-casa-de-São-Paulo", sempre recheada de muito amor.

Ao Sr. Epitácio de Camargo e à Srª Vera Lucia dos Santos pelas valiosas sugestões que deram após a lida dos originais.

A Regina Helena dos Santos Timbó amiga - de mais de 20 anos, pela infusão de coragem.

A minha mãe que nos ajudava sempre que suas "designações" permitiam, gerando poderosa infra-estrutura doméstica.

A Regina Célia da Veiga Albão, amiga que ganhamos na necessidade da datilografia (mesmo quando desejava matá-la).

O apoio que obtive^{mos} do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, onde sou lotada, permitiu que pudesse diligentemente coletar dados, analisar e escrever esta tese no Rio de Janeiro.

O contato carinhoso do pessoal da SPG, principalmente a Professora Alda Maria e Lucia entre outros, deram alento em situações difíceis.

Financeiramente contamos com a ajuda do CNPq e da CAPES através do programa do PICD tornando possível o cumprimento de todas as etapas deste processo.

E finalmente, o contato pleno do meu EU-SUPERIOR e à energia enviada por todas as mulheres negras que viveram no século XIX.

S U M Á R I O

A IMAGEM E O SILÊNCIO:

O Lugar da Mulher Negra no Século XIX,

<u>INTRODUÇÃO</u>	04
PARTE I - <u>O SER INVISÍVEL</u>	72
CAPÍTULO 1 - O Animal que Alimenta	86
a) Porque a mulher negra como nutriz	90
b) Tentativa de extermínio das crianças negras.	93
CAPÍTULO 2 - A Companheira de todas as horas	106
a) Companheira das crianças	107
b) Companheira das mulheres brancas	109
c) A Companhia dos senhores	119
PARTE II - <u>O UNIVERSO DA PRODUÇÃO</u>	122a
CAPÍTULO 1 - Ponto Nevrálgico da estrutura familiar	123
a) O lugar da mulher negra na Casa Grande	123
b) Se o branco é pobre o alicerce é negro ...	132
c) E a família negra?	135
Família Negra - modelo único	138
CAPÍTULO 2 - Invisível Produção	149
1. O Trabalho das Negras Escravas Alugadas ...	151
2. A Confusão na transição: alugadas ou livres?	158
3. O Trabalho das Negras Livres	161

a) O Comércio livre nas ruas da cidade	162
b) O Trabalho nas Fábricas	168
c) O Trabalho Doméstico	173
c.1) A Mulher Negra como empregada doméstica na casa dos patrões	175
c.2) A Mulher Negra como empregada doméstica em sua própria casa	181
PARTE III - <u>TODAS AS CULPAS</u>	191
CAPÍTULO 1 - A Mulher Negra e a Moral Familiar	192
CAPÍTULO 2 - Assassina de seus próprios filhos, mulher negra desumana	222

CONCLUSÃO

A MULHER DA RUA E AS RUAS DA CIDADE	245
BIBLIOGRAFIA	251

A IMAGEM E O SILÊNCIO

O Lugar da Mulher Negra no Século XIX

ANA MARIA RODRIGUES RIBEIRO

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃOA) O LUGAR DA MULHER NEGRA OU A MULHER NEGRA EM SEU LUGAR?

A história do grupo negro no Brasil possui lacunas quase insuperáveis, que dificultam o entendimento das verdadeiras condições de vida e participação social deste segmento populacional. Sempre ligada à História do Brasil de forma paternalista ou folclórica, dados importantes sobre suas contribuições à formação do povo brasileiro são omitidos ou minimizados. Poucos são os trabalhos publicados sobre este grupo que não se limitem à escravidão, à sua influência na música ou na comida e nas formas de religião. A impressão que se tem é que logo após a Abolição os negros desapareceram juntamente com os escravos. Aliás, é sempre como escravos que aparecem nos relatos e é raro encontrar-se referência aos libertos e negros livres do período, embora constem das estatísticas. Em resumo, se excluídos os aspectos relativos ao sistema escravista de produção, o elemento negro praticamente inexistente no Brasil. Felizmente, pode-se contar com a observação de uns poucos estudiosos e outros observadores, notadamente cronistas e viajantes que revelam aspectos do cotidiano dos negros no Brasil, no século passado, permitindo-se concluir que, menos que a inexistência do elemento negro na formação dos aspectos fundamentais da sociedade brasileira, o que existe é a ocultação desta participação. Que os negros, enquanto mão-de-

obra escrava, mantinham-se integrados economicamente ao sistema escravista, os autores não se negam a afirmar. E vão mais além quando responsabilizam os aspectos negativos da moral familiar brasileira, no período colonial, pela influência considerada perniciosa que ocorria em consequência da estreita convivência que os donos brancos mantinham com seus escravos. Não se detém, todavia, suficientemente, na análise ou mesmo na descrição do modo de vida desenvolvido por esses negros.

Embora o mito do Senhor de escravo, extremamente generoso para com suas peças, tenha chegado até os nossos dias, pode-se apreender, através de descrições não sistematizadas, alguns aspectos do cotidiano desses indivíduos. O que permanece ainda sem uma pesquisa efetiva são as condições de vida dos negros no momento em que a escravidão não possui um peso absoluto nas relações econômico-sociais do país.

Como diz Prado Junior, "A colônia foi o regime universal do trabalho escravo (...) coube ao Império transformar o trabalho servil em livre no Brasil." (1) Para o desenvolvimento do capitalismo é necessário que não exista mão-de-obra escrava. Para que surja plenamente o modo capitalista de produção fica suposto o assalariamento da força de trabalho. A escravidão negra no Brasil, gerou condições para a constituição de uma estrutura econômi-

ca que, em estágios posteriores, ganharia novas determinações capitalistas. Assim, "as formações sociais baseadas no trabalho escravo produziram as mercadorias que permitiram a ampliação e a aceleração da acumulação do capital, processo que esteve na base da criação e generalização do capitalismo (...) onde o próprio trabalhador é mercadoria. Em seguida, o capitalismo em expansão e constituído revoluciona as relações de produção nas formações sociais escravista transformando o escravo em trabalhador livre." (2)

Num dado momento, formas estruturais dos dois sistemas coexistem. As mudanças revelaram-se pouco a pouco inseridas num processo de transformação que descaracterizava um sistema e privilegiava outro. Assim, quando eclode a Abolição, quaisquer que tenham sido os graus de consciência alcançados pelos grupos sociais em relação à necessidade de se libertar o negro, é possível distinguir no momento abolicionista, motivos que levaram, conscientemente ou não, os agentes sociais de condição livre a promover a constituição histórica de mais uma determinação capitalista.

Neste momento, o elemento negro feminino então, já pode ser visto ocupando encargos das mais variadas modalidades: desde as atividades que já pertenciam ao universo do escravo como serviço doméstico e o comércio nas ruas, até as mais modernas, inerentes ao sistema econômico que desponta, como operária de fabriquetas, trabalhadoras da incipi-

ente indústria textil ou nas casas de alta costura.

Considerando-se os escravos de aluguel e outros tipos de atividade profissional mantida pelos escravos, vê-se que a transição do trabalho servil para o trabalho livre, nesta cidade, não foi abrupta. Neste caso, é plenamente justificável o estudo da transição dessas formas de trabalho, da sua coexistência e dos agentes responsáveis por sua transformação. Mesmo quando se estudem os negros desta época, eles são, na maioria das vezes, incluídos na categoria de escravos. Sobre os negros livres pouco se fala. Poucos os descrevem como elementos integrados na vida da cidade, conjuntamente com outros segmentos populacionais. Num período em que os libertos, os negros livres e os escravos conviviam num mesmo espaço físico-social, parece ter sido difícil aos observadores diferenciá-los.

A literatura histórica pouco se tem ocupado igualmente da mulher em geral.

"Os documentos históricos revelam apenas que a construção de sociedades foi obra de homens, que as conquistas e as vitórias foram obtidas pelos homens, que as transformações que o mundo sofreu através dos tempos se devem, exclusivamente, aos homens. Falar das mulheres só veladamente, afetando um ar discreto, porque mulher só entra na História quanto do amor grita-se o escândalo, quando publicamente explodem as paixões." (3)

Pouco se tem falado da participação das mulheres nos contextos sociais, de suas vivências e suas opressões, principalmente no passado.

Os registros históricos sobre a mulher do século passado guardam velhos estereótipos a respeito do seu comportamento, limitando-se ao que era vivenciado por mulheres brancas ou por escravas. Situações vividas apenas por brancas de elite, tais como as que se referem à uma rígida reclusão, são generalizadas para os demais segmentos femininos da população. Mais que isto, negras libertas e brasileiras pobres aparecem nestas análises de forma suscinta ou são esquecidas nos poucos relatos existentes.

Trabalhar com o grupo negro no Brasil, necessitando de pesquisa histórica, é uma tarefa que sempre nos parecerá fragmentada, senão, incompleta. Isto porque a sociedade dominante em sua tarefa oficial de escrever a história do Brasil, considerou os grupos minoritários (4) como os históricos, deixando-lhes apenas a perspectiva folclórica ou de exceção.

Se, em relação aos imigrantes, é possível alguma reconstrução de seus primeiros anos no país, de sua integração; nos imigrados compulsoriamente, os negros, tal resgate é quase impossível. A necessidade de garimpar nos documentos existentes os poucos dados relativos ao grupo, trans -

forma o processo de investigação numa tarefa árdua com dados esparsos.

Se, para o grupo negro como um todo, tal recuperação é difícil, a separação do grupo em categorias distintas para estudo - mulheres, crianças, trabalhadores - torna-se extremamente penosa.

Eleger a Mulher Negra, no século XIX como "objeto de estudo" (5) necessita humildade do pesquisador. Não obstante a pretensão de se ter localizado a mulher negra durante todo um século, há que se ter humildade para reconhecer os limites deste trabalho. Constatar que tal empreendimento significa apenas um pequeno passo para a concretização do desejo: a recolocação do grupo negro no seu lugar.

Há que, entretanto esclarecer que lugar é este.

Segundo Ana Lucia E.F Valente, "no racismo à brasileira, o lugar do negro é na cozinha, na entrada de serviço dos edifícios luxuosos, na pobreza, na cama ..." (6)

Florestan Fernandes diz que velhas famílias tradicionais paulistas que estudou mantém ainda hoje sobre o negro, "antigas ideologias do tempo da escravatura, (...) estas famílias tradicionais não aceitam o "novo negro", que se veste "à americana", ousado e empreendedor que, numa palavra, "não sabe ficar no seu lugar". Que, filho de em-

pregada, senta-se numa poltrona em vez de ficar respeitosamente em pé. Que recusa um convite para almoçar se for servido na copa em vez de na sala de jantar." (7)

Concordamos sim, que o negro deve saber o seu lugar. Mas não o lugar inferido da análise acima. Não o lugar de cidadão de segunda classe como a mídia reflete ainda hoje sobre o grupo negro.

Queremos um lugar devido, digno e respeitável.

Quando pensamos neste trabalho, tínhamos em mente a condição de vida. A ausência de referências ao grupo negro nos discursos pós-abolicionistas levaram-nos a ampliar nossas fontes com elementos de iconografia: gravuras, retratos.

Aonde, diabos, estaria a mulher negra?

Estaria num lugar especial? Escondida em algum canto? Presa em algum baú de algum colonizador?

As gravuras dos viajantes nos revelaram as ruas como sendo o lugar; os boletins de ocorrências policiais, as prisões; os relatórios médicos, a família; os puristas, os prostíbulos; os investigadores mais ingênuos, os braços do amante branco. Sempre ao lado do grupo branco dominante, porém. A mulher negra estava em todos os lugares e em lugar nenhum. Feita invisível em função da negação do ser. De revelador de sua presença: as imagens. Sobre

sua vida, silêncio.

Teríamos gostado de ter descortinado o silêncio constatado, em toda sua extensão. De efetuar, com este trabalho, a tarefa de lançar luz sobre a condição de vida da mulher negra durante o século XIX, reconhecemos porém, estar simplesmente contribuindo para o resgate da memória do grupo negro no Brasil.

Nosso objetivo neste trabalho além de demonstrar a grande contradição em se pretender invisível um elemento presente em todas as horas, é investigar a condição de vida da mulher negra na sua relação com o grupo branco dominante. Ou melhor tornar a mulher negra visível, mostrando, ademais que a invisibilidade proposta pelo grupo branco dominante só funciona num nível imaginário.

Segundo Murilo Mendes "o invisível não é irreal: é o real que não é visto", complementaríamos dizendo que pode-se tornar invisível aquilo que não se quer ver ou não se quer que seja visto. (8)

O real porém é outro!

No cotidiano a mulher negra está presente em todas as situações. O lugar onde ela está e pode ser vista, sentida, inferida mais do que pressentida ou dissimulada é a razão deste trabalho.

Nosso objetivo, foi também o de mostrar como, naquele momento, era impossível a vida sem a presença da mulher negra. A utilização do século XIX como momento histórico, não deve menos a uma possível exatidão cronológica do que o desejo de captar dois momentos da condição de vida da mulher negra: enquanto escrava e enquanto livre. O denominado século de transição dos historiadores, funciona neste trabalho como um pano-de-fundo para se tentar ver com maior profundidade a questão do SER INVISÍVEL que ainda ressentimos hoje.

Que os negros estavam lado a lado com os brancos parece não haver dúvidas.

Podem não ter vivido felizes. Nem sempre de afeto eram as relações entre os dois grupos, mas nem sempre de ódio total era a convivência. Não conseguimos ter uma impressão maniqueísta em que o elemento branco dominante supostamente seria sempre o agressor, o torturador, enquanto o elemento negro seria sempre a vítima, agredida, torturada. Nem sempre a situação se pautava por esta fórmula simplificada. Algumas vezes, inversões ocorriam.

O que percebemos foram estratégias explícitas de isolamento do grupo negro que procurava se integrar após a abolição.

Acreditamos que na construção do imaginário da sociedade brasileira, o elemento negro, grupo indesejado, se constituiu no duplo do espelho, o que retrata o negativo do social instituído. A discussão ideológica da questão do grupo negro nos parece elucidar suficientemente a questão do silêncio e da invisibilidade.

Sobre a questão do silêncio, que não é descoberta nossa, já Arthur Ramos na década de 30, denunciava a conspiração de silêncio de que era vítima o grupo negro. Também João Baptista Borges Pereira ratificou a denúncia de que o grupo branco dominante usava o silêncio como estratégia de dominação, gostaríamos então de acrescentar que tal conspiração não é desconhecida do negro. O negro a percebe assim como a invisibilidade que lhe é imposta. Ele não existe na história, não existe enquanto cidadão. Só existe enquanto suspeito, como negação.

O silêncio a que aludimos, transformado em invisibilidade de acordo com a situação, só foi possível entender frente à reflexão proposta por Poulantzas em relação à questão da estratégia ideológica engendrada pelo grupo dominante.

Quando deparávamos com a problemática de que o racismo percebido era uma resposta simplista em relação à complexa situação de alijamento vivida pelo grupo negro, encontramos a explicação, segundo Poulantzas e que "a ideologia

tem precisamente por função ao contrário da ciência, ocultar as contradições reais, reconstituir em um plano imaginário, um discurso relativamente coerente que serve de horizonte ao "vivido" dos agentes, moldando as suas representações nas relações reais e inserindo-se na unidade das relações de uma formação social." (9) Ora, qual molde melhor não se revelou a exclusão do grupo negro da sociedade brasileira que se reformulando, procurou nos bojos de formações ideais seus modelos, ignorando o real indesejado que percebia possuir?

Seria tal estratégia consciente no grupo dominante?

Poulantzas nos esclarece ainda em relação as sociedades de classes que o Estado teria a função de impedir a organização política das classes dominadas, ao mesmo tempo em que organiza politicamente as classes dominantes, já que o Estado embora se apresente como um Estado de todo o povo, subtendendo que este faz parte da classe dominante, na verdade os dominados são excluídos enquanto classe e tal Estado é um Estado de classes dominantes na formação de Estado Capitalista. Ora, no último quartel do século XIX na medida em que percebemos a estruturação das instituições sob novos moldes e que detectamos um grande eixo permeando tal organização, com um ponto central na organização do trabalho e na veiculação de sua ideologia, através do enquadramento em normas e regras claras e de necessária obediência, não estaremos captando um momento importante

na formação do Estado Capitalista no Brasil?

Os negros são tornados invisíveis e excluídos das instituições ao mesmo tempo em que, com a ideologia de branqueamento, o grupo é dividido, a partir do preconceito de cor (10) em matizes variados que impossibilita o nascimento de sentimentos de identidade e com isso evitando que se estruture a nível de grupo, para resistir organizadamente à espoliação sistemática da classe dominante. Vemos nestes mecanismos a função do Estado, através dos seus aparelhos, em manter a "desorganização política das classes dominadas, por um lado graças ao seu efeito de isolamento sobre as relações sociais e econômicas, por outro lado, graças ao partido que tira desse efeito, apresentando-se como a unidade de povo-nação, composto de pessoas políticas-indivíduos privadas." (11) Esta ação é desenvolvida camufladamente frente aos grupos dominados, negando-se sempre que se deseja sua exclusão das instituições mas efetivando-se de fato tal exclusão.

Com isso o elemento negro se percebe invisível, constata sua inexistência como cidadão mas continua tentando lutar a nível individual, culpando maniqueísticamente as pessoas brancas enquanto indivíduo, resistindo ou respondendo com violência ou apatia também a nível individual, questionando sua negritude no momento em que pergunta: "porque o mestiço que é uma mistura de branco com negro tem que ser

negro?" Sem conseguir todavia, formas efetivas de luta contra este estado de coisas, contra a cortina de invisibilidade que os abriga.

Gostaríamos também de colocar que, não obstante termos escolhido a situação da mulher negra para análise, em alguns momentos referimo-nos ao homem, à criança, ao grupo. Impossível a desvinculação total mesmo que a nível didático apenas.

Não foi nosso propósito, neste trabalho, obra de historiadora. Assim sendo, os dados que reunimos e que apresentaremos não são sistemáticos e foram suficientes apenas para um entendimento global da questão que nos propomos, preenchendo lacunas e esclarecendo dúvidas numa operação que pode ser chamada de resgate. Sendo assim, dividimo-lo em três partes: Na Parte I intencionamos mostrar como a mulher negra estava ao lado, principalmente durante a escravidão, sendo companheira de todas as horas, utilizada de todas as formas. Na Parte II, discutimos o universo da produção, a situação do trabalho profissional propriamente dito. De como a mulher negra, tanto escrava, como liberta ou livre, poderia se constituir no alicerce da produção familiar. Na Parte III, quisemos mostrar a colocação de todas as acusações engendradas pelo grupo branco dominante, apesar da contínua utilização do elemento negro.

Vol. 4 - 1814 a 1817
Vol. 5 - 1817 a 1820
Vol. 6 - 1820 a 1822
Vol. 7 - 1822 a 1833
Vol. 8 - 1822 a 1836
Vol. 9 - 1825 a 1829
Vol. 10 - 1829 a 1831
Vol. 11 - 1831 a 1833
Vol. 12 - 1825 a 1832
Vol. 13 - 1834 a 1837
Vol. 14 - 1837 a 1838
Vol. 15 - 1838 a 1841
Vol. 16 - 1841 a 1842

COD. 325 - "REGISTRO DE OFÍCIOS DE POLÍCIA PARA VÁRIAS AUTORIDADES E PROVÍNCIAS"

- 1808 a 1834 - 04 volumes:

Vol. I - 1808 a 1814
Vol. II - 1814 a 1819
Vol. III - 1819 a 1828
Vol. IV - 1829 a 1834

COD. 327 - "REGISTRO DE OFÍCIOS DE POLÍCIA AO COMANDANTE REAL E DEPOIS IMPERIAL GUARDA DE POLÍCIA" - 1815 a 1831

- 02 volumes:

Vol. I - 1815 a 1831
Vol. II - 1825 a 1831

Após o término da leitura de manuscrito no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, iniciamos o exame do acervo da Biblioteca Nacional naquela mesma cidade.

Na Biblioteca Nacional, efetuamos levantamento de periódicos e de imagens.

Técnica de manipulação - JORNAIS

Em relação as notícias encontradas nos jornais, classificamo-las segundo um roteiro de temas que teve por critério de escolha, a frequência verificada segundo análise de conteúdo.

Eis o roteiro:

- Violência (de um modo geral, atentando para fatores externos à família)
- Família (neste tema também foram incluídas violências entre familiares)
- Trabalho
- Discriminação Racial
- Criança
- Crime (culpa e isenção)
- Libertação
- Morte natural

Os temas passaram a ser identificados pelas seguintes siglas:

- VL
- FM
- TR
- DR
- CRI
- CRM
- LB
- MN

Tais siglas foram colocadas ao pé de cada notícia, na medida em que eram identificadas e classificadas. Algumas notícias ganharam mais de uma sigla de acordo com a inclinação do assunto.

Desta forma, dentre os jornais analisados, tivemos a seguinte divisão das notícias:

VL = 18 ... FM = 2 ... TR = 8 ... DR = 3 ... CRI = 9 ...
CRM = 16 ... LB = 17 ... MN = 5

Os jornais analisados foram:

O País, Diário do Rio de Janeiro, O Sexo Feminino e o Homem de Cor.

Quanto ao período, preferimos não especificá-lo. Enquadramos e nos referimos apenas ao século XIX.

O primeiro setor a ser visitado foi o de periódicos, no que resultou o seguinte levantamento:

O critério utilizado pautou-se pelo período, em que surgiu e foi publicado o periódico juntamente com sua cidade de origem, no caso o Rio de Janeiro.

O ANÔNIMO

04 maio - 13 julho 1840
nºs 1, 6, 8 e 10

ARCA DE NOÉ

12 de fevereiro - 05 dezembro 1833
nºs 1, 17, 19 e 20

ARQUIVO CONTEMPORÂNEO

15 de setembro 1872 - 15 março 1873

O ARISTARCHO

09 maio - 02 junho 1840
nºs 1, 5

ÁRVORE NOVA

setembro - outubro 1822

ASTREA

17 junho - 30 dezembro 1826
02 janeiro - 29 dezembro 1827
03 janeiro - 30 dezembro 1828
03 janeiro - 31 dezembro 1829
02 janeiro - 30 dezembro 1830
04 janeiro - 15 dezembro 1831
07 janeiro - 18 agosto 1832

ATALAIA

maio - setembro 1823
nºs 1, 14

ATALAIA DA LIBERDADE

04 fevereiro - 17 março 1826
nºs 1, 13

O ATLANTE

03 maio - 30 agosto 1826
nºs 1, 28

AURORA FLUMINENSE

21 dezembro de 1827 - 31 dezembro de 1828
02 janeiro de 1829 - 31 dezembro de 1830
03 janeiro de 1831 - 28 dezembro de 1832
02 janeiro de 1833 - 31 dezembro de 1834
02 janeiro de 1835 - 30 julho de 1839

O AUXILIADOR

24 agosto - 03 setembro 1841

nºs 1, 2

O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL

15 janeiro 1833 - dezembro 1892

A BABOZA

04 setembro - 12 novembro 1833

nºs 1, 7

O BACORINHO OU RIPANZO DESERTADO

29 janeiro - 28 março 1836

nºs 1, 3

BEIJA-FLOR

janeiro - agosto 1830 - Ano I

BELLO SEXO

21 agosto 1862 - 29 setembro 1862

nºs 1, 6

O BEM DA ORDEM

1821 - nºs 1, 3, 9

O BEM-TEVI

30 setembro - 23 outubro 1833

nºs 1, 3

BIBLIOTÉCA GUANABARENSE

Suplemento à Revista Guanabara

1849 - 1855

BOLETIM DOS ACTOS DO GOVERNO

1837 - n^{os} 2, 2 e 3

O BRADO DO AMAZONAS

05 de abril - 23 maio 1845

n^{os} 1, 4, 6, 7

O BRASIL - 1822

(A Biblioteca Nacional possui apenas um exemplar, sem indicação de data e numeração)

BRASIL E PORTUGAL

01 junho 1872 - 15 agosto 1872 - Ano II

n^{os} 11, 16

O BRASIL ILUSTRADO

14 março 1855 - 31 dezembro 1856 - Ano I

n^{os} 1, 18

O BRASIL MILITAR

01 setembro 1895 - 16 maio 1896 - Ano I

O BRASILEIRO

04 fevereiro - 28 julho 1832

02 janeiro - 20 março 1833

O BRASILEIRO IMPARCIAL

02 janeiro - 28 dezembro 1830

O BRASILEIRO OFFENDIDO

26 março - 02 abril 1831

BRASILEIRO PARDO

21 outubro 1833

O BRASILEIRO VIGILANTE

20 abril - 11 maio 1831

O BRASILIENSE

10 - 31 maio de 1838

nºs 6, 8, 10, 23

(A coleção inclui exemplar sem data e numeração, que tudo indica ser o nº 1)

O BRASIL

Diário político, comercial, científico, literário e noticioso.

03 abril 1890 - 18 dezembro 1891 - Ano I - II

(O periódico deixou de circular nos dias 21 a 28 de abril 1890 e 06 a 24 novembro 1891).

O BRASIL AFFLICTO

20 abril - 09 agosto 1833

BRAZIL AMERICANO

07 julho 1875 - 14 março 1876 - Ano I

O BURRO MAGRO

23 novembro 1833 - 10 janeiro 1834

O CABRITO

07 - 20 novembro 1833

nºs 1, 2

O CAFÉ DA TARDE

15 maio 1835

nº 5

O CAOLHO

05 outubro - 15 novembro 1833

O CAPADÓCIO

18 agosto - 04 setembro 1835

nºs 1, 2

A CAPITAL

02 janeiro - 31 março 1892

fevereiro - 10 junho 1893

CARAMURU

02 março - 31 dezembro 1832

05 janeiro - 10 abril 1833

CARBONÁRIO

16 julho 1881 - 14 março 1890

CARETA

06 junho 1908 - 1914

O CARIJÓ

10 janeiro - 20 outubro 1832

01 fevereiro - 19 novembro 1833

O CARIOCA

Jornal político, amigo da igualdade e da lei.

17 agosto 1833 - 21 janeiro 1834

CARTAS AO POVO

26 março - 15 junho 1831

O CATÃO

21 setembro - 29 dezembro 1832

03 janeiro - 07 outubro 1833

O CATHÓLICO

17 fevereiro - 10 julho 1838

A partir do nº 5 (21 maio 1838) e periódico
passou a chamar-se "O Catholico Fluminense".

A CEGARREGA

15 dezembro 1832 - 27 julho 1833

O CENSOR BRASILEIRO

04 abril - 27 junho 1828

O CHRONISTA

1836 - 1839

O CIDADÃO

15 março - 20 dezembro 1838

03 janeiro - 16 maio 1839

O CIDADÃO SOLDADO

16 novembro 1833

CIDADE DO RIO

28 setembro 1887 - 29 dezembro 1902

(Faltam os anos de 1890 - 1892, 1894)

A CIGARRA

09 maio - dezembro 1895 - Ano I

16 janeiro 1896 - Ano II

O CLARIM DA LIBERDADE

12 novembro - 31 dezembro 1831

14 janeiro - 01 dezembro 1832

03 janeiro - 21 junho 1833

A CAPITAL

02 janeiro - 31 março 1892

10 junho 1893

MICROFILME

CARAMURU

02 março - 31 dezembro 1832

05 janeiro - 10 abril 1833

CARBONÁRIO

16 julho 1891 - 14 março 1890

MICROFILME

O CARIJÓ

(Jornal Político e Literário)

10 janeiro - 20 outubro 1832

01 fevereiro - 19 novembro 1833

MICROFILME

O COMBATE

19 janeiro - 23 junho

O COMETA

15 - 19 novembro 1832

COMPILADOR

Constitucional Político e Literário Brasiliense.

02 janeiro - 26 abril 1822

O CONCILIADOR

05 abril 1828

O CONCILIADOR DO REINO UNIDO

01 março - abril 1821

O CONCILIADOR FLUMINENSE

(Jornal político histórico e miscellanico)

11 setembro - 06 outubro 1832

O CONSELHO DA BOA AMIZADE, OU PROJECTO DE RE-
CONCILIAÇÃO ENTRE OS DOIS EMISFÉRIOS

(A Biblioteca Nacional possui apenas um exem-
plar, sem indicação de data e numeração).

O CONSEQUENTE

11 - 30 janeiro 1836

O CONSTITUCIONAL

1822 - nº 1, 8

O CONSTITUCIONAL

18 setembro 1841 - 12 março 1842

(A Coleção inclui suplemento ao nº 15 - 08 ja-
neiro 1842)

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO

julho 1808 - dezembro 1822

O CORREIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

13 maio - 22 junho 1831

23 junho - 09 novembro 1831

CORREIO DA TARDE

07 agosto 1855 - 31 maio 1862

03 agosto 1893 - 28 junho 1895

CORREIO DAS MODAS

(Jornal crítico e litterário das modas, bailes,
theatros, etc.)

05 janeiro - 29 junho 1839

02 julho - 31 dezembro 1840

CORREIO DO IMPERADOR OU O DIREITO DE PROPRIEDA

DE

15 novembro - 16 dezembro 1836

02 janeiro - 28 dezembro 1837

02 janeiro - 15 março 1838

CORREIO DO RIO DE JANEIRO

10 abril - outubro 1822

agosto, novembro 1823

CORREIO EXTRAORDINÁRIO DO RIO DE JANEIRO

maio - julho 1823

CORREIO MERCANTIL

02 janeiro 1848 - 15 novembro 1868

CORREIO OFFICIAL

01 julho - dezembro 1833

janeiro 1834 a dezembro 1841

O CORRETOR DE PETAS

09 novembro 1841 - nº 2

CORUJA THEATRAL

29 dezembro 1840 - 22 dezembro 1841

O CORSÁRIO

janeiro 1881 - agosto 1883

24 janeiro - 04 abril 1896

O CRÍTICO

janeiro 1842 - nº 1

O CURUPIRA

03 outubro - dezembro 1852

janeiro - março 1853

O DAGUERROTYPPO

18 julho 1845

O DEFENSOR DA LEGALIDADE

16 janeiro - 02 setembro 1835

O DESPERTADOR

27 março 1838 - 18 outubro 1841

DESPERTADOR BRASILIENSE

1821

DESPERTADOR CONSTITUCIONAL EXTRAORDINÁRIO

fevereiro - maio 1825

07 janeiro 1826

01 maio 1828

O DEZENOVE DE SETEMBRO

06 outubro 1837

DEZESSEIS DE JULHO

04 julho 1869 - junho 1870

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL, CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL

maio - setembro 1823

novembro 1823

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL

29 abril - 05 setembro 1826

25 abril - 27 agosto 1827

25 abril - 19 setembro 1828

28 março - 06 agosto 1829

25 abril - 18 setembro 1830

DIÁRIO DA CÂMARA DOS SENADORES DO IMPÉRIO DO BRASIL

29 abril - 06 setembro 1826

27 abril - 17 junho 1826
28 março a 22 julho 1829
27 abril - 31 agosto 1830
04 maio - 07 julho 1831
03 maio - 18 agosto 1832
03 maio - 20 setembro 1833

DIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE

JANEIRO

1830

DIÁRIO DE ANÚNCIOS

01 agosto - 20 novembro 1833

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

07 junho 1885 - 30 setembro 1895

DIÁRIO DE SAÚDE OU EPHEMÉRIDES DAS CIÊNCIAS

MÉDICAS E NATURAES DO BRAZIL

18 abril - 26 dezembro 1835

02 janeiro - 16 abril 1836

DIÁRIO DO GOVERNO

02 janeiro 1823 - 20 maio 1824

25 abril 1831 - 28 junho 1833

DIÁRIO DO POVO

1867, 1868, 1869

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

01 junho 1821 - 31 outubro 1878

DIÁRIO FLUMINENSE

21 maio 1824 - 23 abril 1831

DIÁRIO MERCANTIL

03 novembro - dezembro 1824

janeiro - outubro 1825

janeiro - dezembro 1826

janeiro - outubro 1827

OS DOIS COMPADRES LIBERAES

22 abril - 03 julho 1831

D. PEDRO I

26 agosto - 03 dezembro 1833

D. PEDRO II

14 novembro 1833

23 junho - 14 setembro 1838

ECHO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

19 maio - 28 agosto 1832

L'ÉCHO DE L'AMÉRIQUE DU SUD

30 junho - 29 dezembro 1827

02 janeiro - 29 março 1828

O ECHO DO RIO

02 agosto 1843 . 02 março 1844

L'ECHO FRANÇAIS

10 março - 29 dezembro 1838

05 janeiro - 13 abril 1839

ECHO POPULAR

06 março - 07 novembro 1890

O ESBARRA

12 novembro - 02 dezembro 1833

O ESCUDO DA LIBERDADE

01 outubro 1841

O ESPELHO

01 outubro - dezembro 1821

janeiro - dezembro 1822

janeiro - junho 1823

O ESPELHO DA JUSTIÇA

01 dezembro 1830 - 03 junho 1831

O ESPELHO DIAMANTINO

01 outubro 1827 - 28 abril 1828

ESPELHO FLUMINENSE DO NOVO GABINETE DE LEITURA

01 janeiro - 11 abril 1843

01 julho - 26 dezembro 1843

A ESTRELA BRASILEIRA

novembro/dezembro 1823

maio - julho 1824

O EVARISTO

26 setembro - 15 novembro 1833

O EXALTADO

04 agosto - 23 dezembro 1831

12 janeiro - 10 dezembro 1832

02 janeiro - 08 julho 1833

15 abril 1835

O EXORCISTA

02 - 30 janeiro 1841

A FAMÍLIA

novembro 1888 - julho 1892

janeiro 1893 - outubro 1894

O FÍGARO

01 janeiro 1876 - 13 abril 1878

A FILHA ÚNICA DA MULHER DO SIMPLÍCIO

março - abril 1832

O FILHO DA SENTINELA DA MONARCHIA

03 agosto - 24 setembro 1840

O FILHO DA TERRA

07 outubro - 17 dezembro 1831

11 janeiro - 21 fevereiro 1832

O FILHO DO BRASIL

julho a outubro 1840

O FILHO DO SETE D'ABRIL

julho - dezembro 1838

janeiro - março 1838

O FLUMINENSE

dezembro 1840

O FLUMINENSE

novembro - dezembro 1835

janeiro - abril 1836

FOLHA DE DOMINGO

abril 1887 - maio 1887

FOLHA MERCANTIL

junho - outubro 1829

GABINETE DE LEITURA

agosto - dezembro 1837

janeiro - abril 1838

A GALERIA

abril - maio 1845

GAZETA DE NOTÍCIAS

agosto 1875

GAZETA DO BRASIL

30 maio - 29 dezembro 1827

02 a 05 janeiro 1828

GAZETA DO RIO DE JANEIRO

setembro 1808 - dezembro 1822

GAZETA DOS DOMINGOS

janeiro e fevereiro 1839

GAZETA DOS TRIBUNAES

janeiro 1843 - dezembro 1846

GAZETA OFFICIAL DO IMPÉRIO DO BRASIL

setembro 1846 a abril 1847

janeiro - julho 1848

A GAZETINHA

novembro - dezembro 1880

janeiro - fevereiro 1881

GENIO CONSTITUCIONAL

outubro . dezembro 1829

novembro 1821

O GLOBO

agosto 1874 - dezembro 1876

janeiro - março 1878

setembro 1881 - março 1883

O GOSTO

agosto - setembro 1843

O GRANA DE IRO

março - maio 1845

O GRITO DA PÁTRIA CONTRA OS ANARQUISTAS

outubro a dezembro 1831

janeiro - abril 1832

O GRITO DA RAZÃO

julho 1840

O GRITO DA RAZÃO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO

fevereiro - março 1825

O GRITO DOS OPRIMIDOS

abril - novembro 1833

O GUANABARA

dezembro 1849 - novembro 1855

O GUARDA NACIONAL

06 a 26 fevereiro 1836

O GUAYOURU

abril - junho 1839

O HOMEM DE COR

setembro a novembro 1833

O HOMEM DO POVO

fevereiro - novembro 1840

O HOMEM E A AMÉRICA

novembro 1831 a outubro 1832

fevereiro - março 1833

HONRA DO BRASIL DESAFRONTADA DE INSULTOS DA AS

TREA EXPADAXINA

abril a agosto 1828

IDADE D'OURO DO BRASIL

maio 1811 - dezembro 1817

janeiro, março, abril, dezembro 1818

janeiro, junho 1819

fevereiro - março, junho, setembro, novembro

1821

março, abril, setembro - dezembro 1822

janeiro - fevereiro 1823

O IMAN

maio a novembro 1833

A IMPRENSA

outubro 1898 - março 1901

L'INDÉPENDANT

abril - junho 1827

O INDEPENDENTE

maio - outubro 1831

fevereiro - dezembro 1832

janeiro - abril 1833

O INDICADOR DA UTILIDADE PÚBLICA

abril - novembro 1836

O INDÍGENA DO BRASIL

outubro - novembro 1833

INSTINCTO

setembro 1839 - junho 1840

O JORNAL

novembro 1896

JORNAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

junho - setembro 1834

JORNAL DA SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUÇÃO

agosto 1839

JORNAL DO BRASIL

abril 1891 - setembro 1893

JORNAL DO COMMÉRCIO

01 outubro de 1827

JORNAL DOS DEBATES POLÍTICOS E LITTERÁRIOS

maio - novembro 1837

janeiro - setembro 1838

JORNAL SCIENTÍFICO, ECONÔMICO E LITTERÁRIO, OU

COLLEÇÃO DE PEÇAS, MEMÓRIAS, RELAÇÕES, VIAGENS,

POESIAS E ANEDOCITAS

maio - julho 1826

O JUDAS

06 abril 1833

Na Academia Nacional de Medicina, lemos teses terminais de cursos médicos, elaborados durante o século XIX, com temas relativos às nossas preocupações. Dasquelas, elegemos para nossa análise, as que trouxessem contribuições ao nosso tema, segundo roteiro de assunto especificado acima.

TESES DE MEDICINA

- 1) FERREIRA, FÉLIX - A Santa Casa de Misericórdia Fluminense fundada no século XVI; notícia histórica desde o começo do século XVIII, sendo provedor o governador Martin de Sá, até o fim do século XIX sob a provedoria do Exm^o Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza, Rio de Janeiro, 1899.

- 2) ABREU, FRANCISCO BONIFÁCIO - Os homens julgam acertadamente? A organização tem sido prejudicada com a reforma, que o capricho dos homens entendeu devia dar ao seu funcionar? O número e a virtude dos medicamentos tem procurado à sociedade os bens que deles se prometia? Qualquer será apto a administrá-los? Os bailes motivam alguma quebra na saúde pública?, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

- 3) ALBUQUERQUE JUNIOR, PEDRO AUTRAN DA MATA - Esboço histórico da discussão da Academia Imperial de Medicina acerca do regulamento dos

- médicos verificadores de óbitos, Rio de Janeiro, 1886.
- 4) ALEIXO JUNIOR, ANTONIO DIAS PINTO - As raças, os sexos e as idades imprimem caracteres reais na cabeça óssea? Quais são eles e em que consistem? tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1860.
 - 5) ALMEIDA, PEDRO JOSÉ - Algumas considerações higiênicas acerca das habitações, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
 - 6) ANDRADE JUNIOR, BONIFÁCIO - Higiene dos colégios, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.
 - 7) ANNAES BRASILIENSES DE MEDICINA - 1849 - 1885.
 - 8) ANNAES BRASILIENSES DE MEDICINA, artigos não assinados - "Discussão sobre quarentenas e meios de prevenir a importação de moléstias", vol. 9, 1853; "Quais as medidas mais apropriadas para evitar o desenvolvimento do cólera-morbus?", agosto de 1856.
 - 9) ANNAES DE MEDICINA BRASILIENSE, artigos não assinados - "Defesa da alopatia", volume 3, 1847; "O Charlatanismo em São Paulo, tolerado e protegido pelas autoridades", volume 4, ou

tubro de 1848 e volume 4, abril de 1849 e maio de 1849; "Os médicos no Parlamento esperanças malogradas", volume 4, outubro de 1848; "Os médicos no Parlamento - esperanças bem fundadas", volume 4, novembro de 1848 "Discussão sobre o estado atual da medicina no Rio de Janeiro", volume 4, outubro de 1848 e volume 4, março de 1849; "O charlatanismo na província de São Paulo", volume 4, 1849; "O charlatanismo e os charlatães no Brasil" (tradução da Gazetta Médicale, Paris), volume 4, 1849; "A Academia Imperial de Medicina e a repressão dos charlatinismo", volume 4, junho de 1849.

- 10) ARAÚJO, CESÁRIA EUGÊNIO GOMES DE - A higiene das prisões, precedida de considerações gerais acerca da reforma penitenciária, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1844.
- 11) ARAÚJO, FRANCISCO LOPES DE OLIVEIRA - Considerações gerais sobre a topografia físico-médica do cidade do Rio de Janeiro, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852.
- 12) ARMONDE, AMARO FERREIRA DAS NEVES - Da educação física, intelectual e moral da mocidade do Rio de Janeiro e de sua influência sobre a saúde, tese à Faculdade de Medicina do Rio

de Janeiro, 1874.

- 13) AZEVEDO, FORTUNATO CORREA DE - Quais os lugares que na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes são mais favoráveis à saúde? Quais os mais insalúbres?, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1850.
- 14) AZEVEDO JÚNIOR, LUIZ CORREIA DE E JOSÉ PEREIRA REGO E NICOLAO JOAQUIM MOREIRA - Relatório da comissão nomeada pela Academia de Medicina para analisar o relatório apresentado ao governo pelo engenheiro fiscal junto à Companhia City-Improvements acerca do estado dos esgotos e sua influência sobre a saúde pública, Rio de Janeiro, 1874.
- 15) BARCELLOS, RAMIRO FORTES - Das alianças consanguíneas e sua influência sobre o físico, o moral e o intelectual do homem, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.
- 16) BOMTEMPO, JOSÉ MARIA - Compêndio da matéria médica, feito por ordem de Sua Alteza Real, Rio de Janeiro, 1814; Regulamento interino para a Fisicatura-mor do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1825; Regulamento interino para os exercícios da Academia Médico-Cirúrgica

gica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1825; Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1825; Trabalhos Médicos, oferecidos a D. Pedro I, Rio de Janeiro, 1825; Exposição ao público das falsidades e contradições contra ele publicadas no artigo correspondência no nº 3 do Expectador Brasileiro de 1827 assinado pelo Dr. Sigaud, Rio de Janeiro, 1827; "Carta", in O propagador das sciencias médicas, 1827, 1º volume.

- 17) BOTEELHO, JOAQUIM ANTONIO DE OLIVEIRA - A escravidão, tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1850.
- 18) BOURBON, ISIDORE - "Higiene: princípios concernentes às profissões", in Diário de Saúde, 1835.
- 19) BOUSSINGAULT, M. - "Memória sobre a possibilidade de verificar a presença dos miasmas e sobre a presença de um princípio hidrogenado no ar", in Diário de Saúde, nº 4, 1835.
- 20) BRAGA, ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA - Saúde, influência da alimentação, tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1858.

- 21) BRANDÃO, LUIZ DA SILVA - Qual será mais conveniente, que um escrivão ou o próprio médico escreva seu relatório sobre corpo de delito e qualquer outro assunto médico-legal?etc., tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.
- 22) BRITO, ANTONIO FORTUNATO DE - Da temperatura da cidade do Rio de janeiro e algumas considerações meterológicas e hipométricas, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1850.
- 23) CALDAS, CLAUDEMIRO AUGUSTO DE MORAES - As raças humanas provêm de uma só origem? Medicação anti-sifilítica, etc., tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1868.
- 24) CÂMARA, GABRIEL ALCIDES RAPOZO DE - Quais as condições necessárias às habitações para que sejam salubres?,tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1860.
- 25) CAMARGO, ERNESTO FREDERICO PIRES DE FIGUEIREDO - Considerações médico-filosóficas sobre a influência do estado moral na produção,marcha e tratamento das moléstias e como contra-indicação às operações cirúrgicas, tese à

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

- 26) CÂNDIDO, FRANCISCO DE PAULA - Algumas Considerações sobre atmosfera, tese para a cadeira de física médica na Academia Médico Cirúrgica, Rio de Janeiro, 1833, "Relatório feito ao governo sobre a enfermidade de Irajá", in Semanário de Saúde Pública, nº 145, 1833; "Relatório sobre a memória do Sr. Mojon acerca da natureza do miasma colerífico", in Revista Médica Fluminense, junho 1835 "Febres intermitentes", in Diário de Saúde 1835; "Discurso", in Revista Médica Fluminense, 1841, volume 1; "Reflexões sobre a morfea", in Annaes da Medicina Brasiliense, 1845, volume 1; Exposição das medidas sanitárias e reflexões acerca da epidemia de febre amarela, Rio de Janeiro, 1854; Relatório acerca do cólera-morbus precedido de considerações sanitárias relativas aos portos do Império, Rio de Janeiro, 1855; Guia para o povo se dirigir no tratamento, curativo e preservativo do cólera-morbus, Rio de Janeiro, 1855; Relatório acerca da saúde pública compreendendo: 1º, a história suscita do cólera-morbus no Império em 1855 - 1856, 2º, providências sanitárias que convém adotar-se, Rio de Janeiro, 1856; Clamores da agricultura no Brasil,

Rio de Janeiro, 1859.

- 27) CASTRO, T. P. - Charlatanismo médico, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1841.
- 28) CHATEAUNEUF, BENOISTON DE - "Sistema penitenciário", in *Arquivo Médico Brasileiro*, volume 1847 - 1848.
- 29) CHERNOVIS, NAPOLEÃO - Formulário ou guia Médico, Rio de Janeiro, 1868.
- 30) COELHO, FRANCISCO JACINTHO DA SILVA - Considerações médico-filosóficas sobre a mulher, tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1845.
- 31) CORRESPONDÊNCIA - sobre epidemias - Arquivo Nacional, Caxias 481 e 482.
- 32) COSTA, ANTONIO CORREIA DE SOUZA - Qual a alimentação que usá a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influência sobre a mesma classe, tese de concurso à cadeira de higiene, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1865.
- 33) COSTA, ANTONIO JOAQUIM RODRIGUES DA - Condições que deve reunir uma habitação privada num país quente para ser salubre, tese à Fa-

culdade de Medicina da Bahia, 1856.

- 34) COSTA, FRANCISCO DE PAULA - Algumas reflexões sobre o charlatanismo em medicina, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1841.
- 35) COUTINHO, ERNESTO DE SOUZA E OLIVEIRA - Principais linhas de topografia médica do Rio de Janeiro. Qual a influência que sobre a saúde pública desta capital exercem suas condições topográficas? tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1851.
- 36) CUNHA, ANTONIO LUIZ BARBOZA DA - Que influência tem produzido a mudança do matadouro de Santa Luzia para São Cristóvão sobre a salubridade destes lugares, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854.
- 37) CUNHA, HERCÚLANO AUGUSTO - Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- 38) DIAS, JOÃO DUARTE - Higiene relativa às diversas condições sociais, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1844.

- 39) DINIZ, TIAGO DE ALBUQUERQUE - Os morros do Castelo e S. Antonio são úteis ou nocivos à saúde pública? Durante o desmoronamento destes morros correria a cidade algum perigo?, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853.
- 40) DUARTE, JOSÉ RODRIGUES DE LIMA - Ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849.
- 41) DUQUE, FRANCISCO BASÍLIO - Higiene da criança, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1864.
- 42) FARINHA, JOÃO PIRES - Bases para o regulamento provisório do Asilo de Mendicidade, Rio de Janeiro, 1882.
- 43) FAZENDA, JOSÉ VIEIRA - Do mefitismo dos esgotos em relação a cidade do Rio de Janeiro e sua influência sobre a saúde pública, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1871; "Dos esgotos do Rio de Janeiro", in Revista Médica, 1873 - 1874.
- 44) GUEDES JÚNIOR, JOAQUIM ALVES PINTO - Deve ha

ver leis repressivas do charlatanismo, ou convêm que o exercício da medicina seja inteiramente livre?, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853.

- 45) GUERRA, DOMINGOS MARTINS - Os morros do Castelo e S. Antonio são úteis ou nocivos à saúde pública? Durante o desmoronamento destes morros correria a cidade algum perigo?, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852.
- 46) GUIMARÃES, FRANCISCO PINHEIRO - Quais os preceitos que devem presidir a relação das certidões, atestados e consultas médico-legais? Diagnóstico diferencial do tifo, febre tifóide e febre amarela. Dos pântanos do Aterrado e sua influência sobre a saúde, tese à Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, 1856.
- 47) HOMEM, JOÃO VICENTE TORRES - Anuário de observações colhidas nas enfermarias de clínica médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1868, comentadas pelo Dr. João Vicente Torres Homem, Rio de Janeiro, 1869; Estudo clínico sobre as febres do Rio de Janeiro, 1877.
- 48) HORNER, G. R. B. - Medical topography of Brazil and Uruguay, 1845.

- 49) JARDIM, DAVID GOMES - Algumas considerações sobre a higiene dos escravos, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.
- 50) JUNTA CENTRAL DE HIGIENE PÚBLICA - Regulamento da Junta Central de Higiene Pública, decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851; Exposição do estado sanitário da capital do Império apresentado ao Ministro do Império pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública, Dr. Francisco de Paula Cândido, Rio de Janeiro, 1852; Relatório do presidente da Junta, Francisco de Paula Cândido, sobre a salubridade da cidade do Rio de Janeiro, em geral e da febre amarela em particular, Rio de Janeiro, 1853; Conselhos ao povo sobre as medidas higiênicas que deve adotar nos casos de iminência de uma epidemia, ou durante a sua marcha, Rio de Janeiro, 1878.
- 51) LAGOS, FRANCISCO DE PAULA PEREIRA - Dos pântanos existentes no Rio de Janeiro e em seus arrabaldes, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853.
- 52) LEITÃO, ANTONIO D'ARAÚJO - Dissertação sobre a higiene da infância, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1841.

- 53) LEITE, TOBIAS RABELO - Breves considerações acerca da polícia sanitária, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849.
- 54) LOBO, LUIZ ALVES DE SOUZA - "Causas da mortalidade das crianças recém-nascidas na capital do Império" in Annaes Brasilienses de Medicina, 1876.
- 55) LUZ, JOSÉ ANTUNES DA - Ensaio da verdadeira medicina para o curativo das moléstias, Rio de Janeiro, 1854.
- 56) MAGALHÃES, CORNÉLIO PEREIRA DE - Do sistema penitenciário e sua influência sobre o homem, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1875.
- 57) MAIA, EMÍLIO JOAQUIM DA SILVA - Ensaio sobre os perigos a que estão sujeitos os meninos quando não são amamentados por suas próprias mães, Rio de Janeiro, 1834; "Utilidade e necessidade da ginástica", in Revista Médica Fluminense, tomo 8º, 1839-40; Discurso sobre as sociedades científicas e de beneficência, Rio de Janeiro, 1836; "Arrasamento do morro do Castelo", in Annaes Brasiliense de Medicina, tomo 8º; "Sobre os males que tem produzi

do no Brasil o corte das matas e sobre os meios de os remediar", in Revista Médica Fluminense, nº 6, setembro de 1835.

- 58) MAPA, JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA - Higiene dos colégios, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.
- 59) MELLO, J. T. - Higiene da mulher, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1841.
- 60) MONTEIRO JÚNIOR, DOMINGOS JACI - Sistemas Penitenciários, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1875.
- 61) MONTEIRO, JOAQUIM DOS REMÉDIOS - Higiene e educação da infância, Resende, 1868; "Os cemitérios públicos do Rio de Janeiro", in Gazeta Médica da Bahia, 1878.
- 62) MOREIRA, NICOLAO JOAQUIM - Rápidas considerações sobre o maravilhoso, o charlatanismo e o exercício ilegal da medicina, da farmácia, Rio de Janeiro, 1862; "Questão médico-antropológica: o cruzamento das raças acarreta de gradação intelectual e moral do produto híbrido resultante?", in Annaes Brasilienses de Medicina, 1869.

- 63) MOURA, AUGUSTO CESAR ERNESTO DE - Algumas proposições de higiene tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849.
- 64) MOTTA, FRUTUOSO LUIZ DA - "Dos pântanos do aterrado, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854.
- 65) MUZZI, HERCULES OCTAVIANO - Compêndio sobre a vacina, Rio de Janeiro, 1834.
- 66) NEVES, ANTONIO JOSÉ PEREIRA DAS - Dissertação médico-legal acerca do infanticídio, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839; Considerações médico-legais sobre um atentado ao pudor Rio de Janeiro, 1857.
- 67) OLIVEIRA, JOÃO JOSÉ BARBOZA DE - As prisões do país e o sistema penitenciário ou higiene penal, tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1843; Sistema penitenciário. Relatório feito em nome da comissão encarregada ..., Bahia, 1847.
- 68) PADILHA, FRANCISCO FERNANDES - Qual o regime alimentar das classes pobres do Rio de Janeiro? Quais as moléstias que comumente grassam entre elas? Que relações de causalidade se

- encontram entre regime e moléstias?, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853.
- 69) PIMENTEL, IGNÁCIO LUIZ DE V. - Casamentos ilegítimos perante a ciência, tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1864.
- 70) PIMENTEL, MANOEL DE VALADÃO - "Relação dos doentes tratados no Hospital de Nossa Senhora do Livramento, segundo os sexos, idades, nacionalidades, profissões e marcha da epidemia de febre amarela, nos meses de março, abril e maio do corrente ano de 1850", in Annaes Brasilienses de Medicina, 1850 - 1851.
- 71) PINTO, ANTONIO FERREIRA - O médico da primeira infância ou o conselheiro da mulher grávida, e higiene da primeira infância, Rio de Janeiro, 1860.
- 72) O PROPAGADOR DAS SCIÊNCIAS MÉDICAS OU ANNAES DE MEDICINA, CIRURGIA E PHARMÁCIA-1827-1828.
- 73) REBELLO, ENGÊNIO GUIMARÃES - As raças humanas descendem de uma só origem?, tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1869.
- 74) REVISTA MÉDICA FLUMINENSE, artigos não assinados - "Danos que resultam dos enterros fei

tos na cidade e sobre os motivos que têm impedido de se porem em prática as providências lembradas a este respeito pela Sociedade", questão da sessão da Sociedade de Medicina de 14 de abril de 1835, volume de 1836: "Regra de conduta do médico no exercício de sua profissão", volume de 1839; "Erros populares relativos à saúde", volume de 1839.

- 75) SÁ, MIGUEL ANTONIO HERÉDIA DE - Algumas reflexões sobre o cópula o onanismo e a prostituição, em especial na cidade do Rio de Janeiro, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- 76) SILVA, ANTONIO DO NASCIMENTO - Que moléstias predominam sobre os que se empregam nas fábricas de tabaco e charutos estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro? Devem-se por ventura atribuir os resultados da observação exclusivamente às emanações, por que passam durante o seu fabrico?, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852.
- 77) SILVA, PEÇANHA DA - "Memória sobre a amamentação e as amas de leite", in Annaes Brasilienses de Medicina, volume 1869-1870.
- 78) SOUZA, JOÃO FRANCISCO DE - Memória sobre a

prostituição no país, suas causas e medidas a adotar para sua não propagação, Rio de Janeiro, 1876.

- 79) SOUZA, JOAQUIM FRANCISCO DE PAULA - Da morte real e aparente: dos enterramentos precipitados: análise das disposições regulamentares a respeito; Operação do trépano; Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos: regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios; etc. Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1857.
- 80) TEUSCHER, REINHOLD - Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos nas fazendas de café, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para verificação de diploma, 1853.
- 81) VALE, MANOEL MARIA DE MORAIS - Considerações sobre a mendicidade do Rio de Janeiro, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1846.
- 82) VALLADARES, FRANCISCO DE PAULA - Higiene dos Hospitais e Hospícios, tese à Faculdade de

Medicina do Rio de Janeiro, 1878.

- 83) VARELLA, CARLOS ARTHUR BUSCH - Da instrução ao vagabundo, ao engeitado, ao filho do proletário e ao jovem delinqüente: meios de fazê-lo efetiva, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874.
- 84) VIANNA, ANTONIO SALUSTIANO DO NASCIMENTO - Breves considerações sobre a medicina legal aplicada ao casamento, tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1852.
- 85) VIDAL, ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA - Algumas proposições sobre higiene, patologia e terapêutica, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849.
- 86) VIRCIANI, PEDRO JOSÉ - A higiene da velhice, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- 87) XAVIER, FRANCISCO JÚLIO - "Criação de um hospício de maternidade na Corte", in Arquivo Médico Brasileiro, 1845.
- 88) FAZENDA, JOSÉ VIEIRA - Os provedores da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Ti

pografia do Jornal do Comércio, 1912.

- 89) ARAÚJO, PEDRO DE ALCÂNTARA NABUCO DE - Alie-
nação mental, Rio de Janeiro, 1883; Suicídio,
tese ao Ginásio Acadêmico, Rio de Janeiro,
1883; Loucura puerperal, tese à Faculdade de
Medicina do Rio de Janeiro, 1883; "Clínica
psiquiátrica", in Gazeta dos Hospitais 1883.
- 90) BARRETO, TOBIAS - Menores e loucos em direi-
to criminal (estudo sobre o artigo 10 do Có-
digo Criminal Brasileiro), Recife, 1886, 2ª
edição.
- 91) BAYLE, M. - "Sobre as alucinações dos senti-
dos"; "Nova doutrina das moléstias mentais",
in O Propagador das Sciencias Médicas, 1827.
- 92) BRITO JUNIOR, JOAQUIM MARCELLINO - Hipocon-
dria, tese à Faculdade de Medicina da Bahia,
1845.
- 93) COSTA, AUGUSTO - "Da camisola de força geral-
mente usada. Dos seus perigos e abusos", in
Revista Médica, 1874 - 75.
- 94) COSTA, JOSÉ LUIZ DA - Considerações sobre o
amor, tese à Faculdade de Medicina do Rio de
Janeiro, 1848; "Quais as forças que desenvol-

vem a vida na matéria", in Annaes de Medicina Brasilienses tomo 12, 1861-62, p. 161 e 188 e segs; "Medicina Legal da alienação mental", 1861, in Annaes Brasilienses de Medicina, tomo 19, 1867-68; "A loucura considerada como uma alteração das forças da matéria", in Annaes Brasilienses de Medicina, tomo 16, 1864-65; "O que é saúde? O que é doença?", in Annaes de Medicina Brasilienses, tomo 16, 1865-66 e tomo 17, 1866-67: Estudo teórico e prático sobre a satisfação do dano causado pelo delito, Rio de Janeiro, 1867; "Quais as vantagens das manifestações mentais na ciência?", in Annaes Brasilienses de Medicina, tomo 18, 1867-68; O Monitor Popular, Rio de Janeiro, 1870; O Brasil Médico, Rio de Janeiro, 1877.

95) LIVRO DE REGISTRO DOS ALIENADOS DAS MOLÉSTIAS SOMÁTICAS, de 1870 a 1876; Registro das moléstias somáticas, livro da seção de mulheres, 1875; Registro de pareceres dos facultativos, 15 de março de 1880; Santa Casa de Misericórdia (documentos), Rio de Janeiro, 1899; A Santa Casa de Misericórdia e o Hospício de Pedro II, Rio de Janeiro, 1882.

96) JAIME, MANOEL IGNÁCIO DE FIGUEIREDO - As paixões e afetos d'alma em geral, e em particu-

- lar sobre o amor, amizade, gratidão e o amor da pátria, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1836.
- 97) MACEDO, JOAQUIM MANOEL DE - Nostalgia, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1844.
- 98) PEIXOTO, AFRANIO - Epilepsia e crime, tese à Faculdade de Medicina da Bahia, 1897.
- 99) RIBEIRO, ALEXANDRE DE ARAÚJO - A ninfomania, tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1842.
- 100) SANTOS, AUGUSTO FERREIRA DOS - Legislação e jurisprudência relativas às afecções mentais; da influência de certos estados patológicos e fisiológicos sobre a liberdade moral, tese para opositor da seção de ciências acessórias da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentada como primeira prova de concurso a 19 de abril de 1875, Rio de Janeiro, 1875.
- 101) SIGAUD, J. F. - "Reflexões acerca do trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, etc." in Diário de Saúde, nº 1, 1835.

- 102) TORRES, BERNARDINO R. - Causas e sede do sui
cídio, tese à Faculdade de Medicina do Rio
de Janeiro, 1843.
- 103) VALLADARES, FRANCISCO DE PAULA - Higiene dos
hospitais e hospícios, tese à Faculdade de
Medicina do Rio de Janeiro, 1878.
- 104) ATAS DA CÂMARA DO RIO DE JANEIRO, 1830-1831-
in Revista Archivo do Distrito Federal, 1894-
1897, 1951-1954.
- 105) REGULAMENTO DA CASA DE CORREÇÃO DA CORTE - 6
de julho de 1850.
- 106) REGULAMENTO PARA A INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS
OBRAS DA CASA DE CORREÇÃO DA CORTE - Rio de
Janeiro, 1835.
- 107) TOLENTINO, ANTONIO NICOLAO E VISCONDE DE JA-
GUARY, ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY, JOSÉ
AUGUSTO NASCENTES PINTO - Relatório da Comis-
são Inspetora da Casa de Correção da Corte,
Rio de Janeiro, 1874.
- 108) VALLE, LUIZ VIANNA DE ALMEIDA - Relatórios
apresentados pelo diretor da Casa de Corre-
ção da Corte, de 1869 a 1876, 8 volumes.

- 109) VIANA, PAULO FERNANDES - "Abreviada demonstração dos trabalhos da Política em todo o tempo que a serviu o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 55, Parte I, 1892.

No I Tribunal do Júri, lemos processos criminais do século passado em que tivessem envolvidas mulheres negras, especialmente atenta para os crimes de infanticídio.

Levantamento de Material de Imagens na Biblioteca Nacional

Como imagens entendemos os quadros e gravuras do século passado que retrataram a cidade e seus habitantes. Na maioria das vezes de autores estrangeiros, chamados viajantes. Também os mapas, os retratos, os anúncios com gravuras e as caricaturas.

Em relação as imagens, inicialmente efetuamos um levantamento do material existente no setor de Iconografia da Biblioteca Nacional. Em seguida passamos a analisar os albums disponíveis e tentamos efetuar um levantamento estatístico das gravuras (como indicamos acima). Sempre com o objetivo do levantamento da condição de vida da mulher negra, não desprezamos dados sobre o grupo (incluindo homens e crianças) por considerar que, em determinados momentos, compõem ou fazem um contraponto para o entendimen-

to da condição feminina no período.

Fizemos também uma análise de conteúdo dos comentários que tivessem sido feitos pelo autor da gravura quer pelo editor ou organizador do álbum.

Porém os seguintes os autores selecionados:

Arago, J; Bertichen, P; Briggs, F; Buvelot, Luis; Chamberlain, Henry; Debret; Guillobel, Joaquim Candido; Landseer, Charles; Moreau, Auguste; Martinet, Alfredo; Arnaud Julien; Rugendas; Steinmann, João; Theremin, Guilherme; Taunay.

Destes escolhemos os seguintes:

Almanaque do Rio de Janeiro - 1817 e 1818 - Impressão Régia.

Auler, Guilherme, A Construção do Palácio de Petrópolis.

Chamberlain, Tte. Rio de Janeiro em 1819/20 - Rio 1943

Vistas e Costumes do Rio de Janeiro
(Acervo de Francisco Marques dos Santos)

O Ambiente artístico Fluminense à
chegada da Missão Francesa em 1816,
in Revista do SPHAN, nº 5.

- Correia Magalhães, Terra Carioca, Fontes e Chafarizes, Rio, 1935.
- Cruis, Gastão, Aparência do Rio de Janeiro, Rio, 1949
- Debret, Jean Baptiste, Viagem Pitoresca e História do Brasil, São Paulo, 1940.
- Fazenda, J. Vieira, Antiquilhas do Rio de Janeiro
- Garcia, Rodolfo, História das Explorações científicas no Brasil, 1922, Habitat nº 3 - São Paulo.
- Henderson, James, A History of the Brazil, London, 1821
- Itamaraty - Boletim de informações para o Brasil, nº 20 de 24/07/1950
- Marrocos, Santos, Cartas, in Annaes da Biblioteca Nacional, Vol. LVI, 1939
- Natterer, Voyage de N. Nattere au Bresil, in Nouvelles Annales des Voyages, Vol. XXI, Paris 1824
- Pohl, João Emanuel, Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821, Rio, 1951.
- Rambo, P. Balduino, Martins, São Paulo, 1952
- Rangel, Alberto, Transanteontem, São Paulo, 1943
- Rugendas, João Maurício, Viagem Pitoresca através do Brasil, São Paulo.
- Santos, Luis Gonçalves dos (Padre Perereca) Memórias para servir à História do Reino do Brasil, Rio,

Album denominado: O VELHO RIO DE JANEIRO, Edições Melhoramentos - Cód. 0.04.034 - Tradução de Lucia Furquim Lahoney er.

Autor : THOMAZ ENDER (86.1.3)

Dados sobre o autor: Viajante, participou das missões enviadas pelos governos da Austria e da Baviera composta das seguintes personalidades:

Prof. Johann Cristof Mikan (botânico e entomólogo)

Dr. Johann Emanuel Pohl (médico, mineralogista e botânico)

Johann Natterer Jr. (zoólogo)

Johann Buchberger (Pintor de Plantas)

Heinrich Schott (Jardineiro Botânico)

Thomas Ender (pintor de paisagens)

Todos os citados acima Austríacos e mais:

Johann Baptista Spix (zoólogo)

Karl Friedrich Philip von Martius (botânico)

"Só o conhecemos recentemente (2/6/1950) com o álbum Um Austríaco Pintando o Brasil, exposto no Brasil nos festejos comemorativos do IV Centenário.

Ele ficou no período de 1817 a 1818. Notamos (na sua obra) que havia mais de 10 "tipos de rua", negros e negras, vendedores ambulantes, personagens que nos eram familiares."

(Gilberto Ferrez, comentando a obra)

Análise quantitativa das gravuras

Gravuras em geral	143
Gravuras com pessoas brancas	51
Gravuras com pessoas negras	83
Gravuras com brancos e negros	45

Gravuras com mulheres	59
Gravuras com mulheres negras	57

Comentário e indicativo de algumas pranchas pela organizadora e tradutora do álbum:

Sobre a prancha **FIXAÇÃO IMEDIATA DE UM FLAGRANTE**:

Denominação explicativa: "As pessoas de diversas raças em seu trabalho cotidiano" (só que "essas pessoas" são elementos negros)

Comentário sobre a gravura estendido ao autor:

"Espelhariam elas as profundezas do seu coração, teriam as tensões de sua alma nelas tomado forma? É questão de consciência - e talvez o crítico rotineiro não consiga solvê-la satisfatoriamente. Por isso, Ender não consegue permanecer na lembrança dos pósteros como grande pintor de criações próprias. Quase foi esquecido. Algumas de suas paisagens a óleo, em molduras ainda se encontram em salões antiquados, nas ante-salas dos ministérios. O século passado amou em Ender algo que hoje não mais podemos amar". (pag. 27)

Sobre a prancha **PANORAMA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**, de 1817:

"Visto da Ladeira do Morro da Conceição. O primeiro plano esta composto admiravelmente. O problema de água, naquela época, como hoje, era aflitivo. No segundo plano,

a cidade desde a Ilha das Cobras até o Campo de Sant'Ana, vendo-se os Morros do Castelo, Pão de Açúcar, St^a Antonio, St^a Tereza e Corcovado. Entre as várias igrejas reconhecemos, de esquerda para direita: Candelária, St^a Rita, Ordem Terceira do Carmo, São José, Bom Jesus, Rosário, St^a Antonio, São Francisco, São Domingos e São Joaquim". (Pag. 2)

Sobre as pessoas negras que aparecem, nenhuma referência da organizadora e tradutora.

Sobre a prancha da página 32:

"Grupo de feiras de verduras"

O grupo todo é composto de pessoas negras. Silêncio.

Sobre a prancha da página 33:

"Vista da Capela de St^a Luzia"

Inúmeras pessoas negras aparecem. Silêncio.

Sobre a prancha da página 77:

"Feirantes"

Todos negros. Silêncio.

Sobre a página 117:

"Gravura de uma pessoa"

A pessoa em questão é uma negra.

Sobre a prancha VISTA DA CASA DE CAMPO DO BISPO:

Nesta gravura existe uma casa que é descrita (pela organizadora, não pelo autor que deve ter deixado a gravura sem denominação) em pormenores: arquitetura, tipo de madeira usada etc; a paisagem louvada com todo o tipo de vegetação comentada e identificada. Também existem cinco ne-

gros, duas mulheres, sobre eles, nada.

Album denominado: VISTAS E COSTUMES DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO E ARREDORES EM 1819 - 1820

Coleção de Temas Brasileiros - Volume nº 1

Autor: Tte. Chamberlain (da Artilharia Real)

Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes

Livraria Kosmos Editora

Análise quantitativa das gravuras

Gravuras em Geral	38
Gravuras com pessoas brancas	33
Gravuras com pessoas negras	25
Gravuras com brancos e negros	19
Gravuras com mulheres	14
Gravuras com mulheres negras	12

Comentários sobre as pranchas

Chamberlain inclui os negros na contagem das "almas" da cidade do Rio de Janeiro. Parece-nos importante perceber a riqueza de explicação não somente descritiva mas também interpretativa dos usos e costumes dos habitantes da cidade. Tal fato é sempre freqüente quando é o próprio viajante que descreve sua gravura. Deste autor selecionamos aquelas que nos pareceram mais importantes para o nosso trabalho, quais sejam, as que descrevem atividades entre o

grupo negro.

UMA FAMÍLIA BRASILEIRA - "A pequena distância, caminham os criados negros a quem confiam a guarda do caçula, do cãozinho de estimação e do guarda-chuva."

O LARGO DA GLÓRIA - "A negra, logo no primeiro plano, é uma quitandeira ou vendedora ambulante de uma porção de mercadorias, tais como chapéus, livros, bandejas, algodões, musseline, etc, etc, e a que tem uma pirâmide na cabeça vende milho e feijão.

(...) A negra ao lado, a quem procura convencer que prove a sua devoção e salve a sua alma, vende cana de açúcar e um licor de arroz chamado alhoá".

A REDE - "O negro - presume-se - volta da cidade com um fardo de capim, amarrado num pau, para facilitar o transporte. Esses capinadores, geralmente andam a passo largo, numa espécie de trote, e procuram distrair-se da fadiga com um canto desafinado, que parece qualquer coisa entre o gemer e o cantar.

A negra, com uma criança as costas, vende abacaxis".

ASPECTO DO DESEMBARCADOURO DA GLÓRIA - "(...) a mulher com o balde, uma vendedora de água - o ferro ao redor do

peçoço indica que é uma negra que já fugiu para o mato. E a outra uma vendedora de frutas. Parece que, contanto que o escravo fique sempre ocupado, não importa a qualidade de trabalho produzido, ponto este, em que o escravo e o senhor estão de perfeito acordo. O exemplo não é inaplicável ao trabalhador livre, o qual, raramente, é melhor ou mais ativo do que os seus companheiros de cor preta.

BARRACA DE MERCADO - "A Barraca de Mercado, aqui reproduzida, é igual às que geralmente se encontram nas áreas abertas da cidade. Sua construção é simples, sendo armada de manhã e desarmada à noite. Consiste apenas em quatro esteios retos e uma cobertura de folhas de bananeiras, para quebrar os raios abrasadores do sol. Estas barracas pertencem, em geral, as negras livres que negociam com aves, verduras, legumes e milho e, as vezes, também, com pão e peixe frito. É o ponto de reunião dos negros indolentes e tagarelas, vendo-se aqui, alguns deste entregues à sua inclinação natural de escutar a conversa dos outros. Aí está um menino com uma cesta na cabeça, mandado pelo senhor para procurar emprego, a discutir com a mulher da barraca. Atrai a atenção de outra negra, que traz na cabeça para vender, vinho e cachaça (espécie de rum ordinário, aguardente comum do país) um tabuleiro, de outra que vende milho, de um ajudante de barbeiro, esquecido de que o freguês do patrão o espera ansiosamente e até da dona de uma outra barraca, que a abandona por um instante,

arrastada pela vontade irresistível de participar do mexe
rico.

O negro que carrega uma cesta à cabeça, apesar de inter-
romper a sua marcha para saber o que se passa, não pára
por isso de tocar a sua "madimba LUNGUNGO" predileta, ins-
trumento musical africano em forma de arco, com um arame
ao invés de corda. Na extremidade em que segura o arco
está presa uma cabela vazia ou tigela de madeira, a qual,
encostada ao estômago nu, permite ao executante sentir
tão bem quanto ouvir a música que produz.

O modo de tocar é muito simples. Estando o arame bem esti-
cado, toca-se-lhe de leve, produzindo um som, modulado pe-
los dedos da outra mão, que vai apertando o arame em vá-
rios lugares, de acordo com o capricho do músico. São re-
duzidos os recursos musicais e muito poucas as melodias
que se tocam, acompanhadas quase sempre pelo canto do exe-
cutante. São canções de sua terra natal, cantadas na pró-
pria língua materna.

A dona mais velha da barraca aparece inteiramente absorta
nas fumaças e nas delícias do seu pito, nenhuma atenção
prestando ao que se passa ao redor.

ESCRAVOS CONDENADOS ÀS GALÉS - "(...) A negra clara,
igual às muitas que há no Rio, carrega cana de açúcar e

cajus. Esta pobre gente é de um aspecto repugnante e, como as albinas da Europa, enxergam melhor à noite".

(O que significará este comentário: será sobre os mulattos de um geral, ou apenas sobre os chamados sararás - pele branca e cabelo carapinha louro ou ruivo?

ENTERRAMENTO DE NEGRO - "Cemitório da Misericórdia - O cadáver é costurado dentro de um saco rude e depois colocado em uma rede, pendurada por uma vara, e coberto por um cobertor velho. Assim é carregado para a fossa, por dois negros, sem cerimônia nem lágrimas. Murmura-se uma prece diante do cadáver. E a terra é jogada por um dos carregadores enquanto o outro, com os pés e um pedaço de pau, soca a terra sobre o corpo. Isso feito, vão-se embora. Eis o enterro simples de um negro".

PARTE I

O SER INVISÍVEL

O SER INVISÍVEL

"I am an invisible man. No. I am not a spook like those who haunted Edgar Allan Poe; nor am I one of your Hollywood movie ectoplams. I am a man of substance, of flesh and bone, fiber and liquids - and I might even be said to possess a mind. I am invisible, understand, simply because people refuse to see me. Like the bodiless heads you see sometime in circus sideshows, it is as though I have been surrounded by mirrors of hard, distorting glass. When they approach me they see only my surroundings, themselves, or figments of their imagination - indeed, everything and anything except me." (Ralph Ellison, Invisible man. 1952, pag. 7).

A invisibilidade do negro é um fenômeno que, como podemos observar na citação acima, não se restringe ao espaço brasileiro. E, se não ocorre somente entre nós, não é também um fato recente. Além de adquirir formas e expressões as mais diversas possíveis. Parece-nos que, numa solução possivelmente sociopatológica, a população branca dominante, prefere não ver, não adquirir, não registrar, em suma, negar a total existência de alguma coisa que a incomoda, da qual não compreende e que torna sua existência mais suave se ignorada. Sintomaticamente faz isso com as crianças abandonadas, com os miseráveis, com os idosos, confinados em asilos.

Se negando, ignorando as condições de vida do grupo negro, ou

do grupo que incomoda a população dominante, fazem-na sentir-se melhor, executam muito bem tal atitude, podendo até esquecer sua existência. No caso do Brasil, é fato esclarecedor, a ocupação ou melhor a preocupação com o elemento negro durante um período em que, economicamente, este grupo era o principal alicerce. Mais intensa tornou-se esta preocupação, no momento em que era necessário a mudança do sistema econômico. Nestes períodos, os negros existiram. Eram força necessária e ativa. Eram, em resumo. Além disso, como podemos ver à frente, foram importantes, também no aspecto psíquico-social, para serem responsabilizados por uma série de sequelas e "culpas" recém descobertas no seio da família brasileira.

Assim, para ser depurada, a família, através dos discursos ideológicos de seus agentes, pode responsabilizar o grupo negro, com o qual mantivera estreita conveniência, de todos os aspectos negativos e mesmo patológicos inerentes à sua estrutura.

Historicamente, porém, durou pouco tal período. Tão logo "resolvidos" tais embates, tendo sido, o grupo negro devidamente definido como causador de todas as mazelas, principalmente as morais da família brasileira; tendo sido mudado o sistema econômico para que melhor pudesse transcorrer a exploração do capital; tendo sido expulsos os elementos humanos, alicerces da economia brasileira, sem direito algum sobre o patrimônio que ajudaram a construir; o negro passou à invisibilidade, à não-existência. Passou a não-ser.

Este fato pode ser comprovado de várias maneiras. Se forem efetuadas leituras da média e grande imprensa Brasileira no final do século XIX, nada se encontra sobre negros: homens, mulheres ou crianças. É extremamente intrigante, para qualquer investigador à procura do grupo negro, não encontrá-lo em relatos da imprensa cotidiana. Após a abolição, tem-se a nítida impressão de que foram tragados do país, de que sumiram sem deixar vestígios. Não se verifica sua presença nas crônicas diárias, nas notícias veiculadas que tratem do dia a dia dos habitantes da cidade, mesmo nos relatos sobre o incipiente mercado de trabalho. Pode-se inferir apenas, sua presença, nas notícias ligadas à violência, ao abandono e à morte. Não são mais citados como negros, porém. Adquiriram genericamente o codinome de POBRES.

Entretanto, podemos questionar se, de fato, existiram elementos negros suficientes para serem notados no país após a abolição. Quem sabe se realmente não desapareceram? Ido para os Quilombos, voltado para África ou simplesmente morrido? Eles estavam na cidade! Estavam nas ruas vendendo coisas: doces, quitutes, angu, água ... Trabalhando como domésticos/as, como operários/as, servindo como amas de leite, carregadoras, companheiras, amantes ...

A maioria das gravuras contém pessoas retratadas. Destas, grande parte são negras. Podem-se ver inúmeras mulheres. Negras com seus cestos, balaios, crianças, nas costas ou na cabe

ça. Andando, encostadas, sentadas, caladas, absortas, conversando e rindo, rindo, rindo ... Suas roupas permitem ver corpos firmes, acostumados ao trabalho duro. O colo farto deixa perceber quando não mostra, seios rijos e bonitos. A cabeça, quando não ocupada, mostra o cabelo trabalhado com cuidado, enfeitado ou livre.

Nas imagens deixadas pelos viajantes, os negros são vistos, existem, preenchem. No mais, silêncio.

Fato curioso ocorre quando tais gravuras são editadas posteriormente, reunidas em álbum. Quando ela não é nominada pelo autor e é descrita por outrem, o mesmo silêncio acontece. Semelhante ao que se encontra na imprensa e nos periódicos. Descrevem a gravura pormenorizadamente, se existem construções, indicam até o material utilizado para tanto. Se existe flora ou fauna, seus caracteres, origem e beleza são comentados exaustivamente. Menos as pessoas. Quando são negras.

Observem esta gravura de Thomaz Ender, é denominada "Vista da Casa de Campo do Bispo, no Rio Comprido". O editor complementa: "A capelinha e o alpendre desapareceram, mas a casa lá está tal e qual; é o atual prédio principal do Seminário Diocesano de São José."

Os editores descrevem a casa em detalhes e louvam a paisagem. E sobre as cinco pessoas existentes na gravura? Os cinco negros? Nada. Como se não estivessem ali. Como se não existissem.

A idéia é exatamente essa, fazer de conta que não existem. Mas será que este desejo poderia ser concretizado? Tais pessoas realmente não existiam na vida da população branca dominante?

Durante muito tempo a historiografia oficial construiu a relação entre senhoras e escravos de forma idealizada e fantasiosa. Segundo esta construção a convivência entre eles se dava com base no humanitarismo que permeava tais relações. O tratamento dado aos escravos, segundo a história oficial era tido como diferente, bom e amigo. Em contrapartida os escravos eram sempre dóceis, companheiros e insubstituíveis. Enfim, tão paradisíaca que, se perguntassem aos escravos sua preferência, fatalmente teriam escolhido a escravidão no lugar de liberdade. Esta imagem podia ser confirmada nos relatórios políticos de então. O Ministro da Agricultura João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, em relatório de 1877, dirigido à Assembléia Geral

legislativa, afirmava: "Menciono ainda com a mais viva satisfação que o tratamento dispensado aos escravos e aos ingênuos é, em geral humaníssimo ..." (1)

O desmascaramento de atitude supostamente humanitária que tinham para com os escravos surge com pesquisas efetivas, onde documentos, leis e outras fontes, são analisados e conseguem revelar parte do real.

Christie, em análise de tal questão, disse que "A idealização da escravidão, a idéia romântica da suavidade da escravidão no Brasil, o retrato do escravo fiel e do senhor benevolente e amigo do escravo que acabaram por prevalecer na literatura e na história, foram alguns dos mitos forjados pela sociedade escravista na defesa do sistema de que não julgava possível prescindir. (2)

É provável que o intuito de fazer voltar atrás a decisão da Inglaterra em proibir o tráfico tenha motivado nossos governantes a descreverem o cativo com doçura e considerar a vida cativa como verdadeiro paraíso. Entretanto, mesmo frente a documentos comprobatórios da extrema violência com que foram tratados os negros, encaramos com cuidado o extremo oposto.

Neste momento, levantamos algumas questões sobre a forma de convivência entre os dois grupos populacionais e, na medida do possível, sentimentos inferidos nestas relações.

que a situação não era radicalizada por um sentimento odioso de parte a parte atestam alguns relatos:

Na tarde do dia (9 de janeiro de 1873) na freguesia de Santo Antonio, estando o fazendeiro José Antonio Barroso de Siqueira a jantar em sua casa com sua família, aí penetraram os escravos Antonio, Agostinho, Ciro e Amaro, armado de facas, foices e lanças, e o assassinaram barbaramente. Consumado o atentado, e vendo-se a sós, foram ao escritório da vítima, arrombaram a secretária, rasgaram papéis, dinheiro e tudo que encontraram, quebraram móveis, assenhoraram-se de duas espingardas, revólveres e competente munição e seguiram para a adega, onde beberam, quebraram garrafas e fizeram quanta sorte de desatino houve, tendo o de nome Amaro, antes de se dirigir à adega, procurando também assassinar a senhora que escapou à sanha brutal desse malvado protegida por um outro escravo de nome BENTO, que neste ato ficou gravemente ferido por uma foiçada dada pelo mesmo AMARO. Após esse vandalismo saíram esses malvados para o terreiro e aí agrediram a F. Braga, que escapou a morte pela oposição que fizeram outros escravos da fazenda, recebendo, porém, ferimentos de faca nos braços. (3)

Esses orifos indicam os defensores. Os que não hesitam em se darem totalmente, com prejuízo de suas próprias vidas para



A frequência e a sofisticação com que se castigavam os escravos levam-nos a colocá-los na posição de torturados, tendo como torturadores seus donos: senhores e senhoras.

Engendas, M. "Viagem Pitoresca através do Brasil", São Paulo, Martins Editora, Gravura 4/10.

a defesa de um grupo, ou de pessoas que, na verdade situam-se como seus dominadores. Porque tais escravos não se unem aos outros, na rebelião? Ou porque simplesmente não se omitem, assistindo a sinais dos que tomam o poder de vida e morte nas mãos?

Num espaço social onde a ausência de normas era a norma, no tratamento dado aos escravos, onde os únicos pontos de referência passam a ser as decisões onipotentes e irracionais daqueles que dominam, por que motivo, num determinado momento de inversão da situação, pessoas optam pela defesa daqueles que são, no cotidiano, os opressores?

Consideramos na situação de escravidão, a tortura como uma possibilidade freqüente, encarada pelas partes como ações esperadas no dia a dia. A freqüência e a sofisticação com que se castigavam os escravos levam-nos a colocá-los na posição de torturados, tendo como torturadores seus donos: senhores e senhoras.

Nas palavras de J. Goulart, "senhores de escravos houve, no Brasil, que ao espetáculo de uma flagelação, já por si só barbaresco, compraziam-se em torná-lo ainda mais cruento às vezes por simples 'divertissement'. Não faltaram os que, dispondo-se a assistir a tão triste representação, após acender longos charutos, determinavam que o fim da surra coincidisse com o do pito. Sabe-se, do mesmo passo, dos que mandavam aplicar o sistema de novenas e trezenas, consoante o qual o castigado rece-

bia determinado número de açoites, diariamente e na hora certa, ao longo de nove ou de treze dias (...) Com isso 'as feridas abertas pelas chibatadas da véspera eram reavivadas no dia seguinte, às quais se juntavam novas, o que deixavam a vítima, ao término de castigo, em lamentável estado, não raro levando-a à morte." (4)

Não raramente os excessos em tais "castigos" levavam à morte; o que trazia alguma preocupação aos governantes como atesta recomendação de sua majestade em carta ao Governador Geral: "Sou servido ordenar-vos que tomeis informações verbais e sumárias do modo com que os senhores tratam seus escravos e achando que alguns excedem a moderação que lhes é permitida, os castigueis arbitrariamente e quando acheis algum compreendido em excesso grave o fareis processar sumariamente." (5)

A escolha da fuga como solução nem sempre se revelava como a melhor escolha. A necessidade de se evitar as reuniões comunitárias que fatalmente desencadearia rebeliões em larga escala, levava os governantes a reprimirem violentamente a idéia de quilombo.

As frequentes regulamentações e alvarás. Como regulamenta o seguinte Alvará: "eu, El-Rei, faço saber aos que este Alvará em forma de lei virem: que sendo-me presente, os

insultos que no Brasil cometem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam calhambolas, passando a fazer excesso de se juntar em quilombos, e sendo preciso acudir com os remédios que evitem esta desordem, hei por bem que a todos os negros, que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo, uma marca em uma espádua com a letra F - que para este efeito haverá nas Câmaras, e se quando se for executar esta pena for achado já com a mesma marca, se lhe cortar uma orelha; tudo por simples mandado do Juiz de Fora, ou Ordinária da Terra, ou do Ouvidor da Câmara, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido antes de entrar para a Cadeia: Pelo que mando ao Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil. Governador, e Capitão General do Brasil, Governadores e Capitães-Generais, Desembargadores de Relação, Ouvidores e Justiça do dito Estado, cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar este meu Alvará em forma de lei, que valerá posto que seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da ordenação do livro 2º § 4º em contrário, o qual será publicado nas Comarcas do Estado do Brasil, e se registrará na Relação e Secretaria dos Governos, Ouvidoria, e Câmaras do mesmo Estado, para que venha a notícia de todos. Dado em Lisboa ocidental a três de março de mil e setecentos e quarenta e um. a) Rei. (6)

Se algumas das leis que tentaram controlar os excessos nunca saíram do papel, o mesmo não ocorreu as formas de repressão.

Além de regulamentadas estimularam o nascimento de novas ocupações como a de apresadores de escravos e outras. Capturado o escravo, independentemente de sexo ou idade pode ser mutilado ou carregar grossos e pesados ferros pelo corpo como um estigma de fugitivo. Tais práticas ao mesmo tempo que controlavam o ex-fugido, castigava-o.

Frente a alguns documentos em que relatam uma série interminável de sevícias, a idéia que se tem é que existe um desejo de destruição por parte dos donos de escravos em relação a sua propriedade. Não que tivessem inventado a tortura. Ela permeia os séculos. Em alguns momentos da História recente, inclusive, ela é pública e executada pelos representantes do poder legal instituído. Como nos lembra a obra de Foucault e a descrição de alguns condenados franceses. A diferença é a sua sistematização no cotidiano das vidas das pessoas, e o prejuízo de tal tratamento num "objeto" que tinha um valor econômico real, fixado pelo mercado.

Falamos em destruição porque fica extremamente difícil pensar em preservação analisando atitudes desvairadas de proprietários de escravos frente a qualquer deslize de suas "peças".

Costuma-se lembrar que os escravos, no Brasil, eram tratados como animais. Mas qual animal é espancado todos os dias até a morte? Qual animal tem seus olhos, seios, dedos e outras partes do corpo cortadas, ficando mutilados? Qual animal, finalmente é morto sem maiores explicações por seus donos?

Torna-se impossível pensar em preservação, mas como destruir o companheiro de todas as horas? Como destruir totalmente o alicerce econômico?

Em seguida tentaremos traçar alguns exemplos do cotidiano dessas pessoas. O nosso objetivo é inferir na ambivalência das relações.

NOTAS

- (1) J. A. Goulart, (1971) pag. 31
- (2) Idem, *Ibidem*
- (3) Relatório de 8 de setembro de 1873 do Desembargador Manoel José de Freitas Travassos, presidente da Província do Rio de Janeiro, apud A. Goulart ob.cit. pag. 140.
- (4) J. A. Goulart, ob.cit. pag. 95
- (5) Documentos Históricos LXVIII pag.159 apud J. A. Goulart ob.cit. pag. 159
- (6) Documentos Interessantes, XIV pag. 245 - 255 apud J. A. Goulart ob.cit. pag. 192.

CAPÍTULO 1

O ANIMAL QUE ALIMENTA

O ANIMAL QUE ALIMENTA

O costume de se adotar uma ama de leite não se limitou às sociedades escravagistas.

A Inglaterra dos séculos XVII e XVIII tinha como hábito mandar suas crianças serem criadas longe de suas casas, no campo, ficando em mãos de camponeses que teoricamente eram saudáveis e excelentes nutrizes. Na realidade, porém, o costume era usado, por estas mulheres como fonte de renda. Para que tal fonte não se esgotasse, crimes eram cometidos, como por exemplo a substituição das crianças que morriam ou tomando-se mais de uma criança, simultaneamente para criar, juntando, algumas vezes duas dúzias de crianças que cuidavam aleatoriamente, em prejuízo da própria criança.

A justificativa frequente era a de que mães raquítico-infantis, sem leite, poderiam levar suas crianças à morte. Para salvá-las, as mães faziam o sacrifício de se afastarem de seus bebês e entregá-los às mulheres do campo.

Na verdade, as necessidades de uma população masculina que detinha o poder, ficava acima do cuidado com a própria espécie. Os médicos - também homens que detinham o poder científico; apenas ratificavam a "necessidade" da época: mulheres livres, quartos sem choro de crianças que pudessem incomodar os "donos da terra".

Michel Foucault revela que Flandim, historiador do século XVIII ao "ligar o aleitamento e a contracepção, mostra que a verdadeira questão era a sobrevivência das crianças e não sua geração. Ou seja, praticava-se a contracepção não para que as crianças não nascessem mas para que as crianças pudessem viver, uma vez nascidas." (1)

A crença na suposta qualidade do leite escondia interesses que dificultavam a adequação da situação da mulher pós-parto e seus bebês. 'Michel Foucault diz que "havia uma espécie de circuito que fazia com que as crianças nascessem uma após as outras. Com efeito, a tradição médica e popular dizia que uma mulher, quando estivesse aleitando, não tinha mais o direito de manter relações sexuais, do contrário o leite se estragaria. Então as mulheres, sobretudo as ricas, para poderem ter relações sexuais e assim segurar seus maridos, enviavam seus filhos para a ama de leite."

(2)

No caso do Brasil, com a reutilização do elemento escravo, a contradição se instala nesta questão do aleitamento. Necessita-se do leite e para isto, para que haja produção de leite é necessário que a mulher negra engravide. Mas não se necessita do bebê negro. Ele é, antes, um empecilho. Poucas famílias brancas que recorrem ao aluguel de uma ama, aceitam que se traga as crianças junto com suas mães. A convivência das crianças negras com os bebês brancos, para quem o leite é comprado, é desaconselhado por todos. Mé

dicos higienistas, ideólogos da "nova" família recomenda que se mantenham afastadas mães-amas, de seus filhos negros. A justificativa utilizada pauta-se pela segurança dos bebês brancos. O médico José dos Santos Zamith, em sua tese de medicina, aconselha cuidado em se ter a escrava ama junto com seus filhos, porque "algumas há que, apesar de terem consigo os seus filhos, maltratam a criança que tem obrigação de cuidar porque foram alugadas ou servem contra a vontade. E não obstante toda a vigilância que as mães empregam, elas não cuidam das crianças como devem." (3)

Os médicos definem e prescrevem o leite ideal com ama de bico de seio ideal - "os peitos deverão ser convenientemente desenvolvidos, nem rijos, nem moles, os bicos nem muito pontudos, nem encolhidos, acomodados ao lábio do menino" - em situação ideal, ou seja, sem as "crias."

A sociedade, desta forma, transforma em suas necessidades estas recomendações como se pode perceber pelos classifica- dos arrolados abaixo:

"Aluga-se uma ótima ama sem cria" (Jornal do Comércio, 1.2.1850)"

"Vende-se uma preta de nação, com bastante leite e da primeira barriga, sem cria, mui vistosa e rapariga. (Diário do Rio de Janeiro, 4.7.1850)"

"Aluga-se uma preta para ama com muito bom leite, de 40

dias e do primeiro parto, é muito carinhosa para crianças, não tem vício algum e é muito sadia; e também se vende a cria (Jornal do Comércio, 3.8.1850)." (4)

Se na Inglaterra, o desinteresse em se verificar o tratamento dado às crianças e sua sobrevivência, transformava este costume num processo criminoso onde as amas ou seus intermediários, costumavam receber a pensão por criança já mortas e onde se verificava grande incidência da mortandade, ocorrendo uma "verdadeira indústria do aleitamento"; no Brasil, com o sistema escravo, a "indústria do aleitamento" tem caminho diferente. (5)

1) Porque a mulher negra como nutriz

No momento em que era corrente a utilização de escravos para efetuarem tarefas fora de casa, alugados por seus senhores, em troca de um "jornal" diário, que os próprios negros repassavam sob ameaças de castigo ou prisão, a aluguel das negras como ama-de-leite tornou-se uma grata fonte de renda. Não era tranquilo, porém o

presente, dinheiro! que beleza!' Esta linguagem me pareceu sedutora; contudo ao levantar os olhos dei com Rosa transtornada de dor, duas lágrimas silenciosas rolando pelas faces: sorte estranha, pensei, essa que faz rolar lágrimas de desespero!

Após um momento de silêncio, a pobre moça, se armando de coragem, respondeu energicamente: 'E meu filho, que vai ser dele? vou abandoná-lo?'

'Vamos! Vamos! não comece a criar caso, agora, com o seu filho; você sabe muito bem que o senhor tomará conta dele, vai enviá-lo para o campo, onde nada lhe faltará.'

(...) Uma coluna do 'Jornal do Comércio' se enche todos os dias de anúncio de aluguel de amas-de-leite; para quem sabe do que se trata, cada linha representa um drama íntimo, a história do naufrágio de uma afeição santa ou indica uma cruel separação; cada anúncio significa lágrimas, luto e desespero! Apesar disso, o interesse pesa sobre essas coisas e outras, pois cada ama corresponde de 120 a 150 francos por mês.

Tirar o filho de uma mãe não é atroz? não é revoltante? Pois é! fale-se de emancipação diante de algumas pessoas mais ou menos interessadas em manter a ordem de coisas atuais e elas responderão que se é utópico, visionário, que os operários europeus são muito mais infelizes que os negros, etc. etc. Belo argumento! então é preciso que a miséria seja extirpada da sociedade européia, antes de procurar libertar os escravos, estes terão que esperar muito tempo!" (6)

processo da venda de leite humano.

O testemunho do viajante que, não obstante, se utilizar das amas de leite, observa a forma como se resolve a colocação das nutrizas negras, é revelador: "Eu estava a procura de uma ama de leite."

Você sabe o que se faz nesse caso: toma-se O Jornal do Comércio e procura-se, numa das colunas da quarta página. Vi anunciadas negras, mulatas e pardas; em resumo, me fizeram pensar em todas as cores.

(...) Perto de minha casa, havia uma espécie de maternidade, de uma parteira francesa; recebia como pensionistas escravas, fazia o parto, cuidava delas e se encarregava de alugá-las, de separá-las dos filhos, operações muito desagradáveis para os senhores e pelas quais era fartamente recompensada. Neste dia, ela anunciara uma ama de leite; fui à casa dela e expliquei a razão de minha visita; era uma matrona refinada, que não se intimidava facilmente. Gritou para o fundo do jardim: 'Rose! Rose! venha cá!' Rose apareceu; era uma rosa negra, variedade desconhecida nas florestas de Fontenay e Harlem. 'Chegue aqui, minha filha', disse a parteira com um tom carinhoso; 'você pode dizer que tem sorte! O Senhor aqui precisa de uma ama e veio buscar você; você vai para uma boa casa, com um belo jardim, todos os vestidos da senhora, alimenta o menino branco, lindo como um anjo e ainda recebe de

Como se pode ver pelos anúncios, a necessidade que se buscava nas amas era que tivessem leite e que fossem contratadas já livres de suas crianças.

Desta forma fica evidente que a escolha da mulher negra como nutriz não era em função de qualquer pensamento de superioridade da raça negra. Além da sua disponibilidade no mercado, a resolução da contradição maior: parida com leite mas sem criança se tornava mais fácil.

2) A tentativa de extermínio das crianças negras

Os filhos das mulheres negras, alugadas como amas-de-leite tinham sua situação praticamente resolvida. A forma encontrada se dividia entre os depósitos institucionais e os particulares. Os seguintes exemplos podem traduzir algumas das práticas de então:

"Recebe-se uma criança para criar de leite, na Rua Senador Pompeu nº 31" (O Paiz - 19.01.1885) "Tomam-se crianças de um ano para criar, para tratar e educar com carinho e esmero, para informar na Rua da Praia, 236,"

(Idem, ibidem)

"Os administradores dos meninos Expostos da Santa Casa de Misericórdia fazem saber às criadeiras dos menores expostos, que a 3 do corrente, e amanhã e depois devem comparecer com eles, na Casa da Roda, para aí receberem o

que lhe dever de criação e vestuário." (Diário do Rio de Janeiro 3.6.1821)."

O terceiro anúncio anula a possível bondade que pudesse ser inferida pelos dois primeiros. A Instituição de "creadeiras" que se dispunham a "tomar crianças para criar" facilitava a maior disponibilidade das amas para serem mercantilizadas.

As criadeiras, muitas vezes, recebiam ajuda para crianças que há muito já haviam morrido sem que se pudesse verificar eficazmente este fato.

Quanto a Casa dos Expostos, também chamada de Roda, menos que um orfanato revelava-se um eficaz meio de se fazer desaparecer as crianças.

Pelos comentários publicados na imprensa percebe-se ser de conhecimento público os acontecimentos neste depósito.

"Ante-ontem foi encontrado no corredor de uma casa na rua Senador Eusébio, uma recém-nascida, cor preta. A autoridade policial remeteu-a para a Casa dos Expostos, enquanto a mãe provavelmente está alugada para ama de leite por evultada soldada." (O Paiz - 20.01.1885).

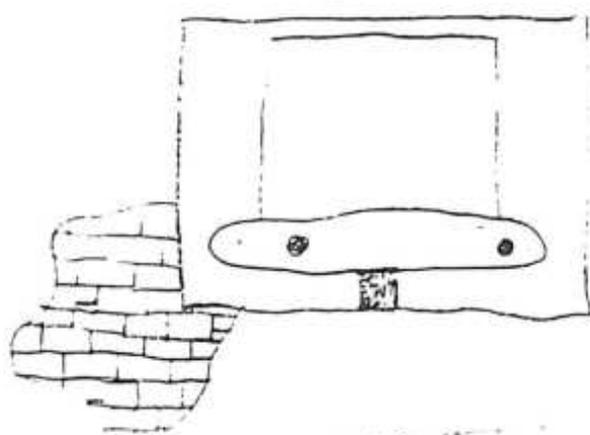
A eficácia do depósito de menores começava nos seus mu-

ros. Seus portões, sempre fechados não precisavam nem serem abertos à chegada de um novo bebê. Em seus muros existia um artifício que facilitava a entrega das crianças. Um nicho aberto onde se instalara uma roda, fechada dos lados, em que se colocava a criança pelo lado de fora do muro, fazia-se girar a roda que, invertendo a posição de abertura, fazia com que a criança ficasse do lado de dentro. Após esta providência, tocava-se a companhia e se afastava rapidamente dali. Do lado de dentro, uma freira, atendendo ao chamado da companhia, recolhia a criança. Às vezes, tal ação era praticada à noite e as crianças só recolhidas pela manhã, já meio mortas.

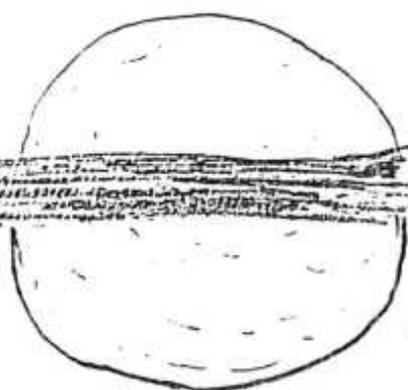
Um estudioso da mortalidade do Rio de Janeiro, neste época, José Maria Teixeira esclarece que "o nome da roda, pelo qual tornou-se mais conhecida, deve-se à assimilação da Instituição ao dispositivo onde eram depositadas as crianças. A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidos os "expostos". Este dispositivo permitia que as crianças fossem entregues à Casa sem que o depositário e o recebedor pudessem ver-se reciprocamente." (7)

A RODA

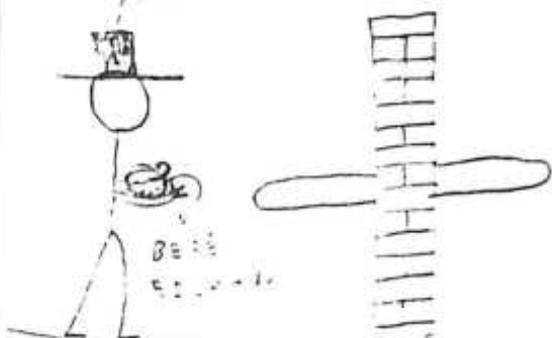
VISTA DE
FRENTE



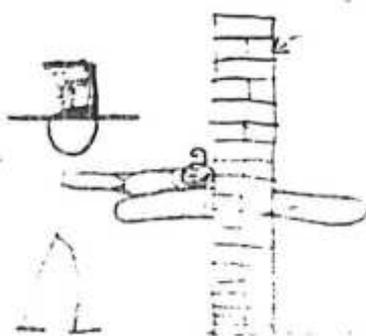
VISTA DE CIMA



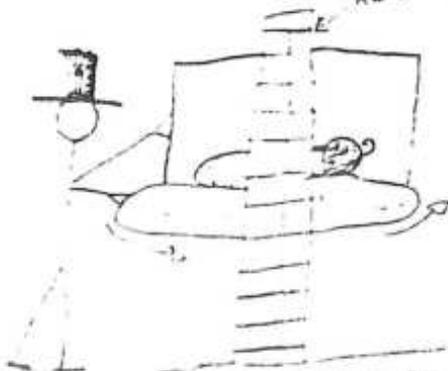
SENHOR DE ESCRAVOS



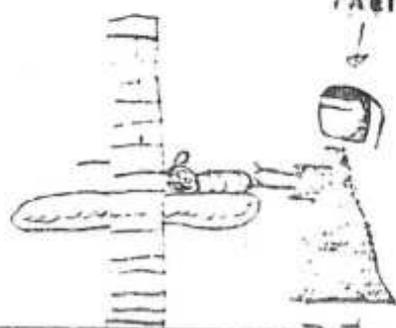
MURO DO
ORFANATO



RODA EM AÇÃO



PREIRA



Desenho de André Rodrigues Ribeiro.

Copiado e reduzido por Ricardo Rodrigues Ribeiro.

Estudiosos das causas da mortalidade infantil, na época, atribuíram à Roda, sozinha, condições de extermínio de crianças vinculadas tanto as suas precárias instalações e meio de manutenção, quanto pelo seu método de recebimento de menores.

José Maria Teixeira, frente aos dados que diziam que em 1861 e 1874 foram entregues à instituição 8.086 crianças, dos quais 3.545 morreram, afirmou:

"antes das estatísticas que com sumo cuidado obtivemos, antes de procedermos à análise minuciosa dos dados existentes, guiados unicamente, pelo coração, éramos partidários decididos das rodas; depois do estudo o nosso espírito vacila e quase que afirma a inutilidade delas, se não for possível diminuir a sua mortandade excessiva e se a justiça pública não intervier para punir os crimes de infanticídio, principalmente, por omissão, que muitas vezes encontram nas rodas um meio mais fácil de ocultá-los, entregando-lhes crianças semi-mortas, senão mesmo mortas." (8)

Quanto à questão de quem colocava as crianças, parece haver unanimidade de que não eram suas mães.

O depoimento de um interno numa das maternidades,

reclama que "há entre os senhores de escravas um método horrível e que influi extraordinariamente sobre o moral das escravas, tornando assim o seu leite nocivo as crianças, isto é, mandar por na roda os filhos destas, para assim recuperarem melhor seu aluguel. Observei com grande mágoa muitos destes fatos, quando fui interno de uma das maternidades da Corte. Adormecida a pobre parturiente, quando ela procurava pelo sono recuperar as forças exaustas no doloroso trabalho de parto, tiravam-lhe o seu inocente filhinho e mandavam colocá-lo na roda; mais tarde, quando a desgraçada acordava procurava com ansiedade o fruto de sua entranhas e que sabia que ele havia sido levado para a roda, desfazia-se em lágrimas e mergulhava-se em grande tristeza. Este fato que à primeira vista parece pouco importante, influi de tal modo sobre a moral da escrava, que a torna inapta a aleitar outra criança." (9)

Também José Ribeiro dos Santos Zamith corrobora que "há um fato muito conhecido entre nós, e é o seguinte: há certas senhoras que têm o costume de mandar por os filhos de suas escravas na roda para que obtenham melhor aluguel. Este fato que parece à primeira vista de pouca importância, influi sobremaneira na moral da escrava, de modo que ela com a lembrança do filho nunca poderá nu-

trir bem outra criança." (10)

Também o Barão do Lavradio afirmava em 1887 que a causa da intensa mortalidade dos ilegítimos se dava pela necessidade em se ocultar os filhos de escravas com seus senhores, ou oriundas da prostituição ou expostos para que suas mães, livres, serem alugadas como amas de leite.

Outro médico, José Cipriano Nunes considerava abusivo este método, conforme comenta, é necessário reprimir o abuso dos senhores de escravos que mandam lançar na roda ou abandonam os ingênuos com o fim de alugarem as mães ou obterem delas maior soma de trabalho." (11)

A casa dos Expostos, era uma instituição criada de forma que pudesse duplamente satisfazer as necessidades da sociedade brasileira do período: além de servir como campo de extermínio das crianças negras, resguardava o procedimento moral daqueles que recorriam aos seus serviços, através do anonimato.

As denúncias pelos maus tratose alta taxa de mortalidade infantil não eram ligadas a ninguém em particular, enunciava-se genericamente os senhores de escravas. Nem mesmo as preocupações com

tais atos sé davam em função dos mortos e abandonados mas sim sobre a qualidade do leite das mães que, convertidas em amas, amamentavam as crianças brancas.

Curioso é notar que a maioria das denúncias citadas acima, fazem parte do texto de teses de medicina sobre amamentação. Dentre os inúmeros aconselhamentos dados sobre o cuidado com recém-nascidos brancos.

Conforme nota o estudioso J. Freire Costa, "aos médicos interessava pouco ou nada o destino das crianças nascidas escravas e mortas na roda. O que importava era o destino das outras, dos filhos bem nascidos que eram entregues a essas criaturas sem o mínimo de qualidade para nutri-los." (12)

Não era apenas a Roda que favorecia o extermínio das crianças negras, no Hospital da Misericórdia, "de acordo com os dados administrativos, sobre cinco mil setecentos e setenta e cinco doentes internados em 1852, não morreram menos de mil, quatrocentos e quarenta. Neste hospital, próximo ao grande asilo de crianças abandonadas e, sobre quinhentos e trinta e seis crianças, que foram recebidas igualmente em 1852, morreram quatrocentas e sete no mesmo ano. Atribui-se essa mortalidade

terrível à circunstância de não haver senão uma ama-de-leite para três ou até quatro crianças; essas amas são escravas negras, pertencentes a senhores ricos, que as alugam à razão das sessenta e setenta e cinco francos por mês, depois de alimentar seu próprio filho, de maneira que cada uma das amas de leite continua a amamentar as crianças no hospício durante três ou quatro anos o que deve, necessariamente, prejudicar o seu leite." (13)

A demonstração deste comentário fica deste modo:

Ano de	1852	8
Entraram	536	100
Morreram	407	75,9
Sobreviveram	129	24,6

O extermínio das crianças negras, se dava de outras maneiras também. Os maus tratos infligidos durante sua infância nunca se revelavam condizentes com sua condição de criança.

Seu período de infância se caracterizava pela resistência em sobreviver, apesar de todas as condições contrárias.

Quando não eram mortas no início de suas vidas conviviam com as mesmas formas violentas de sub-

missão infligida a seus pais.

Além do simples abandono podiam ser maltratadas fisicamente, o que as levavam, muitas vezes, à morte. Esta condição era observada, estando ou não a criança em companhia de seus pais, já que seu dono, o senhor de escravo, ficava com o domínio absoluto de vida e morte sobre a "família" escrava, chamando a violência eufemisticamente de "correções paternas" estende-a a várias pessoas ou membros da família, na medida da interferência destes no castigo, como pode ser percebido por esta notícia: "No dia 6 do corrente, apresentou-se ao juiz municipal daquele termo, um casal de escravos com dois filhos ingênuos, um de 5 e outro de 8 anos, pedindo justiça contra seu senhor, que havia barbaramente açoutado o mais velho dos ingênuos. A infeliz mãe declarou que fora também açoutada até que o sangue empoçasse o chão. O Senhor chama-se Joaquim José Guimarães e, presente na ocasião, nada contestou. Diz o informante que essa escrava servira de ama para os filhos de Joaquim Guimarães. O Dr. Juiz Municipal ficou com o ingênuo para nomear-lhe curador idôneo ou enviá-lo para alguma colônia do Estado. Agora seria bom o governo definir de modo autêntico se os ingênuos estão sujeitos às surras e às correções paternas dos senhores das mães escravas. Provavel

mente os ingênuos não passam de cidadãos moleques, como os qualificou, em ocasião memorável, um recente mantedor da lei de 28 de setembro." (14)

A violência dispensada às crianças de acordo com relatos da imprensa e outros testemunhas era uma realidade cotidiana na vida curta e primária das crianças negras. Acompanhe-se esta notícia e o comentário do autor: "À 1 hora da madrugada de ontem, foi encontrado na Praça do Engenho Novo, isto é, em um dos subúrbios desta civilizada capital, um menor de cor, que pela idade deve ser ingênuo, algemado das mãos e com uma corrente segura a um peso, presa a uma das pernas. Tanto as algemas como as correntes estavam fechadas a cadeado. Era espetáculo pungente para os brios da nação que se diz civilizada e possui libérrimas leis até para os escravos; que proclama a condição destes como a mais suave e suportável a de todas as nações que sofreram a escravidão; e todos que a ela assinaram horrorizaram-se como brasileiros. O menor foi conduzido a presença do Dr. Chefe de Polícia, que depois de mandar quebrar as algemas e correntes, interrogou-o.

Disse ele chamar-se Izaltino, ser escravo de Fernando Moraes, residente no Engenho Novo e que fugira da casa de seu senhor pelos maus tratos que

dele recebia. Acrescentou que o Senhor o forçava a vestir saia para ocultar a corrente que trazia aos pés.

O estado em que Izaltino foi encontrado provava a perversidade do seu ofensor, e no exame a que nele procedeu, encontrou o médico de polícia sinais de sevícias antigas e recentes.

Esperamos, porém, que o honrado Sr. Chefe de Polícia não deixará impune o crime de que Izaltino foi vítima." (15)

A sociedade parece ficar constrangida quando esta violência vem à tona. Na verdade, este horror, por que é tomado alguns setores, nos parece ambíguo, na medida em que se reportam ao caso de Izaltino como se fosse o único nos idos de 1885. A cumplicidade de todos na ocorrência de tais fatos é escamoteada na atitude chocada com que o comentam. Só vislumbramos a realidade ao detectarmos a irritação com o próprio Izaltino. Por ele ter forçado a compreensão embora momentânea da violência com que seres humanos eram tratados.

Concordamos com Foucault quando qualifica violência semelhante como a manifestação de um poder. "De um poder que não só não se furta a se exercer

diretamente sobre os corpos, mas se exalta e se reforça por suas manifestações físicas; de um poder que faz valer as regras e as obrigações como laços pessoais cuja ruptura constitui uma ofensa e exige vingança; de um poder para o qual a desobediência é um ato de hostilidade, um começo de sublevação; de um poder que se fundamenta, finalmente, numa relação de apropriação dos corpos." (16)

As crianças pobres, negras em sua quase totalidade, eram chamadas de expostos, como um cancro, de acordo com a linguagem da época. Inadvertidamente, esta sociedade que os denominava semelhante - mente a uma ferida, revelava um câncer maior no seu interior, na medida em que negava ao filhote de homem, tratamento semelhante a que davam a seus animais domésticos: mamarem nas suas mães. A mercantilização das tetãs das negras paridas, alugadas a qualquer família, ajudava a ceifar, no início, a vida das crianças negras.

NOTAS

- (1) M. Foucault, Microfísica do Poder, pag. 275
- (2) Idem, ibidem
- (3) J. Ribeiro dos Santos Zanith, 1869, pag. 30
- (4) Jornal do Comércio, 3.8.1850
- (5) M. Foucault, 1984, pag. 275
- (6) Charles Prádez, 1872, pag. 195 apud M. M. Leite pag.94/5
- (7) J. Maria Teixeira, 1876 pag. 80
- (8) Idem, ob.cit. pag. 85
- (9) J. Martiniano das Neves, 1873, pag. 38
- (10) J. Ribeiro dos Santos Zanith, ob.cit. pag. 30
- (11) V. José Cipriano Neves, pag. 68
- (12) J. Freire Coste, 1979, ob.cit. pag.
- (13) W. Heine, 1855, pag. 204/5 apud M. Moreira Leite ob.cit. pag. 92.
- (14) O Paiz 25.10.1984
- (15) O Paiz 21.01.1985
- (16) M. Foucault. Vigiar e Punir, pag. 26 e segts.

PARTE I

O SER INVISÍVEL

CAPÍTULO 2

A COMPANHEIRA DE TODAS AS HORAS

a) A mulher negra como companheira das crianças

Gilberto Freire descreve com detalhes a convivência das escravas com seus pequenos senhores. Diz que "depois de uma primeira infância de constipações, de clisteres, de lombri^gas, de convalescências; de uma primeira infância cheia de dengos, de agrados de agarrados com as mucamas e com a mãe: de banhos mornos dados pelas negras; de mimos de cafunê por mão de mulata; de leite mamado em peito de negra às vezes até depois da idade da mama; da farofa ou pirão com carne comido na mão gorda da mãe preta; de pereba coçada por mulata; de bicho de pé tirado por negra; de sonhos dormidos em colo de mucama (...) sem dormir sozinho, mas na cama-de-vento da mucama", os meninos viravam verdadeiros demônios.

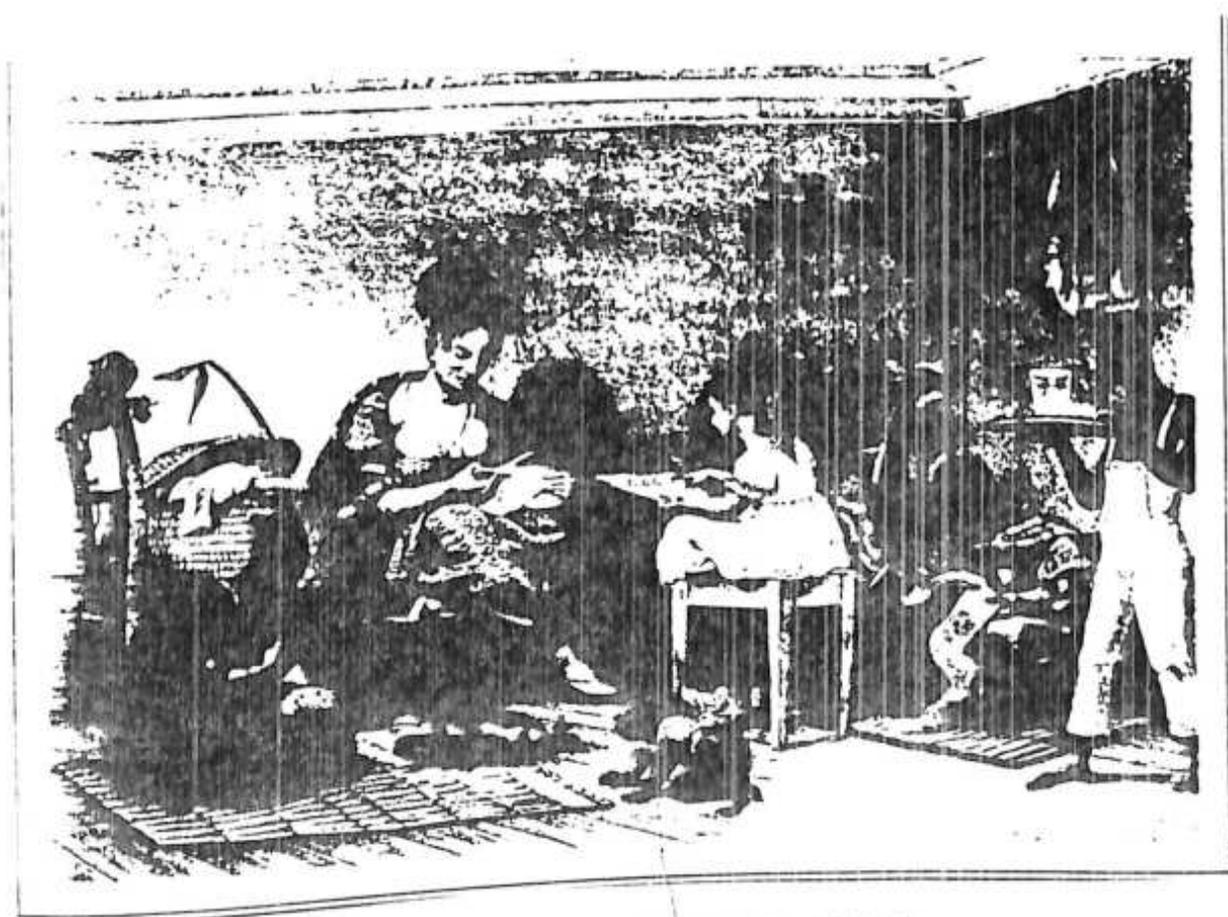
A companhia das mulheres negras foi lamentada e louvada, acusada e absolvida em função das possíveis influências negativas junto às crianças brancas. Seu primeiro contato com as crianças brancas dava-se ao nascer, quando as alimentava, a partir de então tornava-se uma sombra. Desde que acordavam até que dormissem as crianças eram cuidadas pelas mulheres negras.

Segundo ainda Gilberto Freire, é através das negras que o Português se modifica, pela ação da mistura ou o acento de termos africanizados ou palavras realmente africanas, a cri

ança branco passa a entender e a falar uma língua que em
 muito se difere da que se vê em Portugal, segundo ele "a
 ama negra faz, muitas vezes, com a palavras, o mesmo que
 com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os os-
 sos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco
 as sílabas moles. A linguagem infantil brasileira (...)
 tem um sabor quase africano: cacã, pipi, bumbum, tentêm,
 nenêm, tatã, papã, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô, dindi
 nho, bimbinha. Amolecimento que se deu em grande parte pe-
 la ação da ama negra junto à criança; do escravo preto jun-
 to ao filho do senhor branco." (1)

Mesmo se moravam nas cidades, as crianças tinham sua vida
 inteiramente ligada aos escravos. A separação só ocorria
 quando a necessidade de aprofundarem os estudos os levavam
 a estudar longe de suas famílias, longe de seus pais, longe
 de suas negras. Mas nem sempre a criança se conformava com
 tal afastamento. Às vezes, se entristeciam a ponto dos pais
 remeterem-lhe as amas.

A companhia estreita tornou, também, a mulher negra reponsá-
 vel pelos desvios de comportamento que as crianças pudessem
 apresentar, segundo o julgamento da época. Gilberto Freire
 nos diz que por lidar sempre com escravos as crianças adqui-
 riam linguagem libidínosa e cheia de vícios além dos modos
 grosseiros. Diz ainda que "em consequência das condições
 de vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sem



UMA SENHORA BRASILEIRA EM SEU LAR

"O calor minorado pelo fresco trazido pelo negro"
Debret, J. B., "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", Tomo
I, Belo Horizonte-Prancha nº pag. te, São Paulo, Itatia-
ia, Ed. USP, 1978

pre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais. As primeiras vítimas eram os moleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro da carne; a negra ou mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescência insaciável." (2)

b) A companheiras das mulheres brancas

As relações existentes entre as mulheres brancas e negras no Brasil desta época devem ser vistas com cuidado; Por que o termo companheira?

Não ignoramos que o contato entre elas, em grande parte, nunca pôde ser considerado amigável, leal. Mas estamos pensando no termo como sinônimo de convivência. Mesmo que esta seja forçada. Ausente ou não de conotações afetivas.

Observe-se a seguinte gravura:

Não obstante, claro, os níveis de valor que cada pessoa possuía, indicados, além do modo de trajar-se, pelo lugar que ocupava na sala - as brancas em níveis mais altos, sentados na cama ou cadeira, os negros no chão; o momento captado pelo autor poderia indicar a tranqüila convivência entre senhoras brancas e suas escravas. Poder-se-ia pensar na aceitação natural pelas "crias" - como eram chamadas as crianças negras. Afinal as crianças brincam livres, suas mães costuram. A senhora executa o mesmo trabalho que suas escravas, enquanto a menina branca penetra no misterioso mundo das letras. O calor minorado pelo fresco trazido pelo negro - único que caminha na cena.

Mas será que poderíamos considerar esta gravura como regra geral nos costumes da terra? Seria a companhia das escravas encarada com aceitação e tranqüilidade como tal momento quer atestar?

Se fizermos uma rápida análise por todos os documentos do século XIX, em que tratam do assunto, não teremos dúvidas em afirmar, que todos os que retrataram, de alguma maneira, a vida neste período, viram a mulher branca, a senhora dos escravos, como mais cruel, ciumenta, ladina, indolente e gasta que seus maridos. Se estes brutalizavam os negros por causas que consideravam graves ou, simplesmente, por alguma falta: elas os seviciavam por causa mais fúteis como ciúmes, vinganças, etc. Na melhor das hipóteses, os vendiam

(principalmente as mulheres), ao menor pressentimento de usufruto do mesmo homem. Como o anúncio abaixo deixa inferir: "Vende-se uma preta da Nação Bengalli, de idade de 24 annos, não he ladra, nem fujona, nem gosta de bebidas espirituosas, sabe bem coser, engomar e ensaboar, boa cozinheira, e até de forno, à vista se dirã o motivo porque se vende. Rua do Sabão nº 407." (3)

Além disso, "enraivecida com as negras, enciumadas com as mulatas, negras e mulatas de boas coxas, bons dentes, bons peitos e admirável flexibilidade, escolhidas a dedo para as obrigações de cama; desesperadas por se verem preferidas por aquelas verdadeiras beldades de ébano, ou cõr de mel, as sinhãs, esbranquiçadas, obesas, de barriga quebrada, dentes podres e peitos flácidos, expandiam seus recalques e suas frustraões, através de requintadas perversidades de que eram vítimas suas indefesas e, a rigor, inocentes rivais." (4)

Socialmente inferior ao homem branco, a mulher branca mantinha com seus escravos um domínio que ia da orientação das funções domésticas ao poder de morte sobre eles. Isto feito aos berros, como atesta mais de um viajante: "(...) Quanto às mulheres do Brasil, elas são de uma preguiça que ultrapassa toda imaginação; são também mais cruéis que os homens; estampam seus negros e negras pelas menores falhas; testemu-

nehei isto muitas vezes; passam o tempo acocoradas em esteiras, de onde não se levantam para procurar coisa alguma; um branco no Brasil, enrubece se tiver que carregar um pacote (...)" (5)

"Desde pequeninas, quando ainda sinhazinhas, as futuras sinhãs habituam-se à ociosidade, cercadas permanentemente de uma corte de negrinhas que lhes satisfaziam todas as vontades. Em regra, crianças ainda, casavam-nas os pais com esposos por estes escolhidos; e, desde então, a gosto ou a contragosto, presenteavam o marido anualmente com um filho, só deixando de fazê-lo por rejeição da própria natureza. Ilhados entre as grossas paredes de suas casas, viviam confinadas no triângulo formado pela camarinha, o oratório e a cozinha, fronteiras máximas de seu mundo de movimentação. A bem dizer, nem sabiam andar em outros chãos que não aqueles: fora de casa, o que rarissimamente ocorria, faziam-se transportar em mesa de carro-de-bois, ou em liteiras, ou em cadeirinhas de arruar, veladas por cortinas e conduzidas por negros. Ausência de exercícios físicos e ingestão de alimentos gordurosos e açucarados, faziam das antes anêmicas sinhazinhas balofas matronas, de epiderme macerada e olhar baço. Matronas aos 18, aos 20 anos, muitas presenteadas por distúrbios glandulares com verdadeiros bigodes e indisfarçáveis cavanhaques. Não é de admirar, portanto, que os homens dirigissem a sua libido no sentido das negras e

mulatas, de formas esculturais, ágeis, elásticas, que para tanto concorria a vida de exercícios ao ar livre de obrigatoriedade de seus afazeres. E, à atração sexual, juntavam-se as facilidades para a satisfação do instinto, graças às condições do regime, o que muito usaram e abusaram os da classe dominante, em detrimento do conceito moral da mulher escrava. Não tinha esta, porém, a mais mínima culpa de possuir aqueles atrativos, que a voz do povo consagrou nas quadras que assim dizem:

Preta bonita é veneno,
Mata tudo que é vivente;
Embriaga a criatura,
Tira a vergonha da gente.

Um laço de fita verde
Com três dedos de largura,
Na cintura da mulata,
Mata qualquer criatura.

Mulata é doce de côco,
Não se come sem canela.
Camarada de bom gosto,
Não pode passar sem ela."

Como consequência diretas da escravidão, além do aviltamento do trabalho manual, temos a transformação das mulheres

tanto negras quanto brancas em humilhantes espectros de seres humanos. Mesmo quando favoreciam alguma produção, suas vidas não continham a dignidade ou esperanças de indivíduos livres. As brancas reclusas () maltratadas e maltratando sem nenhum objetivo de vida. "(...) A brasileira não faz nada por si mesma, mas manda fazer; põe o maior empenho em não ser vista nunca em ocupação qualquer. Entretanto, quem for admitido à intimidade, acha-la-á pela manhã de tamancas, sem meias com um penteador de cassa por vestido, presidindo à fabricação de doces, cocadas, arrumando-os nos tabuleiros de pretos e pretas, que os levam a vender pela cidade (...)"

(6)

As negras podiam estar mais bonitas, se enfeitavam, talvez fossem mais alegres, mas ... eram escravas. E se mais bonitas, objetos de cama do Senhor.

As senhoras brancas como diz o pesquisador Goulart acima e vários outros estudiosos, eram levadas ao casamento enquanto ainda meninas, sem terem tido instrução formal mínima, com seu cotidiano que parecia restringir-se à população negra que tinha sob seu domínio. E exorbitava tal poder. Se era a senhora da casa queria que fosse a única também nos braços de seu marido. Como tal coisa era um sonho impossível optava: ou aceitava a situação de ser a aparentemente preferida num harém de muitas mulheres (sem profundas dife-

renças sexuais explícitas entre elas) convivendo com os filhos ilegítimos de tais ligações, ou se vingava nas mulheres negras, mais objeto de uso que de amor, o ciúme que lhe invadia por tal situação.

As histórias que se contam das sevícias impostas pelas senhoras chegam às fronteiras da lenda. Como a relatada por J. A. Goulart:

"Achavam-se à mesa de jantar o senhor do engenho e sua esposa, copeirando-os uma mulatinha de olhos tentadores, recentemente adquirida por aquele. O homem, sem nenhum propósito inconfessável, disse então a consorte: 'Que rapariga de olhos bonitos!' A mulher que era ciumenta até a raiz dos cabelos, segundo a consagrada chapa, objetou-lhe simplesmente a morrer de despeito: Achas? No dia seguinte, a hora do almoço não apareceu a jovem escrava que, para sua infelicidade, nascera com um par de olhos capazes de alvoroçarem um coração de pedra, vindo outra mucama servir a mesa. Presentes a se levantarem, trouxeram lá de dentro uma salva de prata, coberta por alvíssima toalha, dizendo a moça ao marido: 'É um presente para ti ... O homem ergueu a toalha. Um vaso coberto. Destampou-o, não contendo um gesto de horror. É que vira no fundo da vasilha dois glóbulos oculares aderindo a frangalhos sangrentos. E antes que pedisse explicação daquilo, tornou-lhe a esposa! 'São os olhos de Fulana. Achaste-o ontem tão bonitos, que te quis apresentar com eles'. Foram arrancados a ponta de faca." (7)

Tal ciúme, nem sempre era dirigido apenas à negra mas também às suas crianças. Além de se verem, na maioria das vezes, ignoradas pelo próprio pai e vendidas por ele, estas crianças ficavam também a mercê do ciúme de tais senhoras. "Uma senhora matou uma criança escrava a garfadas, apenas por desconfiar que a dita criança fosse fruto do amor de seu marido com uma negra de sua senzala. Denunciada a assassina é processada por Celso Guimarães, então promotor da Comarca, um genro da ré, confiando no seu baronato, resolveu confessar-se autor do crime, para sentar-se no banco dos réus em lugar da sogra. O promotor, conhecido pela sua retidão, pediu a pena de prisão perpétua para a ré, e, nesse passo damos a palavra a nosso informante: "Os senhores de escravos agitaram-se. Propuseram abafar o processo. Celso Magalhães recusou. Ameaçaram-no com a demissão. Celso era pobre, tinha família, era tuberculoso mas não se intimidou. Cumpriu o dever. A demissão não demorou. Celso Magalhães perdeu o emprego, morrendo no mesmo ano." (8)

É precipitada porém, a conclusão de se generalizar tais sentimentos. Em muitos casos, pode-se encontrar uma conviência mesclada de cumplicidade." A educação das meninas é

negligenciada (...) e elas são, em geral, deixadas aos cuidados das negras. Até se casarem quase nunca saem de casa, a não ser quando sob a vigilância da mãe, vão à missa; companhia de homens lhes é absolutamente proibida, e este rigor as leva frequentemente a se entregarem a uma negra de sua confiança, que por 'caridade cristã' assume o honrado papel de alcoviteira, com o que é satisfeita a natural inclinação das brasileiras para a aventura, de modo que até as filhas das famílias melhores, mais cultas, apesar de severamente vigiadas, quase sempre encontram oportunidade para desafiar a vigilância dos pais." (9)

Poderíamos pensar numa convivência com certo grau de afeto? É o que nos afirma Joaquim Manuel de Macedo: "A mucama escrava, embora escrava, é ainda mais que o padre confessor e do que o médico da donzela: pobre o padre confessor conhece-lhe apenas a alma, o médico, ainda nos casos mais graves de alteração da saúde, conhecê-lhe, imperfeitamente, o corpo enfermo; e a mucama conhece-lhe a alma tanto quanto o padre e o corpo mais do que o médico." (10)

Temos certeza porém, numa convivência com alto grau de renúncia, mas nunca ausente de ressentimentos: "as frases mais comuns quando huma mulher desconfia que seu marido, ou seu amante, tem contatos ilícitos com alguma escrava são:

eu a frigi-rci, eu a assarei, lhe queimarei ou lhe cortarei tal ou tal parte & C. E quantas vezes estas ameaças não vão a effeito mesmo por simples desconfiança?" (11)

Mas, apesar de tudo, em não mais de uma vez, eram as negras as sucessoras das mulheres brancas, mortas, ainda jovens, ficando o menino branco nos braços da mulher negra que os criava, como nos conta Freire, dizendo ser "um fato triste é que muitas noivas de quinze anos morriam logo depois de casadas. Meninas. Quase como no dia da primeira comunhão. Sem se arredondarem em matronas obesas; sem criarem buço; sem murcharem em velhinhas de 30 ou 40 anos. Morriam de parto - vãs todas as promessas e rogos a NOssa Senhora da Graça ou do Bom Parto. Sem tempo de criarem nem o primeiro filho. Sem provarem o gosto de ninar uma criança de verdade em vez dos bebes de pano, feitos pelas negras de restos de vestidos. Ficava então o menino para as mucamas criarem. Muito menino brasileiro do tempo da escravidão foi criado inteiramente pelas mucamas." (12)

c) A Companhia dos Senhores

Embora não fosse comum o casamento do homem branco com mulheres negras, não é exagero considerar que as mulheres negras, tanto enquanto cativas como livres, estavam presentes no cotidiano do homem branco. Sua presença se dava em todos os níveis, da criadagem à união consensual, espontânea. O sociólogo Teófilo de Queiroz Junior, no seu trabalho de captar as variadas imagens da "mulata" na literatura, nos diz que o homem branco, "colocado numa situação privilegiada e, pois, detentor dos valores sobre os quais se assentavam os suportes da ordem social, (...) não teve que justificar os dispositivos, que asseguravam exclusividade matrimonial dentro de seu grupo étnico, visto que não havia condições, numa sociedade constituída de livres e escravos, para que estes últimos contestassem medidas adotadas por aquelas." (13) Sendo assim, as ligações extraconjugais se faziam sem nenhuma preocupação moral entre o senhor branco e as escravas, tendo estas como uma de suas obrigações "proporcionar aos senhores a satisfação de suas necessidades sexuais," conforme nos afirma Florestan Fernandes. (14)

A proporção elevada de crianças escravas mestiças corrobora lugar o que a mulher negra teve junto ao senhor. A responsabilidade moral de tais situações pertencia, invariavelmente, a

mulher negra. Principalmente as mestiças, chamadas pejorativamente de "mulatas" eram culpadas de serem bonitas, sensuais e nestas condições, serem capazes de seduzir o homem branco. Teófilo de Queiroz Junior nos revela ainda que a imagem da mulher negra passada pela literatura não era "desprovida de encantos e sem o reconhecimento de certas qualidades que lhe foram sendo, invariavelmente, associadas como inerentes: bons sentimentos, senso de solidariedade humana, alegria, vigor físico, graça, beleza, sendo estético, gosto pela vida, certas habilidades domésticas, ou mais exatamente culinárias, muita higiene pessoal e bastante musicabilidade - afinação, ritmo e graça, ao cantar e dançar. Em contraposição, não menos destacados são seus defeitos: irresponsabilidade, sensualidade, amoralismo, infidelidade ..." (15)

Durante a escravidão, as ligações extraconjugais, os filhos naturais, as cenas de ciúmes eram frequentes nas relações do homem branco com a mulher negra. Estas situações criavam contradições e ambiguidades, que pouco a pouco apareciam e complicavam a forma de sociedade pensar seus valores sociais nas suas transparências. Absurdos aconteciam quando algum senhor, em testamento, ia contra o consenso e resolvia reconhecer como filho algum escravo mestiço: a mãe da criança continuando escrava, muitas vezes do próprio filho, gerava implicações noticiadas pela imprensa com horror e partido.

Após a Abolição, a situação de fato não sofreu alterações imediatas. Crianças mestiças, filhos naturais, continuavam nascendo. A diferença, desta feita é a condição da mulher negra: é como empregada doméstica que as relaciona com a família branca. Nestes casos, quando a questão vem à tona, a forma de se criar soluções, não é tão facilitada como durante a escravidão. A sociedade reage então violentamente, mostrando a realidade de exclusão que dissimuladamente, encara o elemento negro. A resposta da mulher negra, sozinha, algumas vezes é trágica: assassina o próprio filho, como veremos mais à frente.

Algumas ligações porém, se fazem após a Abolição. Alguns homens tomam como companheira, sem necessariamente, casar-se, a mulher negra que assume as funções de esposa na condição, porém, de braço de trabalho a mais, um pouco como burro de carga, nos casos por exemplo do imigrante português.

PARTE II

O UNIVERSO DA PRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

PONTO NEVRÁLGICO DA INFRA-ESTRUTURA FAMILIAR

NOTAS

- (1) G. Freire (1977) pag. 331
- (2) G. Freire ob.cit. pag. 371
- (3) Jornal do Comércio apud O Cruzeiro IV Centenário.
- (4) J. A. Goulart ob.cit. pag. 47
- (5) V. A. Gendin (1817) apud. M. Moreira Leite ob.cit. pag. 43.
- (6) Adele Toussaint-Samson (1815) pag. 166 apud M. Moreira Leite ob.cit. pag. 44.
- (7) Silva Campos, Tradições Baianas apud. J.A. Goulart ob. cit. pag. 167
- (8) Japi Freire, O que você sabe sobre o Brasil, nº 6 pag. 41, Rio de Janeiro, 1966.
- (9) E. Belman, (1825) pag. 45
- (10) J. Manuel de Macedo, A. Moreninha, apud. G. Freire ob. cit. pag. 340.
- (11) Burlamaqui apud G. Freire ob.cit. pag. 338
- (12) G. Freire, ob.cit. pag. 349/50
- (13) T. Queiroz Jr. (1975) pag. 26
- (14) F. Fernandes apud T. Queiros Jr. ob.cit.
- (15) T. Queiroz Jr. ob.cit. pag. 33

PONTO NEURALGICÓ NA INFRA-ESTRUTURA FAMILIAR

a) O Lugar da Mulher Negra na Casa Grande

A mulher negra poderia ser encontrada em qualquer lugar da casa grande. No período escravista e logo após este período. A mulher negra estava, para os grandes proprietários e suas casas, na mesma relação necessária dos móveis e utensílios. Na mesma relação não se pode dizer realmente; a nível do real, a necessidade das mulheres negras escravas rondando pela casa, transformava-as em seres indispensáveis ao funcionamento das casas, alicerces da família.

Entretanto, eram invisíveis. Os brancos as queriam invisíveis. Neste caso, a nível consciente dos proprietários das casas, dos chefes da família, valiam menos que os móveis, tinham menos importância que os utensílios, já que, muita vez, eram castigadas pela quebra daqueles.

E esta contradição, percebida na necessidade real contrastando com o aniquilamento do ser, com a negação do outro, enquanto pessoa, é que pretendemos analisar neste capítulo.

Não precisamos provar a existência das negras nas Casas Grandes. Sua presença já está fartamente documentada.

PONTO NEURALGICÓ NA INFRA-ESTRUTURA FAMILIAR

a) O Lugar da Mulher Negra na Casa Grande

A mulher negra poderia ser encontrada em qualquer lugar da casa grande. No período escravista e logo após este período. A mulher negra estava, para os grandes proprietários e suas casas, na mesma relação necessária dos móveis e utensílios. Na mesma relação não se pode dizer realmente; a nível do real, a necessidade das mulheres negras escravas rondando pela casa, transformava-as em seres indispensáveis ao funcionamento das casas, alicerces da família.

Entretanto, eram invisíveis. Os brancos as queriam invisíveis. Neste caso, a nível consciente dos proprietários das casas, dos chefes da família, valiam menos que os móveis, tinham menos importância que os utensílios, já que, muita vez, eram castigadas pela quebra daqueles.

Esta contradição, percebida na necessidade real contrastando com o aniquilamento do ser, com a negação do ser, enquanto pessoa, é que pretendemos analisar neste capítulo.

Não precisamos provar a existência das negras nas Casas Grandes. Sua presença já está fartamente documentada.

Tentaremos, inicialmente, mostrar como era completa a dependência da família branca em relação as suas escravas. E este fato não mudou com a abolição. A mudança da qualidade de escrava para cidadã não se dá, de imediato pela lei-decreto. A transição é paulatina e, muito tempo depois do regime escravo ter terminado de direito, podiam ser encontradas mulheres negras, agora como domésticas, vivendo uma realidade pouco diferente da vivida pela mulher escrava.

Nosso objetivo, também, é demonstrar como as mulheres negras eram o ponto nevrálgico da estrutura familiar, quer fosse das grandes famílias moradoras nas Casas Grandes, no campo; quer fosse das famílias brancas pobres, moradoras em pobres sobrados ou pequenas casas urbanas. Gostaríamos de completar analisando também a própria família negra neste período e o papel da mulher nela.

No Brasil escravista, as famílias brancas poderiam dispor de um número variável de escravos. Tudo dependia da atividade econômica, que desenvolvessem e da sua condição econômica. (1)

Tanto poderiam ter escravos, se se tratasse de um grande Senhor de terras quanto somente um escravo se, embora branco, fosse pobre. O importante era possuir escravos. Já dizia, no século XIX, Luis do Rego Barreto... "Quem possui dois ou trez destes entes desgraça

dos passa a vida lançado em uma rede entregue no mais vergonhoso desleixo. (2)

A posse de escravos tinha duas funções: a econômica, que era a exploração da capacidade produtiva do negro e a social que se relacionava com a posição que se queria auferir, com a situação de classe propriamente dito.

Quando a família se revelava possuidora de um grande número de escravos, estes eram divididos, ficando uns para o campo e os demais para a casa. Atividade econômica ver sus suporte desta atividade - o serviço doméstico.

Quando o número era pequeno, também se dividia: para casa-domésticos e para rua-alugados. Quando se possuía apenas um - este era encarregado do sustento da casa alugando-se ou vendendo produtos na rua e, ao voltar de sua jornada, executava tarefas domésticas, ou produzia os produtos que deveria vender.

De qualquer forma, não se pensava em viver sem escravo. Essa idéia, mais que o "crack" econômico, aterrorizava muitas noites nos idos de 80 do século XIX.

Os escravos domésticos não eram, essencialmente, mulheres, e homens; jovens também poderiam ser encaminhados para tais funções. Entretanto, o número maior era formado por mulheres.

Numa Casa Grande, as escravas possuíam diferentes ocupações e ficava a cargo da Senhora Branca ou de alguma escrava mais antiga e de confiança, organizar o serviço para que as lacunas não ocorressem, treinando desde cedo as meninas e meninos em alguma ou em várias tarefas de casa.

"As pretas utilizadas nos serviços domésticos eram escolhidas, em geral, entre as mais bonitas. Das inúmeras ligações irregulares havidas entre brancos e negros, resultava uma população de mestiços que também se diferenciava da multidão dos trabalhadores da roça. Constituíam para as mães motivo de orgulho. Eram utilizados nos serviços domésticos, ao lado dos senhores, gerando muita rivalidade com os escravos do eito. Na verdade, ficavam à parte distinguindo-se na aparência, por serem melhor alimentados e melhor vestidos e por não vivenciarem as privações maiores porque passava o escravo do campo. Na época, um ditado comum entre os negros dizia que "Negro no eito vira copeiro, não óia mais pra seu parceiro". (3)

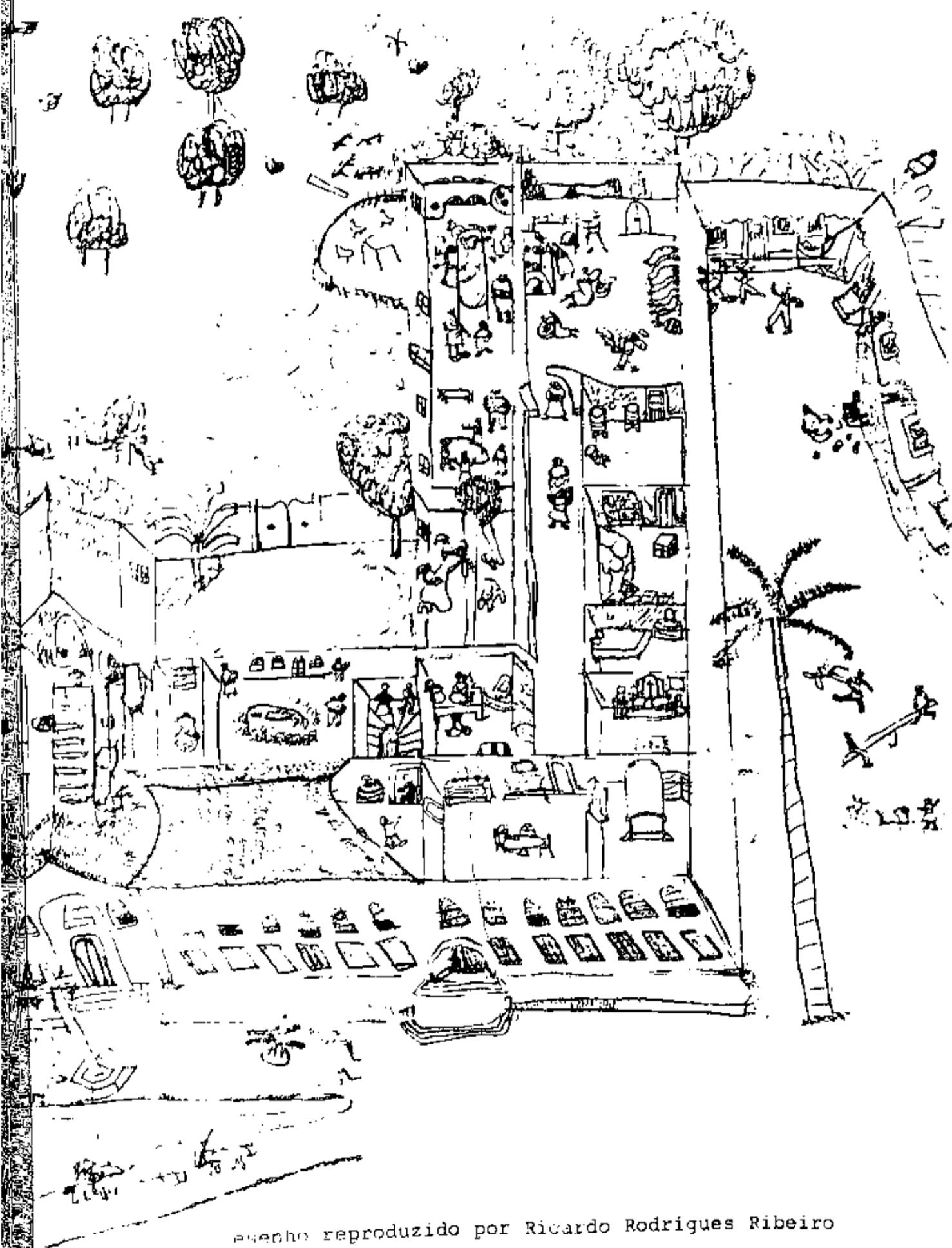
Gilberto Freyre justifica a seleção dizendo ser "natural que essa promoção de indivíduos da senzala à Casa Grande para o serviço doméstico mais fino se fizesse atendendo a qualidades físicas e morais; e não à toa e desleixadamente. A negra ou mulata para dar de mamar o bebê, para amá-lo, preparar-lhe a comida e o banho

morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, as vezes para substituir a própria mãe - é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala. Dentre as mais limpas, mais bonitas, mais fortes." (4)

Desta forma, a população escrava de-dentro-de-casa quase constituía uma questão à parte da escravaria. Vimos, no capítulo anterior, como esta vivência próxima, em frequente contato, iria gerar eclosões de sentimentos que oscilavam do ódio mais profundo ao afeto declarado. De ambas as partes.

O universo doméstico, vivido pelos escravos também comportava uma hierarquia que ratificava ou exacerbava a competição existente entre eles. Vários observadores da época atestam que as funções pré-determinadas serviam para estruturar os serviços e também as relações. Assis, S.D.T. de Macedo diz que "havia um mundo de escravos que ia desde as mucamas arrumadeiras, mulatas bonitas e dengosas, que levavam aos quartos as grandes bacias de cobre e os largos jarros de água quente e fria para as abluições da manhã, até os copeiros que serviam à mesa e os mulequinhos cuja missão era conservar braseiros acesos para os cigarros e charutos. Na vida da fazenda cada coisa tinha o seu lugar, cada um o seu serviço. Na cozinha, por exemplo, onde era enorme a aglomeração, cada mulher tinha a sua função bem definida, no preparo dos quitutes. A uma competia o preparo do

CASA GRANDE DO ENGENHO DA NORUEGA



desenho reproduzido por Ricardo Rodrigues Ribeiro

peixe, a outra o da caça, aquele o das massas, aquele ou
tra, o dos pratinhos delicados." (5)

Taunay também se refere as especializações internas do
serviço doméstico dizendo que, em muitas fazendas, o pre-
paro do arroz era especialidade específica de uns pou-
cos, já que era prato principal na mesa brasileira de
então. Ficando as meninas negras encarregadas da lava-
gem do utensílio em que fossem preparados. (6)

Nos graus superiores desta estranha hierarquia eram en-
contradas as "mucamas escolhidas para damas de compa-
nhia das sinhás sinhás-moças que eram tratadas como pes-
soas da família; segundo G. Freyre. Ainda, na opinião
deste autor, "na hierarquia da escravatura brasileira
das grandes fazendas ou engenhos, o status do escravo
ia desde o de quase pessoa da família ao de quase ani-
mal ou quase bicho." (7) Grifos nossos.

Esta é uma visão de uma Casa Grande, seguida da planta
interna. Obervem-nas e as relacionem com as fun-
ções abaixo.

As escravas que atendiam a tal prédio, tinham suas funções relacionadas com a disposição dos cômodos na casa.

Assim, encontramos para atender aos "quartos" as muçamas-de-quarto, encarregadas de atividades infindáveis. Ajudavam no vestir, acordar, encontrar as coisas perdidas, arranjo das roupas, pentear os cabelos, cafunês, consolo, recados. Para os quartos das crianças, as pajens e as amas. As primeiras tinham funções idênticas às das criadas de quarto, servindo também, se fosse bem jovens, às brincadeiras de seus amos e pequenos senhores. Quanto as amas, elas cuidavam das crianças desde que nasciam, alimentando-as com seu próprio leite e vendo que nada lhes faltassem. Estas escravas, muitas vezes, dormiam junto às crianças.

Nas "salas" necessitavam-se de arrumadeiras, copeiras e outras que ali tinham acesso, e logo, função.

Nas cozinhas, a população aumentava entre as cozinheiras doceiras, quituteiras, copeiras, ajudantes várias (meninas em treinamento), carregadores de lenha (meninos maiores), pegadores de água (meninos menores).

Ainda se via nos serviços afins as lavadeiras, engomadeiras, tingideiras, costureiras, fiadeiras, passadeiras, etc.

Torna-se difícil eleger a mais importante atividade entre este leque que compunha a infra-estrutura doméstica. Cada uma delas, dentro de sua especificidade servia como sustentáculo da vida colonial. Alguns estudiosos elegem a cozinha, como a mais importante, como Manuel Querino em seu "A Arte Culinária da Bahia" afirma que "muitas vezes, em momentos de regozijo, concediam cartas de liberdade aos escravizados que lhes saciavam a intemperança da gula com a diversidade de iguarias, cada qual mais seleta, quando não preferiam contemplá-los ou dar expansão aos sentimentos de filantropia em algumas das verbas do testamento (...). Era vulgar nos jantares da burguesia uma saudação, acompanhada de cânticos, em honra da cozinheira, que era convidada a comparecer à sala do festim e assistir a homenagem dos convivas." (8)

Outros diriam as pajens, como observa G. Freyre, "sabese que enorme prestígio alcançaram as mucamas na vida sentimental das sinhazinhas. Pela negra ou mulata de estimação é que a menina se iniciava nos mistérios do amor." (9) Grifos nossos

Sem se decidir, este mesmo autor, revela ser a amarela responsável pela sobrevivência das crianças brancas: "criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado. o primeiro "paízar-nosso!"

as primeiras "ave maria", o primeiro "votê" ou "oxente", que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e "molho ferrugem", ela própria amolengando a comida."(10)

A vida dos grandes senhores, dos chamados "mãos de mulher e pés de menino", não poderia transcorrer sem o trabalho idescansável das inúmeras mãos das mulheres negras. Estas viviam ao lado dos senhores, diferindo em qualidade porque não eram tidas como pessoas; em trabalho, porque produziam muito mais que aqueles; em perspectiva de vida porque as suas, pela facilidade qua se imediata de substituição, nada valiam.

Por isso dissemos que eram invisíveis. Entretanto, apesar disso, estavam ao lado, eram a força de trabalho que permitia a reprodução tanto da economia como da mão-de-obra que servia aos seus dominadores.

Se o Branco é Pobre O Alicerce é Negro

Não se pense que a mudança no sistema econômico, com a Abolição, alterou a condição do escravo como sustentáculo de serviço da família branca. Principalmente, entre os menos privilegiados, a situação se assemelhava àquela vivida durante a escravidão que pode ser descrita da seguinte forma:

Mesmo pobre, a população branca não abria mão da posse de escravos já que, algumas vezes, estes eram o único meio de condição de vida de tais famílias.

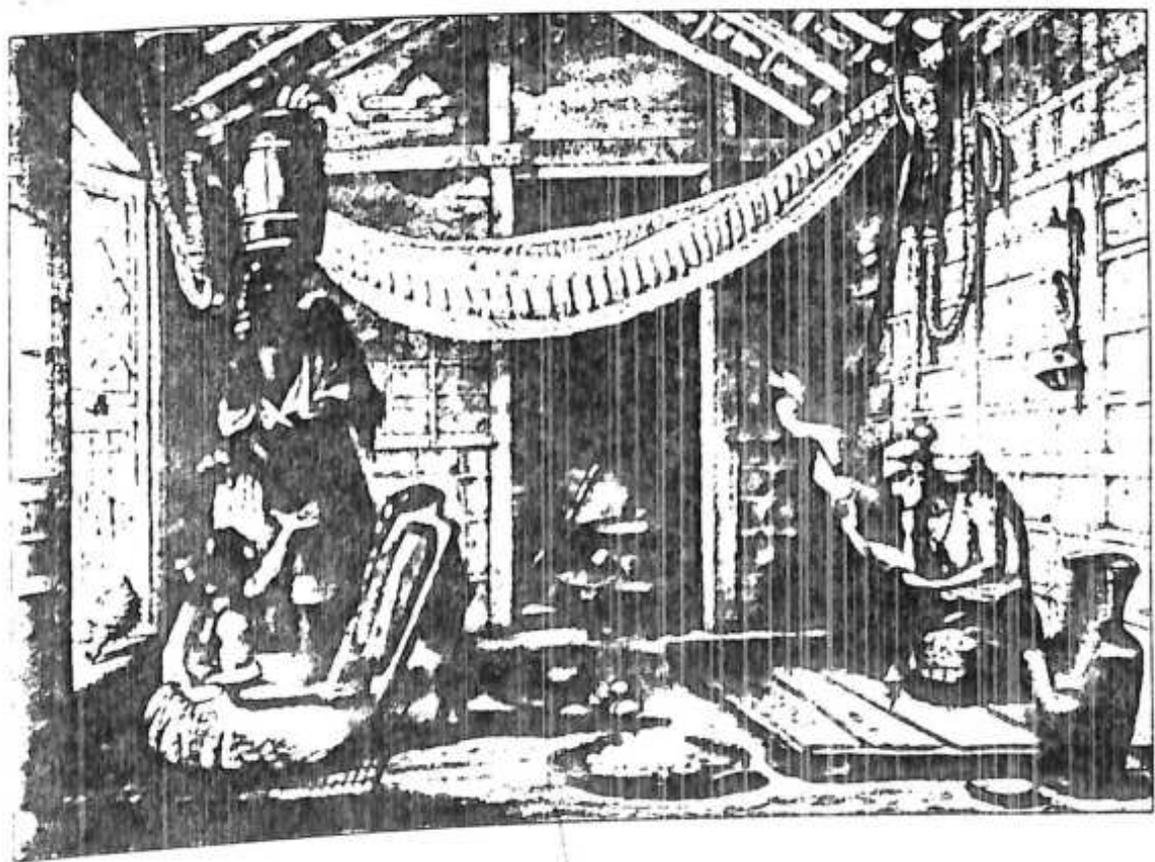
Esta situação verifica-se entre as populações urbanas, de um modo geral, e não somente no Rio de Janeiro. José da Silva Lisboa diria que "é prova de mendicidade extrema o não ter um escravo: ter-se-ão todos os incômodos domésticos, mas um escravo a total lei. É indispensável ter ao menos dois negros para carregarem uma cadeira ricamente ornada, um escravo para acompanhar este trem. Quem saísse à rua sem esta corte de africanos estava seguro de passar por um homem objeto e de economia perdida." (11)

O historiador J.J.Reis, afirma, em relação à Bahia que "os artesãos se expressão tinham pelo menos um escravo; e dois deles, bem mais prósperos, chegaram a ter mais de onze." "Padres, militares, funcionários pú

blicos, boticários, taverneiros, lavradores, além dos senhores de engenho, grandes negociantes e alugadores de escravos, todos investiam no escravismo" (12)

As atividades dos escravos pertencentes à pequena burguesia variavam extremamente em função de serem em número menor.

O importante a mostrar é que, mesmo nas situações de extrema penúria, os escravos e, em muitos casos, a mulher negra, funcionava como suporte econômico familiar, seja fazendo doces e quitutes para serem vendidos, seja vendendo seus próprios produtos ou aqueles feitos pelas demais mulheres da casa, seja alugando-se e trazendo a quantia paga por sua jornada para manter seus senhores.



"A negra de aluguel pode ser o elemento de sobrevivência que possuem"

Debret J. B. "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil: Vol. I, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. de USP, 1978; pag. 305.

Observem a gravura, o estado miserável do cômodo onde as mulheres brancas estão sentadas para fiar e produzirem bordados fala da condição econômica da família. A negra de aluguel pode ser o elemento de sobrevivência que possuem. Um pouco mais necessário que aquelas observadas por Adele Toussaint-Sawson "A brasileira nada faz por si mesma, mas manda fazer; põe o maior empenho em não ser vista nunca em ocupação qualquer. Entretanto, quem for admitido à intimidade, acha-la-á pela manhã de tamancas, sem meias, com um penteador de casa por vestidos, presidindo à fabricação de doces, cocadas, arrumando-os nos tabuleiros de pretos e pretas, que os levam a vender pela cidade(...) Fazem ainda lenços e guardanapos em ponto de crivo, que mandam também vender. Cumpre que cada um dos escravos, chamados de ganho, traga à senhora a quantia designada no fim do dia, e muitos são castigados quando vêm sem ela." (13)

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias nos relata que em São Paulo, muitas dessas famílias eram chefiadas por mulheres que, sozinhas, organizavam seus meios de vida, o que incluía um ou vários escravos:

"Muitas eram senhoras mais velhas, que viviam do remanescente do espólio dos maridos e dos serviços alugados de seus escravos, com os quais se sustentavam e aos seus filhos adultos e netos, compondo fogos extensivos que

jovens, concubinas teúdas, recebiam escravos nos momentos de nascimento de um filho para garantir uma sobrevivência precária e discreta. (14)

Nos documentos em que estudou, colhe também a informação de que: "Brandina, na rua Boa Vista, tinha apenas 20 anos, solteira, branca, morava com duas agregadas pardas e três escravas de vinte e poucos anos; Theodora Maria Angelina, 24 anos, solteira, branca, também morava só, de seus bens, com uma agregada de 17 anos e uma escrava de 20 anos; Anna Luiza, costureira, de 29 anos, solteira tinha duas escravas de vinte anos." (15)

E a Família Negra?

Se a mulher negra pode ser considerada como um elemento primordial na infra-estrutura familiar da população branca; tanto naquelas onde a situação econômica era alta, como nas demais, o que dizer da família negra, onde quase sempre a mulher era o único alicerce?

A questão da família negra, insuficientemente estudada, nos informa pouco sobre a estrutura, condição e situação de vida no Brasil dos negros livres.

Para uma análise a respeito da estrutura familiar existente durante a escravidão, é necessário extremo cuidado para

se examinar o surgimento afetivo da família negra com suas características específicas e seus modelos. É necessário que se abandone parâmetros anteriores da família branca dominante, se desejar-se escapar de pensamentos encaminhados para questões tipo, desequilíbrio familiar, famílias chefiadas por mulheres como anomalias, mães solteiras como desvio social, filhos ilegítimos como drama social.

Só o fato da chefia da família ser constituída por mulheres durante gerações sucessivas, já deveria recolocar alguns conceitos correntes nas ciências humanas. Como as grandes teorias psicológicas, por exemplo.

Um viajante, C. Ribeyrolles, assim registrou o que observou sobre a família negra escrava:

"Os negros da fazenda, casados ou não, habitam compartimentos alinhados em filas por grupos, os quais à noite, após a ceia, são fechados pelo feitor. Dormem debaixo de chave como presidiários. Essa medida é quase geral e tem por fim prevenir as evasões, os encontros sediosos, as entrevistas de amor, as intemperanças e fadigas noturnas que abateriam as forças, perturbariam a disciplina e prejudicariam o trabalho. Isso faz lembrar, tirante os ferros, os ergástulos da campanha romana dos antigos tempos. Essas casas mal construídas de barro, sem janelas e cobertas de palhas, chamam-se senzalas. As celulas de prisão e cada cesto tem a sua. Se

ordinário, mal asseadas, infectas, desprovidas de mobiliário. (...) Nas senzalas dos negros nunca avistei uma flor. Não moram nelas as esperanças e as recordações." (16)

Que modelo seguiriam?

Sabe-se que em famílias chefiadas por mulheres nem todas eram negras ou descendentes de negros, muitas brancas, pobres, abandonadas por seus maridos, juntavam-se com outros homens com os quais tinham filhos ilegítimos até serem por estes novamente abandonadas. Se tais famílias brancas pobres foram ocupando as margens de miséria na urbanização incipiente, na medida em que incidiram em processo de pauperização; como considerar as famílias negras, também chefiadas por mulheres mas que tiveram, ao contrário, outra trajetória? Estas não podem ser enquadradas num processo de pauperização porque se originaram da mais extrema miséria. Pior do que isso, tiveram origem numa condição que incluía outro nível de qualificação enquanto cidadão. O de escravo. Esta qualidade, considerada mais inferior que a das mulheres que eram pobres "mas" eram brancas e livres, e tinham sua condição de inferioridade caracterizada por uma situação econômica que poderia ser até transitória ou revertida. A mulher negro não.

Sua luta pela sobrevivência incidia sobre outros aspectos, sua rejeição e a de seus filhos tinha outros matices baseados na sua condição de raça e cor que não poderiam desaparecer.

Fizeram percurso diferente porque saíram da escravidão, da senzala, para a sobrevivência do dia a dia como cidadãos, tendo que manter-se a si e aos seus filhos.

Família Negra - Modelo Único

Em regiões onde o grupo negro, após a Abolição, pôde organizar-se a nível comunitário como na Bahia e no Rio de Janeiro, percebe-se uma família negra que sobrevive sob padrões bem diferentes dos demais grupos não-negros. Vemos, nesses casos, uma família liderada pelas mulheres negras que, mesmo casadas mantinham certa influência e liderança sobre a comunidade a que pertenciam.

No Rio de Janeiro, universo do nosso trabalho, as mulheres que mais se destacaram foram chamadas de TIAS e são apontadas como impulsionadoras da música e da dança negra carioca, trazida, antes mesmo da Abolição, pelos negros baianos.

A movimentação de tais TIAS abarcava uma gama de atividades organizacionais que continham, entre outras pro-

vidências a sugestão e armação de festas (tanto pessoais - de aniversário, casamento, etc; quanto religiosas - da Penha, de N. S. do Rosário etc): a fundação de blocos e ranchos carnavalescos; a confecção de fantasias, roupas de santo, comidas várias - que poderiam ser vendidas ou consumidas nas próprias festas; o conselho pessoal e até o exercício de influência política planejada.

Sua presença na comunidade, se pode ter tido início com a questão religiosa - o que justifica a liderança já que grande parte delas eram mães-de-santo, não limitavam aos terreiros e aos santos. (17)

No Rio de Janeiro, os bairros de maior concentração negra no final do século XIX eram chamados de "Pequena África", (antes da abertura da Av. Central e da reforma de Pereira Passos).

Ficava próximo à Central do Brasil e aglutinava a cidade de Nova, Campo de Santana, Gamboa, Saúde e a famosa Praça XI, antigo Rossio Pequeno. (18)

Para se ter uma idéia, a Cidade Nova, no senso de 1872 aparece como um dos bairros mais populosos da cidade com 26.592 moradores, dos quais 3.836 remanescentes negros. Muitos ainda escravos. Muitos ainda africanos.

É preciso que fique claro que esta região é um aglomerado de bairros onde a característica principal é a pobreza. Neles a população de baixa renda, se divide pelos inúmeros cortiços e construções precárias de um só cômodo, destinado a um tipo de família que não se enquadra em nenhum dos modelos propostos pelos higienistas quando pensam em FAMÍLIA, nem pelos juristas ou pelos religiosos.

A determinação municipal de 1889 que dizia que "No perímetro desta cidade compreendido entre a rua do Visconde de Sapucahy, da América, Praia de Santo Cristo, todo o litoral desta praça até a praia dos mineiros e do outro lado, na do Conde D'EU, a partir da rua Visconde de Sapucahy, Riachuelo, Evaristo da Veiga, Visconde de Maranguape, Largo da Lapa, rua do Boqueirão e final, pelo litoral até a praia dos mineiros, fica proibido o estabelecimento e a construção de cortiços, casinhas e outras edificações acanhadas para a habitação das classes menos favorecidas, e ainda mesmo nos quintais dos prédios. Penas: 30\$000, sendo o dono obrigado a demolir a construção", indica que as autoridades tinham conhecimento da situação e já pensavam em acabar com ela. A forma foi o usual em problemas semelhantes. Com a abertura da Av. Central e a reformulação e modernização daquela parte do Rio de Janeiro, os moradores foram extirpados dela.

A família negra que habitava a "Pequena África" não foi documentada. É através de fragmentos que se pode perceber o tipo de estrutura familiar existente entre o grupo. Mesmo quando o pesquisador indica que "a família negra que não sobrevivera ao período da escravatura ainda não se estruturara no novo contexto da capital"; (22) ou quando afirma que "a ausência da família nuclear é compensada pela vitalidade do grupo que não segrega a criança ao meio infantil, incorporando-a na própria batalha pela sobrevivência"; mostrando estar, ele mesmo, preso a um modelo pré-estabelecido de estrutura familiar e, provavelmente, pensando na família branca ocidental. Nestes fragmentos pode-se procurar tentar ver o modelo que existia no grupo então; pelos depoimentos principalmente, infere-se um molde diferente, onde o homem não se preocupa em "reinar em casa" ou pelo menos permanecer nela: "meu pai saía de casa ao meio dia e voltava às duas da manhã"; mas que tinha na rua, assegurado seu direito respeitado até por sua mulher; "meu marido cantava, tocava violão muito bem, ele ia para sua farras, os colegas vinham pegar ele. Tinha uma cervejaria ali na Praça Onze, que ele sentava ali bebia duas cervejas e daqui a pouco a mesa estava cheia de mulheres e homens e tudo. As vezes eu passava assim por fora, olhava, pensa que eu ia brigar? Não, olhava, ia embora para casa". (23) Onde as crianças tinham um papel familiar importante e nível econômico. Embora tal posição na opinião de alguns possa

ser criticada: como parece demonstrar o pesquisador R. Moura quando relata que as famílias negras "expunham suas crianças muito cedo a uma forçada autonomia. A necessidade de prover ou pelo menos ajudar no sustento, no melhor das vezes engajando-as como ajudantes das em preços artesanais distantes das possibilidades da educação sistemática"; tal possibilidade para um grupo sobrevivente que resistia arduamente a todas as tentativas de destruição, era a única forma de "educação sistemática" possível, na medida em que auxiliava na precária formação do elemento negro. Como atesta e seguinte depoimento: "D. Carmem fala do xigreca, seu marido, em sua vida de trabalho: 'ele aprendeu com os amigos do pai dele, que era meu sogro, que levava ele para casa deles pra aprender. Ele comprava martelo, paus, pregos, levava pra ele aprender a fazer aquelas casinhas de bonecas, e dali que eles conseguiam. Quando abriam oficinas ele aí pedia uma vaga, gostavam dele e aí ele ia aprender. (24)

O fato de se expor criança à necessidades de ajudar nos proventos domésticos não pode ser considerada como uma síndrome de desarticulação da família negra ou falta de amor dos pais pelos filhos, já que, neste momento não era prerrogativa do grupo negro tais práticas, como relata o historiador E. P. Thompson". "O trabalho era uma atividade. A criança era uma pessoa interior da economia industrial e agrícola an-

tes de 1870, e como tal permaneceu até ser resgatada pela escola. Certas ocupações - como a dos limpadores de chaminês ou a dos garotos empregados em navios eram provavelmente piores do que as funções mais árduas desempenhadas nas primeiras fábricas; um órfão entregue como "aprendiz" pela paróquia a um Peter Grimes ou a um carvoeiro bêbado, em algum "antro" estava submetido a um tratamento cruel, num isolamento ainda mais terrível". (25)

Guardadas as devidas proporções, apenas correlacionando o nível de maus tratos, ser aprendiz numa oficina de marcenaria no Rio de Janeiro, desta época, parece-nos menos cruel que a carga colocada sobre os ombros dos pequenos trabalhadores ingleses neste mesmo momento. Como encontramos na obra do historiador E.P. Thompson, "Vi algumas crianças correndo para a fábrica, com lágrimas nos olhos, levando um pedaço de pão nas mãos, seu único alimento até o meio dia; chorando por medo de estarem muito atrasados." (26)

Na percepção que temos do tipo de estruturas destas famílias negras, percebe-se a extrema energia que movia as mulheres negras transformando-as em verdadeiros alívios de seus núcleos familiares e, algumas vezes, até mesmo de suas comunidades. Como disse um depoente:

... [depoimento]

Estas tias, como dissemos acima tinham papel de destaque na comunidade negra. Seus filhos e netos acabaram projetando-se como figuras iniciadoras da arte popular negra, notadamente em relação ao Carnaval e ao Samba. As que mais se destacaram foram: Tia Ciata, a mais citada e com vida mais documentada. Tia Perciliane do Santo Amen, Tia Amélia, mãe de Donga, famoso sambista, autor do primeiro samba gravado, "Pelo Telefone"; Tia Perpétua, Tia Veridiana, mãe do Chico Baiano; Tia Maria Amélia; Tia Rosa Olé da Saúde; Tia Sadata da Pedra do Sol; Tia Monica; Tia Gracinha, mulher do Didi, reconhecido como Didi da Gracinha; Tia Bibiane.

Sobre Tia Ciata, os documentos a revelam mulher de mil atividades. Foi, entretanto, como festeira que mais se notabilizou. Além disso, impulsionava atividades, mesmo que não participasse diretamente delas. Foi em sua casa, nas suas famosas festas que o samba, vindo da Bahia, ganhou acordes e feições novas. Virou carioca, tal como o conhecemos hoje. (27)

"Além de doceira, Tia Ciata era perita em toda cozinha nagô, no xinxim de galinha de oxum feito com azeite de dendê, coentro, cebola, tomate, leite de coco e azeite, no acarajé de feijão branco e camarão, no sarapatel de sangue de porco e miúdos, prato espantoso para o paladar ocidental." (28)

Segundo o pesquisador Almirante, "a casa da Tia Ciata era um laboratório de ritmos manipulados por macumbeiros, pais-se-santo, boêmios e gente curiosa que ali corriam para assistir às cerimônias religiosas e às festas de bons que representavam. (29)

Pelos depoimentos, sua casa era requisitada não só por seus parentes ou amigos, mas, também, por aqueles que se interessassem por bom ritmo ou que apenas quisessem divertir-se já que tinha "comida e bebida, samba e batucada. A festa era feita em dias especiais, para comemorar alguns acontecimentos mas, também, para reunir os moços e o povo de "origem". Tia Ciata fazia festas para os sobrinhos dela se divertirem. A festa era assim: baile na sala de visita, samba de partido-alto nos fundos da casa e batucada no terreiro. A festa era de pretos mas branco, também, ia lá se divertir. No samba só entrava os bons no sapateado, só a "elite". Quem ia no samba, já sabia que era da nata. Naquele tempo eu era carpina. Chegava do serviço em casa e dizia 'mãe, vou pra casa da Tia Ciata'. A mãe já sabia que não precisava se preocupar, pois lá tinha de tudo e a gente ficava lá quase morando, dias e dias se divertindo." (30)

Que não fique, porém, a impressão de festas diárias e constante habilidade entre as famílias negras. A pobre-

za e a miséria cercavam seu cotidiano como aos demais desprovidos da cidade. O desemprego constante da população masculina que os obrigava a extrema rotatividade nos empregos, sua exclusão no mercado regular de trabalho que os levavam sempre aos subempregos ou meios alternativos de ganhar a vida não podem ser considerados como formas adequadas de conseguir seu provento. Mas esta não é a nossa questão neste trabalho. O que tentamos demonstrar é o julgamento apressado que se faz quando se julga a família negra como desarticulada e marginal pelo fato de não seguir, na sua estrutura, modelos semelhantes aos da família branca dominante.

NOTAS

- (1) Sobre Questão da Condição e Posição de Classe ver Pierre Bourdieu, A Economia das Trocas Simbólicas, São Paulo, Ed. Perspectiva S.A., 1974.
- (2) Memória Justificativa sobre a conduta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco e Presidente da Junta Constitucional do Governo da mesma província Offerecida à Nação Portuguesa Lisboa, 1822, pg. 12 afinal G. Freyre ob. cit. pag. 465.
- (3) E. Viotti (1982) pag. 266
- (4) G. Freyre (1977) pag. 352
- (5) S.D.T. de Macedo apud G. Freyre (1977) pag. 476
- (6) Taunay, 1944, pag. 57 apud G. Freyre ob.cit. pag. 476
- (7) G. Freyre (1977) pag. 476
- (7.1.) Plantas, Idem, ibidem 434
- (8) M. Querino. A Arte Culinária na Bahia apud. G. Freyre ob.cit. pag. 454
- (9) Idem, ibidem
- (10) Idem, ibidem
- (11) Carta de J. da Silva Lisboa apud J. J. Reis (1987) pag. 24
- (12) J. J. Reis (1987) pag. 24
- (13) A. T. Samson (1815) pag. 166 apud M. Leite ob.cit. pag. 14
- (14) M. O. Leite Dias (1984) pag. 84

- (15) D. A. E. maços, 1836, apud M. Odile Leite Dias (1984)
pag. 85
- (16) C. Ribeyrolles (1852) v.2 pag. 32/7 apud M. Leite ob.
cit. pag. 56
- (17) R. Moura, "Pequena África", (1983) 35/36
- (18) Idem, ibidem
- (19) Idem, ibidem
- (20) Idem, pag. 34
- (21) Idem, ibidem
- (22) Idem, ibidem
- (23) Idem pag. 102
- (24) R. Moura ob.cit. pag. 27/28
- (25) E. P. Thompson, 1987, Vol. I, pag. 205
- (26) Idem, ob.cit. pag. 204
- (27) Ana Maria Rodrigues (1984) pag.28
- (28) R. Moura, ob.cit. pag. 104
- (29) Idem, ibidem
- (30) Idem, ibidem

PARTE II

O UNIVERSO DA PRODUÇÃO

CAPÍTULO II

A INVISÍVEL PRODUÇÃO

A INVISÍVEL PRODUÇÃO

O que queremos mostrar neste Capítulo é o lugar da mulher negra no trabalho. Sem nos esquecermos que enquanto infra-estrutura da Casa Grande Colonial, é de trabalho que tratamos; queremos reconstruir o caminho percorrido desde a escravidão, quando a partir de uma realidade vivenciada como negra alugada, a mulher negra incorporou formas estruturais de trabalho, que utilizaria, mais tarde, quando liberta ou livre. Desta maneira, no momento que passaram a ser livres, elas utilizaram estratégias, que eram indicadores de certa integração, aproveitadas dentro da disponibilidade das contradições estruturais. Assim, numa fase de transformação conjuntural porque passava o país, as mulheres negras perceberam as possíveis brechas existentes num mercado de trabalho institucionalizado, passando a operar numa faixa alternativa, disponível no momento.

O significado de uma barraca de frutas numa via pública não pode ser considerado insignificante dentro de um mercado maior, principalmente, se considerarmos que a comerciante, dona da barraca, pode ter deixado de ser escrava recentemente.

No momento, em que uma mulher negra estabelece uma barraca de comércio, num ponto nevrálgico de uma cidade e faz disso meio de vida, mormente, servindo de exemplo e multiplicando

seus "bens", em função de uma estratégia eficiente, está criando mecanismos para uma mobilidade social. Isto decorre da vivência conseguida enquanto escrava e o aprendizado ganho na situação de negra-de-ganho ou escrava de aluguel as quais foram utilizadas, conjuntamente, com as contradições do sistema para a ascensão sócio-econômica e, consequentemente, para um estado de liberdade que não chegava sozinho mas, já se encontrava amparado pela experiência econômica anterior, como pretendemos demonstrar.

1. O Trabalho das Negras Escravas Alugadas

As mulheres negras no século XIX tiveram, enquanto cativas, na cidade do Rio de Janeiro, o aluguel de suas jornadas como norma de prestação de serviço, que não foi extinto com a abolição, antes foi transformado.

Os autores que tratam da questão servil, não deixam de fazer referência a este tipo de trabalho que se constituiu, muitas vezes, no único alicerce econômico de uma família, branca, urbana e pobre.

Diz o observador da época, que "O escravo no Brasil, ocupa um lugar muito importante em todas as condições de existência do país; ele representa o trabalho, origem de toda a riqueza, representa o capital, pelo seu valor e pelos seus produtos; representa a pequena in-

dústria, porque além do trabalho agrícola, emprega-se em todas as artes liberais; enfim, o escravo é uma parte integrante da sociedade brasileira, cuja organização tem assim atravessado o longo espaço de mais de três séculos." (1)

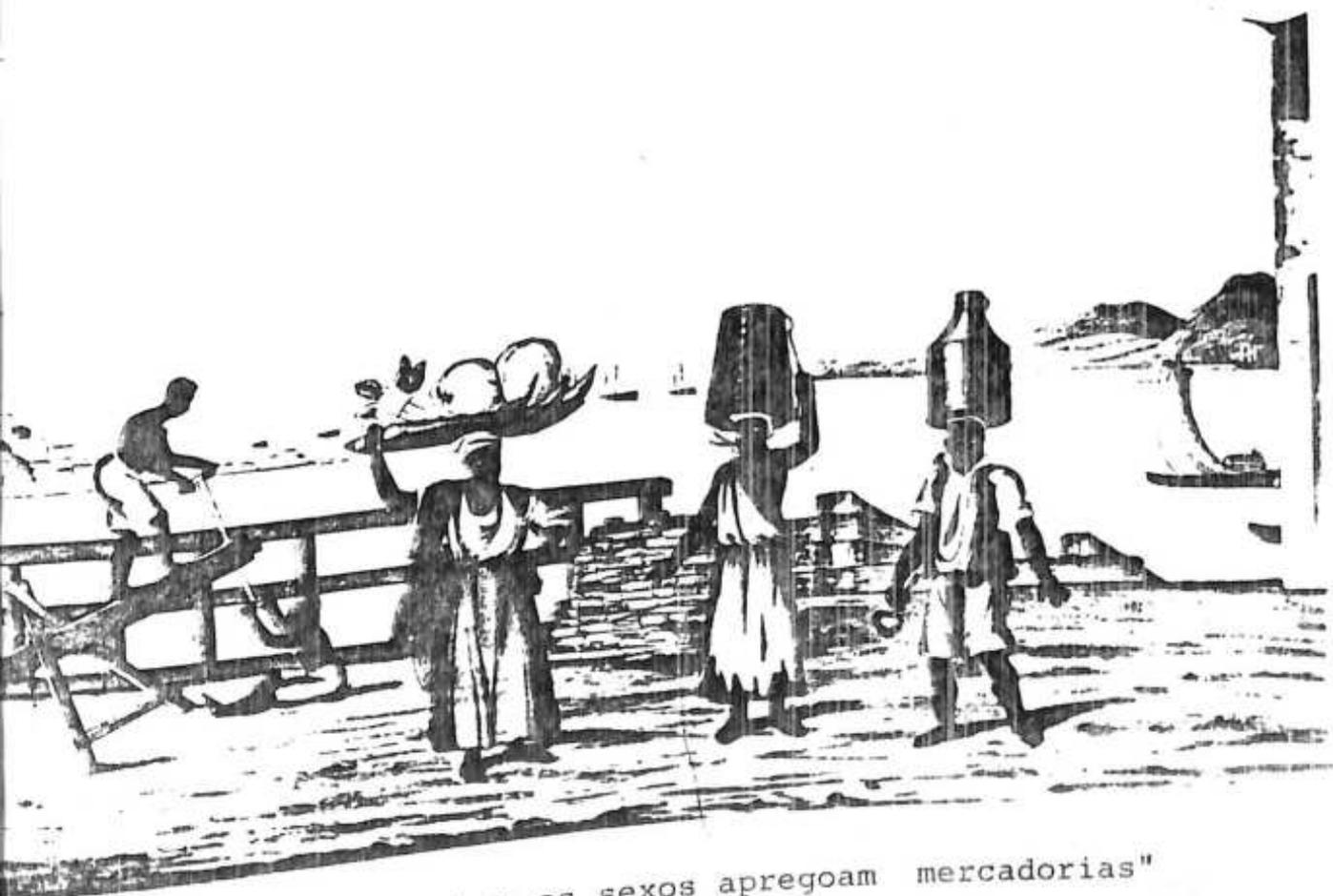


"Com ferros em volta do pescoço" à semelhança de animais de carga"
Debrét, J. B., "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", Tomo
II, São Paulo, Companhia S. Paulo, Ed. 1882, Fran -
ça, no 42, pag. 345.

Atentam para esta imagem. Existe uma contradição maior no seio da aberração imediata da visão de um ser humano, num momento de trabalho, com ferrões em volta do pescoço, à semelhança de animais de carga, ao mesmo tempo em que parecem conversar tão naturalmente?

A contradição de que falo é a aceitação — que pode ser percebida na imagem. O sentimento de infinita paciência como o dever. Esta mulher, ela mesma alugada, apesar do passado de fugas, indicado pelos ferros que traz preso ao corpo, não deixa de efetuar, também, a transação comercial que irá fortalecê-la enquanto indivíduo e enquanto membro de um grupo.

Para se compreender o trabalho da mulher negra comerciante, é importante que nos reportemos ao modo de relação comercial, estabelecida neste período, na cidade do Rio de Janeiro. É possível, que o antigo costume que tinha por regra, permitir às mulheres brancas saírem muito pouco, principalmente desacompanhadas, tenha fixado a transação comercial mais na oferta que procura dos bens e produtos, artigos necessários, enfim à uma família. Havia um reduzido número de lojas. Além disso, condições estruturais como: uso, clima, vestuário e aspecto das ruas da cidade, faziam com que os vendedores e ven-



"Escravos de ambos os sexos apregoam mercadorias"
Te. Chamberlain - "Aspectos do Desembarcadouro da Glória"
"Vistas e Costumes do Rio de Janeiro", 1819

deiras oferecessem às portas das casas seus produtos. Logo os levava a caminhar, durante todo o dia, pelas ruas da cidade. Como nos descreve o viajante T. Ewbank," ...

"Escravos de ambos os sexos apregoam mercadorias em toda rua. Vegetais, flores, frutos, raízes comestíveis, aves domésticas, ovos e todos os produtos rurais: bolos, pastéis, roscas-doces e guloseimas, 'toucinho seleste', etc. Passam, continuamente, por baixo das janelas. Se uma cozinheira deseja uma caçarola, ouveime diatamente, o sinal do caldeireiro ambulante; sua campainha é constituída por uma panela, na qual bate com um martelo. Uma jarra de água está quebrada? Basta esperar um pouco, pois, dentro de meia hora surge um vendedor de moringas. Se alguém deseja remodelar seu ser viço de mesa, com novos jogos de faca, copos, garrafas, mesas, pratos, talvez um galheteiro e alguns artigos de prata, não precisará esperar muito tempo, caso os vendedores de cutelaria, cristais, porcelanas e prata, não tenham ainda passado pela porta, aparecerão dentro de pouco tempo. O mesmo acontece com todo artigo de uso feminino, desde vestidos de seda ou mantas, até lenços e papéis ou alfinetes. Sapatos, gorros enfeitados, belas jóias, livros para crianças, novelas para os jovens e obras de devoção para os beatos. Arte de Dançar, para os desajeitados, Escola de Bem Vestir, pa

ra os jovens, Manual de Polidez para os rústicos, Oráculos das Jovens, Linguagem das Flores, Relíquia de Santos e um Sermão de Baco - essas e milhares de outras coisas são vendidas durante todo o dia." (2)

Com isso todo o tipo de comércio leve - chamemos assim - era coberto por vendeiros e vendeiras negras.

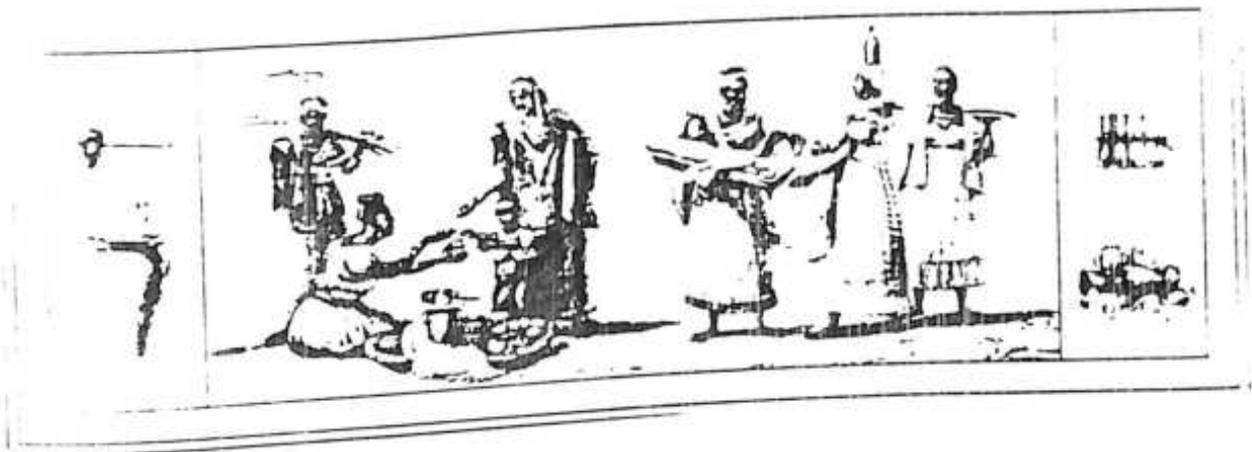
Ajuntando-se aos andarilhos podia-se encontrar, nas ruas de maior acesso e circulação, vendeiras fixas com balaies ou em pequenas barracas, num ponto determinado que ocupavam da manhã ao anoitecer - às vezes durante a noite - o que leva a concluir que o comércio era efetivado pelos negros, no século XIX, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Entretanto, não significa dizer que eram comerciantes, ou seja, os proprietários daquilo que vendiam. Seriam, na linguagem atual, os comerciários pelo menos enquanto durou a escravidão - e mesmo após, como veremos. Eram apenas os carregadores ou os alugados, nunca os donos dos produtos. Carregadores, quando os proprietários dos artigos vinham junto e, muitas vezes, efetivavam a transação comercial. Alugados quando viviam sozinhos com os produtos que não lhes pertenciam, porém. Tinham uma quota determinada por seu senhor para ser vendida diariamente. Se ultrapassassem tal quo

ta não eram festejados. Se, porém, ficassem aquém dela, o castigo não tardava. Dentre os proprietários dos produtos poderiam ser encontrados negros, mas eram raros.

Dentre os produtos trazidos havia alguns que não era permitido que os negros ou negras o tocassem, como observou um viajante; T. Ewbank, "Os vegetais são trazidos em cestas abertas e as aves em cestas fechadas; pastéis, doces e artigos semelhantes são transportados sobre a cabeça em grandes latas, nas quais se vê pintado o nome e endereço do proprietário; gêneros secos, jóias, mercadorias de luxo são expostos sobre balcões ou mesas portáteis, com caixas vidro fixadas por cima.

(...) Os proprietários acompanham os artigos de prata e de seda, assim como o pão, pois neste, os negros não têm permissão de tocar. Quando um freguês chama, o es cravo traz sua caixa, desce-a e permanece a seu lado, até que o proprietário entregue os artigos desejados." (3)
 Outros produtos, notadamente quitutes, são exclusivamente, vendidos por mulheres negras. Mesmo alugadas. São, por exemplo, as vendedoras de ALUÁ.



Nº 2 — VENDEDORAS DE ALUÁ, DE LIMÕES DOCES, DE CANA,
DE MANUE E DE SONHOS

Como é fácil de compreender, faz-se no Rio de Janeiro, durante o excessivo calor do verão, grande consumo de bebidas refrescantes, principalmente do econômico *aluá*, com arroz macerado e açucarado, nectar da classe baixa. Vêm em seguida a lima, o limão doce e a cana de açúcar, vegetais bem aclimados e que nessa época se encontram em plena maturação. Essas substâncias refrescantes, indispensáveis durante os meses de Setembro, Janeiro e Fevereiro são vendidas nas ruas da capital por uma multidão de vendedores em sua maioria escravas de pequenos capitalistas ou por negras livres.

Essas vendedoras de *aluá* são notáveis pela elegância ou ao menos, pela limpeza de seus trajes, naturalmente proporcionais à fortuna dos senhores, sempre interessados em conseguir, assim, alguma vantagem na concorrência momentânea. Dessa preocupação se aproveita duplamente a negra, de natural faceiro e interesseiro, para travar novos conhecimentos lucrativos que ela cultiva durante o resto do ano, mediante visitas furtivas que lhe dão algum dinheiro, a título de esmola ou de recompensa por pequenos obséquios prestados com condescendência.

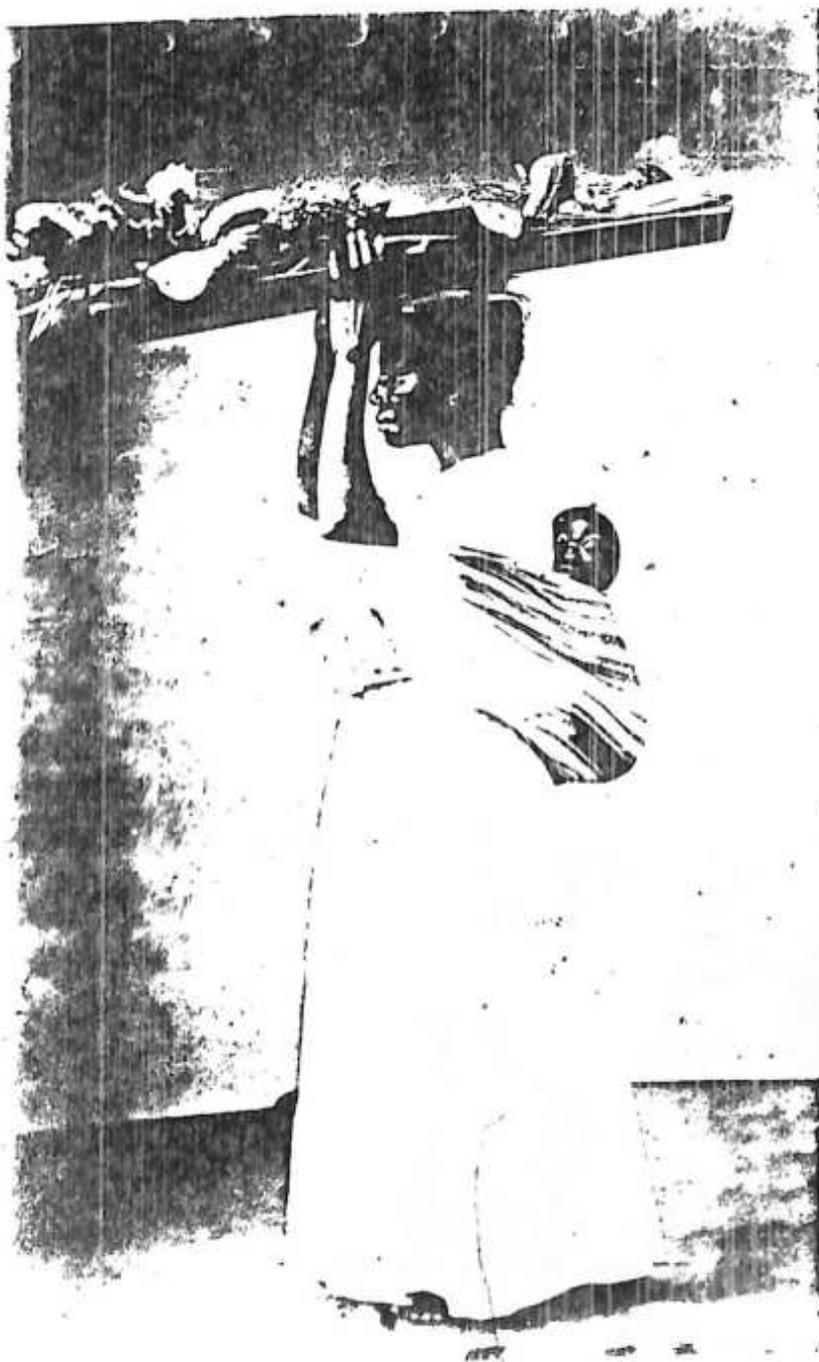
O *aluá* é uma bebida muito fresca, composta de água de arroz fermentado, ligeiramente acidulada, embora açucarada, e muito agradável de beber-se. Para seu estabelecimento basta à vendedora possuir um pote de barro, um prato, uma grande xicara de porcelana e, finalmente, um coco de cabo de madeira, espécie de colher e ao mesmo tempo medida de capacidade que serve para tirar do pote a quantidade de bebida suficiente para encher a xicara, a qual é vendida a dez réis.

Pode-se ver, pelo desenho, que todo esse aparelhamento, solidamente amarrado e embrulhado numa toalha é fácil de carregar à cabeça.

Debret, J. B. "Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil", Tomo I, Belo Horizonte, Itatiaia; S. Paulo, Ed da USP 1978. Prancha no 32 pag. 296.

Importante considerar que ao contrário da sociedade global, onde os papéis femininos e masculinos são rigidamente estabelecidos, entre os negros, já nesta época, não se verifica tal rigidez. Deste modo, tanto o homem quanto a mulher podiam ser utilizados para o mesmo serviço. Significa que as mulheres negras eram alugadas como vendeiras ou eram carregadoras tais como os homens. Apenas para amas-de-leite se utilizavam somente mulheres. Por razões óbvias.

Também não se distinguíam as regiões de origem, na África. Variavam as nações a que pertenciam as negras. T. Ewbank, viajante diz que "As jovens pretas minas e moçambiques são as mais numerosas, sendo consideradas como as mais espertas vendedoras. Muitas delas levam consigo também uma criança, que prendem às suas costas por meio de uma faixa amarrada ao redor da cintura. Entre o pano e o seu corpo, a criança aninha-se e dorme. Quando acorda, espia curiosamente para fora como andorinha implume, espreitando pela beirada do ninho. Para proteger a criança contra o sol, a negra coloca uma jarda de tecido de algodão na parte de trás da caixa, que leva sobre a cabeça; o pano serve como cortina e conforme seus movimentos atua, também como uma espécie de leque." (4)



"Entre o pano e o seu corpo, a criança aninha-se e dorme"
Foto de Cristiano Jr., in: "Escravos Brasileiros do século
XIX na fotografia de Cristiano Jr., São Paulo, Ex-Libri, 1988
pag. 14



NEGRAS LIVRES VIVENDO DE SUAS ATIVIDADES

"As mulheres negras podiam ser vendeiras ou carregadoras.

Leite, J. B. "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil" Tomo
1, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. USP, 1978, Pran
cha nº 32 pag. 293.

2. A confusão na transição: alugadas e escravas ou livres?

Já no início do século, era confusa a distinção aparente dos negros no Brasil: escravos ou libertos, alugados ou livres? As pessoas que já tivessem fugido de seus donos e, em função disso, trouxessem ferros em variadas formas, em volta do corpo, eram, facilmente, reconhecidas como escravos. Aos demais, a dúvida. Esta impossibilidade de se saber de imediato a condição do negro, além da necessidade de se impedir que os negros se organizassem, politicamente, através da reunião, facilitando movimentos de libertação, fez com que fossem criadas inúmeras medidas restritivas do livre trânsito das pessoas negras.

Como demonstra o Art. 148 da Lei de 1886: "É proibido ao negociante de molhados consentir em seus negócios **PRETOS E CATIVOS**, sem que estejam comprando. O negociante sofrerá multa."

A partir da Lei de 1871, Visconde de Rio Branco, que estabelecia o Ventre Livre, a sociedade dominante tenta passar ao escravo, paulatinamente, a "qualidade de pessoa mas com limitações." Ao mesmo tempo, mostra que a família acaba de ser eleita como um mecanismo de controle social.

Deste modo, "a existência de uma família onde alguns membros nascem livres, outros são quase ou prestes a se tornarem livres e ainda alguns esperam para serem libertados, é potencialmente uma família onde a necessidade de agradar o proprietário e juiz do acesso à liberdade é uma imposição tão grande quanto o desejo de liberdade. Esse mecanismo psicológico era tão mais poderoso, quanto o escravo tivesse consciência da existência de possibilidade, ainda que pequena, de liberdade." (5)

Ao mesmo tempo, demonstrava que a sociedade global ainda não tinha encontrado uma forma eficiente para o controle social. A dubiedade da classificação de libertos, livres e escravos tornava difícil qualquer mecanismo de exclusão. A não ser, logicamente, que se elegesse a COR como critério.

Em relação à questão do trabalho, a mesma confusão de qualidade é percebida. Existe uma série de leis que tentam traçar alguns limites, mas que pela dificuldade de sua execução transformam-se no que E. Viotti designou de resistência à legislação, ou seja, "o simples não cumprimento explícito da lei." (6)

A incorporação dos escravos em trabalhadores livres é lenta e gradual. O mecanismo paralelo à mudança de

qualidade de cidadão é possível, principalmente, pela exploração das brechas existentes nas relações cotidianas dos centros urbanos, principalmente aliadas às necessidades da população que se estruturava, como já foi dito acima, a nível de comércio, mais na oferta de mercadorias do que na procura das mesmas.

A variedade de leis que se criam durante este período, permite seguir o caminhar cauteloso de uma sociedade que não quer, mas também não pode deixar de querer. Antes que se pense ser um jogo de palavras, a frase acima apenas tenta colocar a profunda contradição perceptível num sistema que já se desagrega.

"Art. 51 - Fica proibido negociar com escravos sem um bilhete de seu senhor, no qual haverá declaração do nome do escravo e os gêneros que leva para vender na praça: aqueles que comprarem sem o referido bilhete serão multados em 6\$000, metade para o denunciante e metade para a Caixa Municipal. As disposições deste artigo não compreendem escravas quitandeiras que vendem ovos, frutas, peixes, leite e outras miudezas gerais."

Art. 52 - É proibido consentir nas tabernas e armazéns ajuntamento de escravos que não estejam comprando."

(7) (grifo nosso)

Como analisa A. Gebara (1986) "existe uma necessidade de ligar a população livre ao controle dos escravos (...) este aspecto é central para o controle do sistema escravista em seu conjunto." (8)

Como os viajantes observaram bem, alguns produtos vinham com seus proprietários ao lado, outros careciam deste cuidado. É que o controle da sociedade dominante incidia, também, sobre os produtos proibidos de serem encontrados na posse de escravos, ou seja, nem podiam ser vistos com eles. Entre tais destacam-se armas (de um modo geral), munição, bebida, metais preciosos e jóias assim como substâncias venenosas. Os produtos permitidos eram os ligados às necessidades locais de consumo das populações urbanas. Entretanto, na cidade do Rio de Janeiro, com o costume generalizado de se comprar à porta, sem que as mulheres usassem sair de casa para tanto, tais atividades não poderiam ser consideradas marginais no mercado de trabalho.

3. O Trabalho das Negras Livres

No incipiente mercado de trabalho livre para os negros, no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, vemos três grandes campos onde se pode analisar estas atividades: primeiro no mercado urbano, caracterizado pelas barracas, instaladas em local fixo nas artérias de maior

TABELA 19

OCUPAÇÕES DOS ESCRAVOS, 1872

Ocupações	Homens	Mulheres	Total
Artistas	1.517	341	1.858
Marinheiros	1.788		1.788
Pescadores	1.262		1.262
Costureiras		40.766	40.766
Mineiros e trabalhadores de pedreiras	769		769
Trabalhadores Metalúrgicos	1.075		1.075
Carpinteiros	5.599		5.599
Trabalhadores têxteis	842	12.354	13.196
Trabalhadores da construção	4.013		4.013
Trabalhadores do couro	560	3	563
Tintureiros	40	4	44
Alfaiates	1.379		1.379
Fabricantes de Chapéus	216	50	266
Fabricantes de sapatos	2.163		2.163
Trabalhadores agrícolas	503.744	304.657	808.401
Servidores e jornaleiros	49.195	45.293	94.488
Serviço doméstico	45.561	129.816	175.377
Sem profissão	185.447	172.352	357.799
TOTAIS	805.170	705.636	1510.806

Fonte: Recenseamento da população, XIX, 5.



"Entrada da Baía, Rio de Janeiro 1819, stuário de um grande rio?"
Te. Chamberlain - "Vistas e Costumes do Rio de Janeiro", 1819

circulação e pelas vendeiras(os) que carregam sobre o corpo balcões portáteis ou cestos com seus produtos; segundo o incipiente mercado fabril - principalmente a quele ligado a artefatos femininos e aviamentos para roupas; em terceiro o mercado de serviços domésticos - onde pode-se encontrar um número maior de negras, com maior diversificação de tarefas, com experiência também mais duradoura, vivência maior, etc... Afinal, mesmo em pequenos centros urbanos, onde não encontramos negras vinculadas ao mercado de trabalho comercial e fabril, no serviço doméstico serão sempre encontradas. Em muitos casos, este ramo poderá servir como elemento facilitador da tênue integração das negras à sociedade civil.

a) O comércio livre nas ruas da cidade

Permitam-se imaginar a cidade do Rio de Janeiro em 1820. Cheguem pelo mar e comecem perguntando-se por que Rio de Janeiro? Olhem a entrada da Baía e recordem que os franceses tinham razão em pensar ser a Baía o estuário de um grande rio e como estavam no mês de janeiro ... Afinal, os morros do Castelo e Cara de Cão formavam como um "leito" de rio nos seus vales e a abertura para o mar poderia ser o desembocar do Grande Rio de Janeiro. Mais tarde, a própria cidade se esparramaria por tais vales.



BARRACAS DE MERCADO

Estas barracas pertencem, em geral, as negras livres que ne
trabalham com aves, verduras, legumes e milho e, às vezes tam-
bém com pão e peixe frito."

de. Hamberlain
aq.

Continuem imaginando e vejam a próxima gravura chamada "Barraca de Mercado".

Segundo Chamberlain,

"a barraca de mercado, aqui reproduzida, é igual às que geralmente se encontram nas áreas abertas da cidade. Sua construção é muito simples, sendo armada de manhã e desarmada à noite. Consiste apenas em quatro esteios retos e uma cobertura de folhas de bananeira, pra quebrar os raios abrasadores do sol. Estas barracas pertencem, em geral, às negras livres que negociam com aves, verduras, legumes e milho e, às vezes, também com pão e peixe frito. É o ponto de reunião dos negros indolentes e tagarelas, vendo-se aqui alguns destes entregues à sua inclinação natural de escutar a conversa dos outros.

Aqui, está um menino com uma cesta na cabeça, mandado pelo senhor para procurar emprego, a discutir com a mulher da barraca. Atrai a atenção de outra negra que traz na cabeça, para vender, vinho e cachaça (espécie de rum ordinário, aguardente comum no país) num tabuleiro, de uma outra que vende milho, de um ajudante de barbeiro, esquecido de que o fre~~g~~uês do patrão o espera ansiosamente e até da dona

de uma outra barraca, que a abandonou por um instante, arrastada pela vontade irresistível de participar do exercício.

O negro que carrega uma cesta à cabeça, apesar de interromper sua marcha para saber o que se passa, não pára por isso de tocar a sua "madimba lungungo" predileta, instrumento musical africano em forma de arco, com um arame ao invés de corda. Na extremidade em que segura o arco está presa uma cabaça vazia ou tigela de madeira a qual encostada ao estômago nu, permite ao executante sentir tão bem quanto ouvir a música que produz.

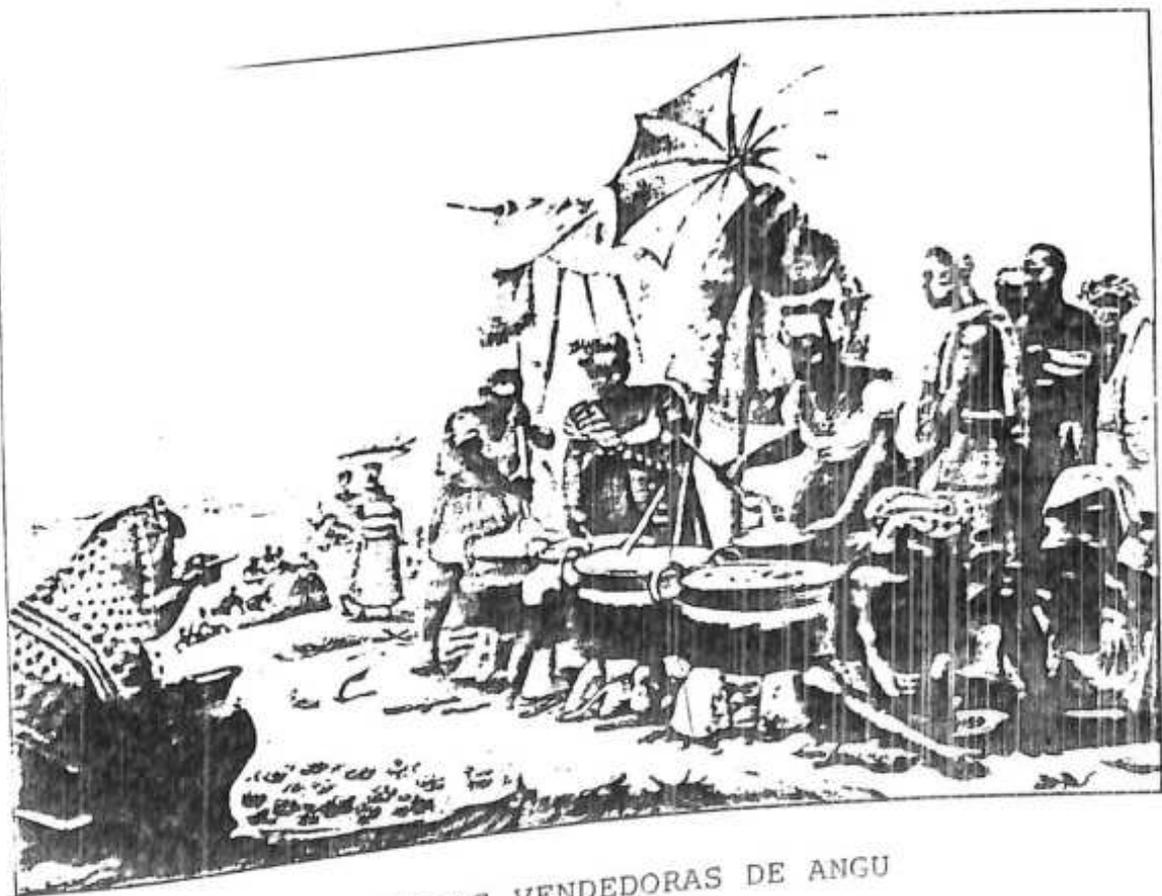
O modo de tocar é muito simples. Estando o arame bem esticado, toca-se-lhe de leve, produzindo um som, modulado pelos dedos da outra mão, que vai apertando o arame em vários lugares, de acordo com o capricho do músico. São reduzidos os recursos musicais e muito poucas melodias que se tocam, acompanhados quase sempre pelo canto do executante. São canções de sua terra natal, cantadas na própria língua materna.

A dona mais velha da barraca parece inteiramente absorta nas fumaças e nas delícias do seu pito, nenhuma atenção prestando ao que se passa no redor."

Embora precária esta barraca é um estabelecimento comercial e, dependendo de sua localização, geradora de meios que podiam permitir, pelo menos, a sobrevivência da família da proprietária quando não ajudava também seus amigos.

Paradoxalmente, em outros centros urbanos como São Paulo, por exemplo, a rede de proibições e restrições do grupo negro a ingressar no mercado de trabalho como empregado, acabava ditando como solução, o auto-negócio. Esta forma, enfraquecia algumas restrições e anulava outras, deixando sem efeito alguns dos meios não violentos encontrados para controlar a mobilidade do grupo racial em questão. Se o negro não pode ser empregado numa "casa de negócios", ele arma sua própria "casa de negócio". Sua barraca seu cesto. Se as proibições tiveram como objetivo impedir o acesso dos escravos aos empregados urbanos, só funcionou em certos centros, onde o hábito de aguardar o mascate não existia.

A integração do grupo negro à sociedade urbana brasileira, mormente sua inserção no mercado livre de trabalho, possui características regionais que



NEGRAS VENDEDORAS DE ANGU

"É ainda na classe das negras que se encontram as cozinheiras de anqu".

Debret, J. B., Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil", Tomo I, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1978
Prancha nº 35 pag. 345.

não podem ser ignoradas. Por exemplo, as proibições existentes através de leis no Estado de São Paulo, ficariam difíceis de serem aplicadas na cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, além de proibir o ingresso do elemento negro como "caixeiro", proibiu também a concessão de matrículas para cocheiro, condutores de carroças de aluguel e venda de água. Mesmo sabendo da existência de atividades urbanas onde a figura do elemento negro já era marcante, como a venda de lenha, capim e outros produtos, a sociedade dominante procura, através do Legislativo, impedir o crescimento da mão-de-obra negra. Esses controles, inicialmente, referem-se ao elemento escravo, em seguida arrola-se o elemento livre para, finalmente, referir-se a negros. "É proibido ao negociante de molhados consentir em seus negócios, pretos e cativos, sem que estejam comprando. O negociante sofrerá multa ... "É proibido alugar quarto ou casa a pessoas desconhecidas, assim como a escravo sem licença do seu dono ..." (10)

Ora, quem poderia ser estas "pessoas desconhecidas" arroladas juntamente com os escravos?

Também outra lei de modo dúbio:

"Art. 30 - Os escravos e pessoas livres não poderão andar muito sujos ou quase nús pela cidade, sob pena de multa ..." (grifo nosso)

O que a população branca dominante tentava fazer era controlar socialmente um grupo que continha no seu interior tanto pessoas libertas e livres como escravas, o que tornava difícil o controle repressivo violento sendo necessário engendrar-se outras formas mais sutis de controle social. (11)

No Rio de Janeiro, aquelas proibições que cercavam a vida nos municípios não deu muito certo. As ruas da cidade pertenciam aos negros.

Vejam esta gravura, são negras cozinheiras, vendedoras de angu. Vejamos o que nos relata Debret:

"É ainda na classe das negras que se encontram as cozinheiras de angu. Para o exercício dessa indústria suplementar, bastam-lhe duas marmitas de ferro batido colocadas sobre fornos portáteis; um pedaço de pano de lã ou de algodão, por cima da tampa de cada marmita, completa o aparelhamento culinário, a que se acrescentam duas grandes colheres de pau de cabo comprido. Conchas grandes e chatas

os cacos de barro para os transeuntes que se lem-
bram de parar, e uma concha volumosa de marisco
para de colher." (12)

É precária a operação? É verdade. Os fornos são
portáteis, os pratos podem ser "cacos de barro" e
têm conchas como colher. É necessário, todavia,
não nos esquecermos que recentemente, muitas dessas
mulheres eram escravas que nada de seu possuíam. Pa-
ra quem nada tinha, nem mesmo a posse de sua pró-
pria pessoa, enquanto cativa exibir um "negócio",
por mais precário que seja, é lucrativo ... após
estar livre, é uma grande mudança.

Não é demais, também, lembrar que a conjuntura cultu-
ral vivenciada pelas mulheres brancas neste perío-
do, diferia, essencialmente, das mulheres negras. Bre-
cha na ideologia dominante, contra-ideologia ou
contradições que indicam não a existência de dois
universos diferentes, mas um mesmo mundo, coerente
e integrado na sua dimensão ideológica?

b) O Trabalho nas Fábricas

No século XIX encontramos diversas fábricas que em-
pregam mulheres. As mulheres negras são maioria.
Apenas em cidades vizinhas ao Rio de Janeiro como

Petrópolis as mulheres brancas (imigração incipiente), suplantam as negras.

C. C. Andrews nos revela que "no Rio, uma fábrica de algodão e lã emprega sessenta mulheres e quarenta e sete crianças como operárias. Algumas outras empregam mulheres. São também empregadas em fábricas de botas e sapatos. Provavelmente, duas mil mulheres estão empregadas nos estabelecimentos fabris da cidade." (13) Destas, as negras e mestiças compõem a maioria. Embora, segundo a observação dos viajantes possamos encontrar mulheres (e negras) na maioria dos estabelecimentos fabris, é naqueles dedicados ao vestuário e artefatos, naqueles onde é necessário maior sensibilidade e cuidado, maior delicadeza e desprendimento que encontramos as mulheres.

Como vimos no Capítulo anterior, as mulheres negras enquanto escravas, eram o centro nevrálico da infra-estrutura familiar brasileira do período. Os serviços de costuras e artefatos eram divididos entre as mulheres da casa, ficando as negras escravas com a parte pesada e as mulheres brancas com os bordados e trabalhos artísticos. Entretanto, no cotidiano urbano, a divisão não se dava exatamente assim e coube, mais uma vez, ao alienígena perceber que a boçalidade atribuída ao elemento escravo, estava mais ligado ao estereótipo de uma etnia dominante que à realidade.

"Observa-se também que na classe das negras livres, as mais bem educadas e inteligentes procuram logo entrar como operárias, por ano ou dia, numa loja de modista ou de costureira francesa, título esse que lhes permite conseguir trabalho, por conta própria, nas casas brasileiras, pois, com seu talento, conseguem imitar muito bem às maneiras francesas, trajando-se com rebuscamento e decência." (...) "Aqui vemos uma delas, à esquerda, ao entrar casa da modista francesa onde exercia o

seu ofício." (14)

O. Ianni, numa análise que faz sobre as relações de trabalho na sociedade escravista afirma que além das diferenças na forma de organização do trabalho livre e do trabalho escravo existem outras diferenças mais profundas que tornaria impraticável a convivência do trabalhador escravo com o trabalhador livre nas unidades de produção. Entre outras, elenca algumas que são particularmente importante para o nosso trabalho.

Mostra que no sistema de produção escravista, "a mercadoria aparece diretamente como produto alienado de um produtor alienado. Isto é, a mercadoria surge transparente, como trabalho social cristalizado e expropriado. (...) Na sociedade capitalista, na qual predomina o trabalho livre, a mercadoria aparece fetichizada à consciência do operário e dos grupos. O fato de que o operário vende sua força de trabalho por um salário especificado em contrato, de que pode vender a diversos compradores sucessivamente, e de que pode variar o preço dessa venda, nas condições de mercado, cria no operário a ilusão de que o concreto é o salário, ou a mercadoria e não o trabalho alienado, a mais valia. A mercadoria acaba por apresentar ao operário como estranha e inde-

pendente dele, fetichizada. Ao passo que para o escravo a mercadoria surge imediata e explicitamente como produto alienado de seu trabalho. A condição escrava torna explícita a expropriação do trabalhador, no produto do seu trabalho e na sua pessoa."

(15)

Desta forma ele reflete que os escravos não podem ser postos em situação de trabalho nos quais possam trocar e socializar suas experiências de sua condição alienada. Isto na unidade de produção: plantações, fazendas e engenhos - daí a extrema repressão com que são tratados que, segundo o cientista reflete um impedimento dos escravos organizarem idéias e atividades.

Diz também que o escravo não pode ser posto a trabalhar com o operário em caráter permanente. Tanto pela forma de organização de trabalho que irá ditar controles específicos quanto pelo "convívio em uma modalidade de alienação aberta e outra fechada."

Conclui dizendo ser "óbvio que a alienação transparente da condição escrava iluminaria a alienação velada da condição operária." (16)

Deste modo, quando percebemos na cidade do Rio de Janeiro a convivência entre escravos e livres, trocando experiências de suas condições, quando vemos nas ruas da cidade os escravos manterem um cotidiano de vivências com laços que facilitem e ampliem a rede de trabalho comercial a que se dedicam, entendemos que no ambiente urbano, onde as técnicas de repressão não podem ser as mesmas utilizadas em outras unidades como fazendas e engenhos, há mais difusão de idéias, colocações críticas sobre o escravismo e possibilidade de organização para terminar com a opressão.

Também entendemos porque há um encaminhamento diferente de repressão e utilização de outros agentes como a lei e a família para exercerem este papel.

Examinando Atas de Comércio, relações de empregados e documentos afins do século passado, embora

difícil encontrar documentos onde o proprietário revelasse a condição étnica de seus empregados, conseguimos elencar as seguintes atividades de transformação onde pode ser provável a existência de mulheres negras: costureiras, trabalhadoras têxteis, trabalhadoras de couro, fabricante de chapéus, etc.

Quanto à sua condição de liberta ou escrava, era extremamente variável. A variação situava-se tanto em relação à qualidade do trabalhador quanto ao tipo de atividade, assim como à condição dos proprietários do negócio.

O importante a dizer é que em muitos estabelecimentos fabris encontramos as duas qualidades de pessoas. Da metade do século em diante, o número de elementos livres cresce essencialmente.

c) O Trabalho Doméstico

Nesta parte do trabalho não vamos nos referir ao trabalho doméstico escravo por algumas razões:

é sabido que no Brasil colonial e mais tarde, a sociedade branca dominante, não fazia nada sozinha, sem um elemento negro ao seu lado. É até curioso

o relato de viajantes que se surpreendem da necessidade de se ter um escravo para carregar uma pena ou levar um envelope. Na verdade, os brancos brasileiros consideravam todo trabalho manual desonroso e estafante. Em relação a mulheres, registra-se o espanto do viajante:

"quanto às mulheres no Brasil, elas são de uma preguiça que ultrapassa toda imaginação (...) passam o tempo acocoradas em esteiras e não se levantam para produzir coisa alguma; um branco, no Brasil, enrubesce se tiver que carregar um pacote." (17)

Quando analisamos o cotidiano doméstico das mulheres negras escravas com seus donos brancos acima, detivemo-nos, suficientemente, na questão do trabalho.

Sendo assim, vamos nos restringir à análise do trabalho doméstico livre, das relações de trabalho das mulheres negras.

Não é estranha, mesmo hoje, para os brasileiros a palavra MUCAMA - e quantos não adorariam ter uma...

Mas vamos examinar o que significa:

MUCAMA - empregada escrava ou livre, que desempenha as funções de criada de quarto.

Segundo M.B.C. d'Almeida Nogueira - Ensaio de Sciência, Fascículo 2, 1876, essa palavra é uma corrupção do brasileiro mokamy, "que dá ao seio, ama" e teria perdido a antiga significação que tem atualmente.

M.J.A. de Macedo Soares, talvez com mais razão, lhe atribui uma origem africana, fazendo derivar MUCA-MA, que também se escreve MUCAMBA, substantivo de quarta classe, que significa doméstica, servidora." (18)

Pois no período que estamos analisando, encontram-se dois tipos de ocupação doméstica para as mulheres negras: - aquela que é exercida na própria casa da empregada. Neste último caso, os arranjos são feitos no sentido de, em determinados dias, a mulher negra se incumbir da tarefa, "entregando-a" concluída alguns dias depois - como exemplo mais interessante elegemos a LAVADEIRA. E a que é realizada na casa dos patrões.

c1) A mulher negra como empregada doméstica - na casa dos patrões

Treinamento não lhe faltou. Durante o período es-

cravista e fora dele, o emprego doméstico foi - e até hoje permanece - a ocupação eleita e obrigatória para a mulher negra. A especialização aparece mais tarde, de acordo com o modo como se desincumbem de suas funções, podem vir a ser grandes cozinheiras, excelentes doceiras, engomadeiras, copeiras, pajens e amas-de-leite. Ah! as amas-de-leite...

Na década de 80 uma boa profissional podia ser bem paga. Burke nos revela, as dificuldades da relação patrão-empregado da época.

"Uma boa profissional vale em qualquer lugar, muito mais (mais de 60 libras esterlinas). (...) E a criadagem vai e volta como quer, sem dar referências, depois de uma experiência de mais de dois meses, somos levados a acrescentar que jamais se preocupa com o que faz. Isso mata a gente, já que não se permite que a matemos e estou convencido de que as duas partes não podem viver juntas!" (19)

Entretanto, esta visão não era a cotidiana, a bem da verdade, o serviço doméstico na maioria dos casos, reproduzia a relação escrava x senhor e, somente em poucos casos, esta vinha ausente da repressão violenta. Quanto ao salário, o que ocor-

ria era serviço em troca de casa, comida e roupa. Meninas ainda eram "dadas" por seus pais à "casas-de-família" que com o pretexto de treinarem-nas mantinham-nas num regime de semi-escravidão onde não tinham direitos, apenas deveres.

A observação de uma viajante pode ajudar a ilustrar o que se diz acima:

"Voltemos a nós, felizes mortais, que temos a felicidade de ser brancos. (grifo nosso)

O banho de cada um de nós estava preparado; era hora de tomá-lo, antes do jantar. As nove horas, nos serviram uma refeição substancial e copioso por jantar, regadas a vinho da França e da Espanha. Que mudança em nossos hábitos frugais! É preciso se habituar na casa de E.N. a digerir ao comer e durante o sono. Como não temos estômago de avestruz, um regime desses terminará por nos estragar. Ao voltar a nossos quartos, os pés tropeçaram numa esteira, estendida no corredor, atravessada na porta. 'É o leito da negra, colocada a seu serviço', nos disse sorrindo Dona M. 'você sabem, ela estará à sua disposição noite e dia'. Nós agradecemos, reconhecidos, prometendo-nos porém, não perturbar o sono da pobre mulher, a não ser

por necessidade imperiosa." (20)

Mudança em relação às mulheres negras escravas?
 Sim, haviam trocado a senzala pela esteira no cor-
 dor.

Os donos da "casa-de-família", os patrões tinham um código próprio e vago de direitos e deveres. Quase sempre, este código ultrapassava o nível profissional da prestação de serviço da mulher negra, invadindo a esfera pessoal.

Alguns estudiosos da questão "empregada - doméstica pós escravidão", percebem, nestes acordos, um pacto paternalista que exigia mais do que qualquer contrato de serviço poderia incluir. As empregadas, mais do que melhores salários, horas razoáveis de serviços ou deveres limitados, pediam para ser "bem tratadas". Elas diziam que queriam ser estimadas como "pessoas da família". Por seu lado, os patrões queriam receber mais do que o trabalho satisfatoriamente feito. Além de "diligência", "honestidade", ou "bons hábitos", os patrões exigiam das empregadas "ternura", "humildade", especialmente na forma de uma inquestionável obediência." (21)

Como já nos referimos acima, a questão das mulheres negras servirem aos apetitos sexuais do homem branco que, no trabalho escravo, era imposto às cativas e tolerado pelas esposas brancas, se reproduzia aqui. Ou se mantinha.

Como nos conta Albina Idalina da Conceição, preta, 20 anos, empregada doméstica no final do século XIX; Segundo ela, foi deflorada aos 19 anos pelo filho da dona da casa onde se achava empregada, de nome José Affonso Bortan. Para conseguir seus intentos o rapaz arrombou a porta do quarto de Albina. Quando esta "levou ao conhecimento de sua patroa, esta riu-se, achando graça no caso." (22)

Na verdade, o que as empregadas queriam era serem consideradas pessoas, integradas ao social, "estimadas como se fossem da família". Contraditoriamente, seus patrões desejavam uma escrava que pudesse ter além de "ternura", e "humildade", uma "inquestionável obediência".

Os pedidos de empregadas domésticas, para a função de cozinheiras, abundam nos classificados dos jornais da grande imprensa da época:

"Aluga-se uma criada livre para cozinhar em casa

de família; para tratar na Travessa do Bom Jardim 19, venda." (23)

"Aluga-se uma preta livre, boa cozinheira, na Rua do Catete, 245 loja." (24)

"Precisa-se uma criada livre para cozinhar, engomar e arranjos de casa; na Rua Bela Princesa, 60, Catete." (25)

Além das cozinheiras, as amas-de-leite eram bastante procuradas. Livres, elas mesmas se alugavam dando suas características e dote.

"Aluga-se uma ama-de-leite de dois meses; para tratar na Rua da Alfândega, 25." (26)

Também para outros serviços são requisitadas.

"Precisa-se alugar uma criada livre para serviço de uma casa de pequena família, fora da cidade, dando-se casa, comida e 15\$ por mês; informa-se na Rua Barão de Mesquita, venda próxima ao hospital militar, Andaraí Grande." (27)

c2) A Mulher Negra como empregada doméstica em sua própria casa

Inúmeras atividades eram desenvolvidas nas próprias casas das mulheres negras. Uma espécie de serviços prestados às famílias da sociedade dominante. Dentre várias, vamos nos deter em observar as LAVADEIRAS.

Poderia parecer contraditório, se lembrarmos as condições de habitação da cidade do Rio de Janeiro no século passado, principalmente, para a população de baixa renda, como os negros libertos e livres, numa cidade onde o esgoto era o céu aberto, com valas fétidas nas ruas mais importantes do centro, pensar que tal população tivesse condições de lavar e alvejar roupas como forma de trabalho. Parece-nos, porém, que a questão cultural resolve a situação na medida em que estabelece como lugar "oficial" de lavagem de roupa os rios, os regatos e alguns chafarizes públicos.



"LAVADEIRAS A BEIRA-RIO"

"Existem nos lagos bandos de ninfas africanas"
Decret J. B. "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil" Tomo
I, Belo Horizonte, Itatiaia, S.Paulo Ed. da Prancha 48 USP
1978 pag. 368.

"Fui com E. até as Laranjeiras, distrito suburbano vizinho ao Catete e que se estende ao longo de um regato murmurante, que dificilmente poderia ter em qualquer ponto mais de 1.60 metros de largura. Sua profundidade na maior parte dos lugares é apenas de alguns centímetros. Quando me disseram que era o Rio de Catete, achei que um nome mais humilde lhe serviria melhor, mas já havia observado antes como duas ou três horas de chuva podem transformar um calmo regato numa torrente ampla, violenta, ruidosa e esmagadora. Em todo o percurso, durante quase uma milha, o visitante recorda-se de um característico costume espanhol e português também de antiguidade clássica e bíblica, pois 'Onde, surgindo do fundo de regatos murmurantes, o fluído enche uma bacia espaçosa.'

Existem nos lagos bandos de ninfas africanas, fazendo exatamente o mesmo que as filhas de Alcino e suas empregadas quando com suas brincadeiras e risos acordaram os náufragos de Ulisses. Este regato é utilizado diariamente pelas lavadeiras dos distritos vizinhos. Observamos de relance uma que está se aproximando. Não convém parar para olhar. Seu único traje é uma veste que devia ser interna e nunca usada sozinha. No meio do regato, e com as pernas mergulhadas até os joelhos, a lava

deira segura um paletó de linho pela gola; mergulha-o a seus pés, em seguida levanta-se e esfrega-o furiosamente. Outro mergulho e a lavadeira continua a esfregar, como se tivesse as orelhas do dono na mão e se dispusesse a arrancá-las. Mais um mergulho e em seguida torce o paletó como uma corda grosseira, bate-o numa pedra lisa, segura-o pelo outro lado e torna a batê-lo, estendendo-o em seguida sobre a grama para secar.

Aproximamo-nos agora de um par que trabalha em conjunto. Uma delas lava a roupa, utilizando punhado de folhas saponáceas ao invés de sabão. A outra torce, bate e estende vestidos, camisas e calças para alvejar e secar. Ali vem uma que terminou sua tarefa e regressa para a casa com as roupas alvejadas, empilhadas numa enorme bacia de madeira, que leva à cabeça. Vejam! Aí estão, naquele lago, meia dúzia de negras vestindo somente saias, miseravelmente rasgadas, exceção de uma que lançou uma toalha sobre os ombros, todo o grupo apresenta-se nú da cintura para cima. Quando as jovens de Homero terminavam de lavar um monte de roupas da família, lavavam a que vestiam." (28)

os costumes são integrados à vida cotidiana
de uma cidade foram descritos somen-



LAVADEIRAS NO RIO DE JANEIRO

"A outra, torce, bate e estende vestidos, camisas e calças
para alvejar e secar."

Rugendas, J. M. "Viagem Pitoresca através do Brasil" São
Paulo, Martins Ed. 4/11.

te por viajantes. Parafraseando Celso Kelly que escreveu "O Tempo de Debret" para a revista O Cruzeiro, IV Centenário do Rio, também perguntaríamos: "Que tempo é esse que entra na História graças ao lápis e à aquarela de um pintor de Império?" Aonde os relatos, análises ou mesmo crônicas dos Historiadores? Aonde relatos da imprensa desnudando o cotidiano INVISÍVEL?

A arte de lavar roupa tornou-se uma indústria onde se conseguia o sustento de várias famílias.

Nestes riachos ou chafarizes da cidade, principalmente da Carioca ou Campo de Sant'Ana, as relações entre as lavadeiras era de troca de experiências, idéias e atividades e, neste caso, independentemente se a trabalhadora fosse negra escrava, liberta ou livre.

Sendo assim, havia oportunidade para a difusão de opiniões e mesmo interpretações críticas sobre o escravismo assim como a discussão das possibilidades de sua extinção.

O Historiador Klein vai pouco mais longe e fala até em várias e ricas formas de vida.

"Ao mesmo tempo que desfrutavam de mais oportunidades econômicas e dos privilégios da semiliberdade, associados a maior circulação e à faculdade de alugar-se, os escravos urbanos também mantinham um intercâmbio social ativo com homens livres e outros escravos, nas suas tabernas, agremiações e outras atividades sociais. Para o escravo urbano, a vida era realmente rica e variada." (29)

Na verdade, no Rio de Janeiro deste período, escravos, livres e libertos formavam uma população homogênea, que possuía formas extremamente sutis para se diferenciarem e que, por isso, viviam numa troca constante de valores e experiências cujo peso cultural tinha, entre outros, uma origem comum: eram negros e vieram de um mesmo continente: a "Mãe-África".

As lavadeiras poderiam ser: escravas lavando para seus senhores, escravas estando alugadas a outros senhores, escravas alugadas a proprietários de serviços de lavagem de roupas ou negras livres que se alugavam ou lavavam para famílias brancas, conseguindo, desta forma, meios para o seu próprio sustento e o de sua família.

A indústria era precária; não usavam sabão, servindo-se apenas de vegetais saponáceos, como as

folhas de aloés e a folha da árvore chamada TIMBU-BU." (30) O sabão estrangeiro era caro e o que "fabricava no Brasil é de cor escura e impróprio para roupa fina." (31) As musselinas e outros tecidos finos "são lavados estendendo-se sobre a grama, ao sol, e regando-se constantemente à medida em que secam. (...) Empregam-se também bosta de cavalo e o suco de limão, este para fixar as cores do estampado." (32)

Apesar da precariedade, porém, todos são unânimes em afirmar que "as roupas são entregues bem passadas e arranjadas em ordem, dentro de uma cesta, mas ainda perfumada com flores odoríferas, tais como a rosa de quatro estações (única no Rio de Janeiro), o jasmim e a esponja, florzinha cujo cheiro forte seria desagradável em grande quantidade."

(33)

O que objetivamos com esta análise, foi demonstrar a existência de um mercado de trabalho efetivo onde se inseriam as mulheres negras.

Por peculiaridade própria do sistema escravista no Brasil, este mercado agregava tanto negras cativas quanto libertas ou livres. Estas últimas, em alguns casos, podiam ser consideradas como tendo



"INTERIOR DE UMA RESIDÊNCIA DE CIGANOS"

"As lavadeiras podiam ser escravas levando para seus senhores" Debret J. B. "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", Tomo I, Belo Horizonte, Itatiaia, Prancha nº 24, pag.: 262.

sucesso no empreendimento na medida em que possuíam seus próprios "negócios" comerciais ou domésticos que utilizavam como meio de vida. Exemplo das proprietárias de barracas e das lavadeiras, livres.

Quisemos também demonstrar, contrariamente ao que se afirma, que o mercado de trabalho representado pelo comércio de mascates não era tão marginal da economia urbana. Antes, invisível. Isto significa dizer que não geravam grandes capitais mas, muitas vezes, era o elemento responsável por aquela gerência, na medida em que alimentava os agentes e sanava suas dificuldades.

NOTAS

- CAPÍTULO IV

- (1) P. de Brito apud Comad (1978) pag. 18
- (2) T. Ewbank (1976) pag. 78/79
- (3) Idem, ibidem, pag. 79
- (4) Idem, ibidem, pag. 80
- (5) A. Gebara, (1986) pag. 14
- (6) E. Viotti da Costa (1982) pag. 404
- (7) CLPMSP, Postura Municipal (PM) de Serra Negra, São Paulo, 1983, apud A. Gebara ob.cit. pag. 102
- (8) A. Gebara ob.cit. pag. 103
- (9) T. Chamberlain (1819-1820) - Barraca de Mercado - Vistas e Costumes da Cidade do Rio de Janeiro e arredores. Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes, Col. Temas Brasileiros, Vol. 1 São Paulo, sem data.
- (10) CLPSP, PM, de Capivari, São Paulo, 1877 p. 235 e idem 1884 p. 232 apud A. Gebara, 1986, pag. 109 e 110.
- (11) Sobre esta forma mais aperfeiçoada de controle dos negros no início do século, ver S. Chalhoub, Trabalho, Lar e Botequim, O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, São Paulo, Brasiliense, 1986 - pag. 40 e seguintes.
- (12) J. B. Debret, ob. cit. Prancha 35, pag. 228
- (13) G.C. Andrews, 1882, pag. 239 apud M. Moreira Leite (1984) pag. 125

- (14) J. B. Debrét, ob. cit. pag. 216
- (15) O. Ianni, 1978, pag. 40
- (16) Idem, ibidem pag. 41
- (17) V. A. Gendrin (1817) pag. 64 apud M. Moreira Leite ob. cit. pag. 43
- (18) E. Allain (1876) pag. 146/7 apud. M. Moreira Leite pag. 135.
- (19) Vlick Ralph Burke (1882) pag. 108/9 apud M. Moreira Leite ob. cit. pag. 135.
- (20) Virginie Leontine B... (1857) pag. 47 apud M. Moreira Leite ob. cit. pag. 134.
- (21) Sobre a questão do emprego doméstico ver Sandra Lauderdale Gahan, mim. Arquivo Nacional.
- (22) Processo Criminal nº Março do Arquivo do I Tribunal do Júri.
- (23) O Paiz - 19/11/1885.
- (24) O Paiz - 12/11/1885.
- (25) Idem, ibidem
- (26) Idem, ibidem
- (27) Idem, 09/11/1884
- (28) T. Ewbank (1976), ob. cit. pag. 65
- (29) H. S. Klein, Slavery in the Americas (a comparative study of Cuba and Virginia) The University of Chicago, 1967, pag. 160.
- (30) J. B. Debret (1816) vol. 1, pag. 274/5 apud. M. Moreira Leite ob. cit. pag. 108.
- (31) Idem, ibidem

(32) J. B. Debret (1816) vol. 1, pag. 274/5 apud. M.
Moreira Leite ob. cit. pag. 108.

(33) Idem, ibidem.

PARTE III

TODAS AS CULPAS

CAPÍTULO 1

A MULHER NEGRA E A MORAL FAMILIAR

A MULHER NEGRA E A MORAL FAMILIAR

A família só é considerada como tal após passar por um exame minucioso de sua constituição, depurada de seus males e reconstruída sob normas e regras novas sendo então legitimada.

A família brasileira achava-se envolvida em frouxos padrões de comportamento moral que, segundo os construtores do ideário social era prejudicial não só a ela mesma, quanto à nação, na medida em que se transformava em célula manter do Estado.

Todas as culpas pela forma indesejável de estrutura apresentada pela família brasileira, nos idos do século XIX, ficaram sob responsabilidade dos escravos. Com a necessidade de, com o novo entendimento da nomeação, um enquadramento em normas e padrões morais novos, os negros são acusados de terem contaminado a família brasileira com toda a espécie de degradação e imoralidades, gerando, com a extrema convicção, maus hábitos e costumes perniciosos que necessitavam ser extirpados.

Numa análise que se faça dos discursos dos médicos higienistas, dos políticos, dos juristas, enfim, da "intelligent

zia" da época, podemos perceber a amplitude de tal processo. Tais discursos, embora utilizando como estofo o senso comum, têm como sustentáculo, na medida do possível, a ciência. É a partir da busca do entendimento, com a possível descrição de algumas doenças, efetuadas pela medicina ou da falta dessas descrições, que a necessidade de mudanças são enunciadas: Só não deixavam claro, o que poderia ser considerado, de fato, como doença; deste modo, o discurso médico, converdando por esferas nem sempre mensuráveis cientificamente, não diferia, essencialmente, da fala dos políticos.

Assim, "em 1823, José Bonifácio, em representação à Assembléia Constituinte dizia: 'que educação podem ter as famílias que se servem com esses infelizes sem honra, sem religião? que se reúnem com as escravas que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo se compensa nesta vida. Nós tiranizamos os escravos e os reduzimos a brutos animais; eles nos inculcam toda a sua imoralidade e todos os seus vícios. E, na verdade, se a moralidade e a justiça de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na filosofia, por assim dizer, de nossa família que sempre não esquecer Brasil quando o consideramos de baixo desses pontos de vista." (1) (Grifos nossos)

De qualquer modo, a degradação dos costumes familiares

transformava-se em bandeira única entre os políticos, os juristas e, principalmente, os médicos.

A ciência escorava-se nos males físicos para condenar costumes que até então, imperavam entre as famílias: o crupe, o tifo e outras doenças tidas como causadas por "miasmas fisiológicos" tinham como origem de propagação, o fato do excesso de ácido carbônico resultante da respiração com os princípios orgânicos exalados pelos pulmões e pela pele, isto, na concepção dos médicos da época, era um dado científico indiscutível. Sendo assim, para se evitar todos os males e se transformar a casa de um local insalubre para um ambiente saudável, sua ocupação e estrutura, deveriam obedecer normas e regras ditadas pela ciência. Nem mesmo a intimidade familiar escapava dos olhos da ciência. E os escravos eram acusados de corromper fisicamente os brancos, empestear seu meio ambiente assim como corrompê-los moralmente.

Com isso os negros eram considerados culpados de todos os males do século, além de contagiar o branco e de transmitir-lhe suas doenças, escandalizavam sua consciência liberal e promiscuavam o ambiente da casa.

Esta idéias representavam, com ligeiras diferenças, o imaginário da sociedade branca ocidental em relação ao contato com os escravos, no Brasil. (2)

A estratégia era tornar a presença do negro indesejável na família. Até então sua existência era sinal de comodidade e "status". A idéia era transformar este conforto em ameaça de doença.

"May Leconte observava que como consequência fatal da escravidão, a família deixava de ser a célula social: não tinha limites precisos nem a disciplina moral que fazem de la o elemento primordial das sociedades modernas. Maculada pelo contato permanente do escravo, perdera sua pureza e chefes da família havia que introduziam em seu lar, os filhos naturais tidos do comércio com escravas. A escravidão, dizia, não tem apenas uma influência dissolvente sobre a sociedade inteira, mas corrompeu a noção do dever e do respeito, desonrou o trabalho, enobreceu o ócio, abalou a hierarquia e destruiu a disciplina. Segundo a opinião corrente, trabalhar, - submeter-se a uma regra qualquer - é coisa de escravo." (3)

A identificação do sistema de escravidão com o próprio escravo não foi por acaso. Principalmente, quando as questões da sexualidade foram tratadas.

"Alphonse Rendu, médico francês, enviado ao Brasil em 1844 pelo Ministro da Instrução Pública para estudar as doenças que atacavam indígenas e europeus fixados no país, tendo recebido ajuda dos médicos da Academia Imperial de Medici-

na, elabora o seguinte quadro da família brasileira: "Os jovens brasileiros são, frequentemente, pervertidos na saída da infância, além do exemplo dos pais que eles tem sob os olhos, meninos e meninas, senhores e escravos passam juntos a maior parte do dia meio vestidos; o calor do clima apressa o momento da puberdade, os desejos excitados por uma educação viciosa e a mistura dos sexos são frequentemente provocados pelas negras e nunca encontram obstáculos; o deboche aos poucos invade estas crianças e as precipita logo um abatimento físico e moral. Para remediar esta depravação que atinge a população na sua própria fonte, havia necessidade de um revolução completa nos costumes do país; mas enquanto a escravidão subsistir, em vão se indicará as causas do mal." (4) (Grifos nossos)

Nesta análise da família para sua posterior normatização, a criança era descrita como sujeita às influências negativas dela mesma (não poderia ser deixada com seu próprio corpo, visto o grande perigo da masturbação) e da própria família. Esta, responsável pelo "ambiente de depravação que envolvia a criança." Destes, os principais atores era o escravo e a escrava.

Depois da criança, cuidados se deveria ter com a juventude.

Para tanto, há que se, primeiro, apontar os males, a doen-

9a. Herculano Augusto Cunha, Miguel Antonio Herédia de Sá, médicos higienistas do século passado, entre outros, tomam para si tal encargo. Traçam um quadro demoníaco em relação à presença dos escravos, na opinião de vários estudiosos.

"As escravas são as amigas, as companheiras, as confidentes da mocidade de seu sexo, naquelas famílias em que a austeridade de costumes é considerada como uma tirania, e então ... não é mister que patenteemos o fruto das lições de tão hábeis mestras." (5) A escrava é exemplo da corrupção que poderá fazer "frutificar nas jovens brancas o germe da corrupção que lhes foi instalado na alma pelo leite com que foram alimentadas." (6) Uma boa educação poderá neutralizar estes germes, mas a educação dada é a continuação da presença negra. Nestas condições, as jovens "não podem (...) uma vez ligadas ao carro matrimonial, nem bem cumprirem os misteres de mãe, nem mesmo engendrar filhos fortes e robustos. (7)

A mulher negra, na opinião destes senhores encerra todo o mal que pode estar atacando a família brasileira. Sua ação no interior das casas é vista como responsável, pela expansão da "depravação dos costumes e a permanência fora das regras. "A escrava, ao atrair o senhor para o seu leito, corrompe pelo pai toda a família. Ninguém ignora as desordens domésticas que, frequentemente, suscita uma escla-

21. Quantos homens há que deixam o leito nupcial para irem conspurcar-se nas imundas senzalas, onde dorme a escrava que é preferida a uma esposa terna e amável?" (8)

Segundo os estudiosos do processo de normatização da sociedade brasileira, no século passado, para os médicos higienistas, a escrava era um dos obstáculos à construção da família nuclear, medicalizada, impedindo o progresso da sociedade. A medicina, ao atacar a escravidão tem como alvo a família. A presença escrava no seu interior representa perigo físico e moral.

Entretanto, gostaríamos de ressaltar que neste processo, não é somente a escravidão, enquanto instituição que é atacada. Parece-nos que em várias situações, entrelaçam a figura concreta, palpável do escravo com a instituição. Em outros momentos, é o escravo atacado e em outros apenas o próprio negro.

Alguns estudiosos da questão da escravidão, antes justificam esta redução do que a negam ou explicam. Gilberto Freyre, em "Casa Grande e Senzala", demonstra isso ao atribuir a imoralidade que tanto acusam o escravo ao próprio processo da escravidão, não consegue separar a escravidão da negra escrava.

"Seria absurdo esperar do escravo outro comportamento se-

não o imoral. Diz, geralmente, que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava." (9)

Na questão de saúde, G. Freyre explica que "foram os senhores das casas grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze, treze anos, a rapazes brancos já portadores de sífilis das cidades. Porque, por muito tempo dominou, no Brasil, a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem." (10) Conclui achando "ser impossível separá-lo (o negro) da condição degradante de escravos, dentro da qual abafara-se nele muitas das suas melhores tendências e normais para acentuarem-se outras, artificiais e até mórbidas." (11) (Grifos nos seus)

Na questão da transformação da família, esta necessidade de depuração pode ser melhor detectada quando a família pede ajuda, ou seja, quando se utiliza das instituições com que se aparelham o Estado para um socorro, imediato ou não, efetivado pelos especialistas. Nesta oportunidade podem ser mensuradas e elencadas as normas e valores pelos quais a família terá que se guiar, para pleitear esta proteção, caso ainda não esteja enquadrada ou em processo de enquadramento. Sua disposição em cumprir o que lhe ditam,

em se modelar enfim, cria suas próprias condições de defesa.

Estudos recentes sobre a questão da mulher no século passado, auxiliam-nos à observação destas questões. Dois trabalhos, especialmente, norteiam nossa reflexão; das historiadoras Magali Engel e Marta Esteves em que analisam o discurso médico, no universo da prostituição e o discurso jurista, a partir de processos de queixas de defloração, respectivamente, deixam mais claras algumas questões da nova família.

Dentre os ideólogos deste novo modelo de família, os médicos cuidam de transformar as questões da sexualidade em práticas que podem ser normais ou anormais de acordo com seus critérios. Neste caso, entre as práticas anormais eles colocam o adultério, o lesbianismo, a pedestastia, a masturbação, etc. Assim, tendo a família como instituição alvo, o poder médico, constituído sob bases científicas se sobrepõem aos demais. "O médico se auto atribui o papel de orientar o processo de constituição do novo cidadão, concebido como indivíduo capaz de desempenhar papéis sociais-sexuais, afetivos, produtivos, etc - perfeitamente enquadrados dentro dos padrões higiênicos, enfim, um indivíduo que já não mais cabia numa sociedade escravista." (12)

O que entrava neste padrão de honestidade? Qual a família alvo para ser transformada?

Na obra de Marta Esteves, através da análise dos discursos dos juristas, percebe-se claramente a quem era dirigida a PROTEÇÃO. Uma pergunta que se fazia para a caracterização da qualidade de vitimação necessária a quem recorria à justiça por ter sido deflorada, citada pela autora era - "Ela saia só à rua?" M. Esteves mostra a existência do mito de sair só. Como pensar nesta pergunta e neste mito em relação à mulher negra? Principalmente, se atentarmos que, em relação à mulher negra, qualquer padrão moral pré-estabelecido ou idealizado se apagava, mesmo que cumprido. É que tais padrões visavam à família branca, sendo assim, a cor da pele, por si só traçava padrões anteriores. Desse modo, junto ao clima e a outros fatores, os negros eram responsabilizados também pela "arte de seduzir". Dizia-se então que a "mulata" já era sedutora pela cor.

Marta Esteves aponta que o "difícil equilíbrio entre o prazer sexual e mulher mãe higienizada deu margem aos advogados desfraldarem antigas associações entre clima tropical, prazer sexual e mulher mulata." (13)

A partir das análises desses estudiosos torna-se claro que o enquadramento da família em moldes idealizados não se dá apenas com a medicina, através dos médicos higienistas.

No trabalho de Marta Esteves, quando analisa o discurso dos juristas, em que se resolve sobre o defloramento ou não das moças, embora o réu seja o homem, o que se verifica é uma análise da conduta da moça, assim como de sua família. O corpo jurídico tenta definir moralidade e honestidade traçando uma linha sobre os padrões que considera afiançáveis e, neste caso, a moça é defendida. Este procedimento deixa de fora as moças e/ou suas famílias que não se enquadram em tais cercanias. Percebe-se que "a honestidade moral, consequência da honestidade sexual, era o atributo básico para a formação de famílias higienizadas. Estas qualidades eram responsáveis pela formação do "bom" trabalhador na medida em que educaria seus filhos incutindo-lhes assiduidade, responsabilidade, "bons" costumes, etc. Sendo assim, um padrão de honestidade era repassado como se fosse único e universal." (14)

Além da mulher mulata, outro alvo do estigma pelos reformadores era a casa-de-comodos. Várias vezes era chamada de "rendez-vous" e associada a um meio viciado e imoral. "Esta associação entre 'rendez-vous' e casas-de-comodos delimitava muito bem a localização do espaço moral e dos "bons costumes" no discurso jurídico." (15)

Assim como, na Europa, no século XVII, com o desenvolvimento do capitalismo, a sexualidade deixa a intimidade e o domínio em que vive para aparecer controlada e limitada pe

los ideólogos da família e do corpo, no Brasil, com a aproximação do final do sistema econômico que trazia o elemento negro integrado em suas esferas, a sexualidade passa a ser controlada e, num mesmo processo, se suprime o elemento negro do espaço social. Todo o grupo racial começa a ser tornado invisível. Na prática, as mudanças econômicas e os novos costumes por que deveria passar a família, inviabilizava a posse de escravos domésticos.

J. Freire Costa, em seu trabalho sobre "Ordens Médicas e Normas Familiares" comenta que a renovação européia dos costumes favorece, sobretudo, a mudança dos hábitos brasileiros que se mostravam ainda dependentes do trabalho servil. "Os europeus recém chegados ao país tinham em comum com os brancos nativos o mesmo desprezo para com os negros. Mas, além disso, trouxeram consigo a repulsa e a intolerância ao convívio próximo com eles. O tipo de preconceito racial existente na Europa não suportava com a mesma facilidade brasileira o contato com os negros e mestiços. Este fator, somado à ideologia filantrópico-liberal que reprovava a escravidão, afastou o negro dos serviços da casa." (16)

A questão da repressão sem violência, isto é, a intervenção sobre a individualidade a partir das representações que se fazem no imaginário da população, se tornou necessária no Estado moderno.

Segundo J. Freire Costa, o Estado Moderno com a meta do desenvolvimento industrial, necessitava de controles tanto demográfico quanto político que se adequasse a tal fim. "Esse controle, exercido junto às famílias, buscava disciplinar a prática anárquica da concepção e dos cuidados físicos dos filhos, além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas consequências políticas da miséria e do pauperismo." (17) Tais práticas, porém, deveriam ser executadas sem que fossem lesadas as liberdades individuais que embasavam a ideologia liberal. São criados então "dois tipos de intervenção normativa que defendendo a saúde física e moral das famílias, executavam a política do Estado em nome dos direitos do homem." (18) Como primeira intervenção a medicina doméstica, que tinha como principal função reorganizar as famílias visando a conservação e educação das crianças. A segunda, tendo como alvo as famílias pobres, tinha a forma de campanhas de moralização e higiene. Na verdade, o que se realizava era adequação das famílias a um modelo estabelecido, castigando os insubordinados e insatisfeitos. Segundo a análise de J. Freire Costa, essas intervenções demográficas junto aos ricos e demográficas-policiais sobre os pobres permitiam a proliferação e a liberação de uma mão-de-obra politicamente dócil para o livre jogo do mercado de trabalho.

Para o sucesso das mudanças engendradas com o objetivo de mudança do eixo ideológico, a medicina usou a higiene. A

idéia era que a saúde e prosperidade da família só seriam possíveis, na medida em que se sujeitasse ao Estado. Caberá então aos agentes, através dos Aparelhos de Estado, moldar a nova família.

As inúmeras teses de medicina do século XIX, mostram que a preocupação dos higienistas ultrapassava a simples esfera médica. Queriam tratar da moral, do amor, da paixão, da alma. Para que tal esfera se apresentasse legítima, renominaram tais questões. O eixo ficou na reprodução da espécie. Na sua saudável reprodução. Para que as novas gerações pudessem ser bem cuidadas, havia que se atentar para os limites saudáveis de atos que, primordialmente, tinham no corpo sua expressão.

Segundo os estudiosos da sexualidade, a origem da repressão sexual chega com os primórdios do século XVII. Até então, indistintamente, a chamada sociedade branca, ocidental cristã era mais livre e arejada nestes assuntos. Não se fechavam a chave os segredos das práticas sexuais e a linguagem era mais direta e indisfarçada. Segundo Michel Foucault, na sua obra sobre a sexualidade, os padrões de moral e "bons" costumes do século XVII eram mais maleáveis que os do século XIX. "Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, trans-

radas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre risos dos adultos, os corpos 'pavoneavam'." (19)

Transformaram-se porém, tais práticas, ficando a sexualidade encerrada entre quatro paredes, o quarto dos pais, dentro de casa, com toda a seriedade que se reveste sua nova função: a da procriação. Com armas e princípios ditados pelos legítimos agentes, o casal, entre murmúrios e silêncios, cumpre sua missão. A partir daí torna-se imoral falar de sexo; o corpo deve ser coberto para não efetuar tal sugestão e a prática sexual só se torna aceita com o casamento ou seu substituto, quando não tiver outro jeito.

Não é por acaso que tal repressão apareça junto com o desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Foucault "se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se?" (20)

No Brasil, o casal legitimado para fazer e falar de sexo teve como ideólogos os médicos higienistas, os juristas, os professores. A família necessitava ser controlada e enquadrada em normas para que pudesse receber níveis de

qualificação adequada e poder ser representada pelos agentes. Como prêmio, poderia ser "ajudada" pelos especialistas que surgiam, quando se sentisse perdida.

Sua resistência em tal enquadramento implicava em sanções ou alijamentos que significavam, na verdade, uma negação da qualidade.

Tal família brasileira, evidentemente é a família branca dominante.

Quando se fala em família brasileira, nunca se pensa na família negra. Ou seja, no século XIX, no momento em que as regras e normas eram edificadas para gerar qualificação à família, o racismo contra o negro era usado para se forjar regras e normas sim, mas de exclusão. Em relação aos costumes e padrões de comportamento das famílias negras, pouco se conhecia. Quando se escrevia sobre tais padrões era para que se constatasse dentro dos critérios considerados anormais. Desta forma, hoje, para se conhecer a família negra no século XIX, um dos caminhos é a investigação do que for considerado anomalia, pela verificação da negação do desejável.

A invisibilidade do negro pode ser flagrada nestas decodificações. Mesmo entre grupos de estudiosos, infelizmente. Fala-se em costumes familiares, pensa-se na família bran-

ca, ocidental, cristã. Há que se encaminhar a reflexão vi
sualizada o título do excelente ensaio das pesquisadoras
Patricia Bell Scott, Gloria T. Hull e Barbara Smith: "All
the women are White, All the Blacks are Men, But Some of
Us Are Brave." (21)

A mulher negra, no Brasil do século XIX, refletia no trata
mento dado à sexualidade e a expectativa em relação ao ca
samento, padrões que menos se referiam à cultura branca
ocidental cristã que da África Negra. Seu comportamento
diferia e não se ajustava ao modelo que se começava a
criar e que era proposto para a família branca brasileira.
Suas atitudes em relação ao corpo, ao amor e ao casamento
eram consideradas como a negação do padrão normal de sexua
lidade, fora dos padrões morais e reduzidos ao silêncio a
explicação de sua origem. Somente lembrados quando podiam
ser utilizados como exemplo do que não fazer. De qualquer
forma, a idéia era o alijamento, a separação, o silêncio.
De companheira de todas as horas, a mulher negra, doravan
te, deveria ser mantida "em seu lugar". Quando se tentava
ignorar tal mensagem, logo a invisibilidade ruía. Como se
pode perceber pelo cuidado do Sr. Desembargador Juiz do
Crime: "... pelas indagações que tenho feito, procedeu tu
do de ver o povo ali em um dos camarotes uma parda que tra
zida pelo Desembargador Francisco Baptista, tem sido alvo
de escândalos de todos que a vêem ali aparecer; contra a
polícia que se deve guardar no Teatro, contra a decência

mesmo. É importante que Vossa Mercê mande notificar a esta parda que se chama Francisca de tal para que não torne mais o Teatro com a pena de que sendo ali vista, será presa na Cadeia Pública, e esta execução ficará a cargo do Ministro Inspetor. Tenho mais de lhe recomendar que nos dias de concurso será preciso apresentar-se no seu camarote momentos antes de principiarem a Ópera, para providenciar todo o motim que ali se proponha fazer, sem permitir assobios, gritos... e que longe importa ir coibindo de baixo do auxílio da guarda militar que ali estão. Importa também tirar uma exata informação, sobre o que foi naquela noite, que principiaram a desordem e levantaram as vozes dirigidas a atacar aquela mulher e o Desembargador Francisco, que ali apareceu mesmo à frente em companhia dela, e logo que tiver descoberto, quais foram os principais cabeças que concorreram e facilitaram esta desordem, me darão parte assim, como haver cumprido e como que aqui fica determinado, confiando das suas luzes e de sizo comportamento com que Vossa Mercê sempre se emprega em serviço que terão muito cuidado na política?... (22) Pelo que conseguimos averiguar, o único crime cometido pela "tal parda Francisca" foi o de comparecer ao teatro em companhia do Desembargador, alojando-se no camarote deste. Além do crime maior de ser a companheira do Comendador.

A mulher negra deveria ser mantida "no seu lugar" e quando não ficasse claro que lugar seria este, a repressão polici

al seria utilizada para afastar o indesejável. No ofício dirigido a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

"Ilmo e Exmo Sr. - Informando o requerimento incluso do Brigadeiro Francisco Duarte Malta, em que pede se extermine para fora da corte a crioula Matilde de Jesus, por alcuha a Talavera, por desencaminhar seu filho que ele tinha no Seminário Episcopal, com destino de o aplicar ao Estado Eclesiástico, devo dizer a V.Sa que não só mandei proceder a um sumário dos costumes desta mulher, mas que até fiz vir a minha presença e lhe falei; achei ser uma mulher prostituta pública, que não importa que deixe de viver aqui, e de ir morar para fora da corte, uma vez que é maus costumes e desencaminhara o filho do suplicante, aliás rapaz, que assim seduzido se entregara a paixões libidinosas, com detrimento de seu aproveitamento. É pois o meu parecer que se me determine que a faça mudar de terra, o que é providência daquele ofício de 15 de setembro passado sobre que ainda não tive resposta. E é a informação e parecer que dou em virtude do Aviso de 31 de maio do corrente ano." (23)

Que não se pode aceitar o julgamento da qualidade de prostituta, linearmente no discurso acima, demonstra a Historiadora Magali Engel, ao revelar que observou, nas suas investigações, uma associação entre a prostituição e certos

tipos de ocupação que constituam, comumente, o meio de so brevivência para as mulheres pobres da cidade. "Ao mesmo tempo em que condenam a prostituição porque ela se opõe ao trabalho, retirando as mulheres das tarefas produtivas, os médicos acabam por conferir uma qualificação negativa e preconceituosa ao trabalho feminino, concebendo a costureira, a enfermeira, a florista, etc. como prostitutas. (24)

Segundo Marta Esteves, "o ser prostituída envolvia então não só ter muitas relações sexuais, mas ter determinados comportamentos (como andar só, fantasiar-se e sair à noite) e até pensamentos (intensão de não voltar para dormir." (25)

A autora cita a forma como o advogado tenta provar que uma mulher, "Joaquina Cruz, preta, empregada doméstica, é mulher prostituída: "O que se apura das declarações de Joaquina é que ela andava sozinha a horas adiantadas da noite, fantasiando-se pelo carnaval, acompanhava-se de rapazes alegres e dormia fora de casa muitas noites sem ciência de seu patrão ... Basta o fato de ter Joaquina saído à noite de casa já com a intenção de não vir dormir e procurar o acusado para ter com ele, em um jardim, relações sexuais, para se evidenciar que não era ela virgem, já estava prostituída." (26)

Com a dificuldade de se continuar controlando os escravos através da sevícia e do terror, a sociedade dominante en-

gendra novas estratégias que visam o mesmo objetivo, ou seja, limitar a atuação daqueles que considera inferior, desclassificado, etc. Um dos mecanismos se revela na inclusão destes entre todos os que são considerados indesejáveis, quaisquer que sejam as razões para a exclusão apresentadas. Neste leque vão desde os negros e seus descendentes enquanto indivíduos até suas formas de tentativa de entrada no mercado de trabalho. Principalmente, em relação à mulher, o modo de confundir seu esforço de produção em imoralidade foi uma arma de controle utilizada por muitos e com galhardia pela classe médica.

"A prostituição é classificada como ameaça à saúde física, moral e social do conjunto da população urbana e, enquanto tal, deve ser controlada. As propostas de controle são portadoras de uma perspectiva mais ampla no sentido de 'civilizar a cidade, convertendo-a em espaço higienizado e, portanto, socialmente ordenado.'" (26)

A sexualidade do corpo é limitada em práticas que podem ser normais e anormais, de acordo com a opinião dos médicos. Neste caso, entre as práticas anormais eles colocam o adultério, o lesbianismo, a pederastia, a masturbação, etc. Desta forma, na impossibilidade total dos considerados indesejáveis serem extintos, seu controle ia da forma mais

elementar através a repressão policial, à mais sofisticada, através o saber médico.

O que se percebe, da população negra é uma indiferença ao enquadramento dos novos padrões morais que começam a ser instituídos, uma relação com a própria sexualidade e a expectativa quanto ao casamento sentidos de forma diferente do da população branca.

A mulher negra sempre tratou sua sexualidade de forma diferente das outras mulheres brasileiras. Parece-nos que a África esteve mais ligada à formação de padrões culturais do povo negro que a Europa ou mesmo o Brasil, mesmo naqueles que eram apenas descendentes de africanos. A imagem da população negra, reproduzida durante o século passado, nos mostra que a lembrança da África era mais que incidental. O modo de trazer suas crianças as costas, com uma forma peculiar e única de dobrar o pano onde o filho é colocado; o rosto marcado com cicatrizes profundas, semelhantes àquelas usadas para a iniciação das moças negras na puberdade africana; os cabelos elaboradamente arrumados, o modo de trançá-los, ou a forma de colocar o lenço na cabeça, toda uma percepção de mundo diferente do da população branca.

Alguns estudiosos do cotidiano, neste período, percebem as diferenças de valores. Só que, seguindo a linha da patolo

gia social, muitos deles consideram as diferenças como expectativa negativa de qualidade de vida, achando que baixos salários, sub-empregos educação formal inexistente, pequena participação a nível político, indiferença em relação à formalização do casamento, relações sexuais prematuras, filhos naturais, famílias chefiadas por mulheres são traços de comportamentos desviantes, anomalias sociais.

Acontece que os parâmetros utilizados para analisar tais anomalias são sempre a partir do grupo branco dominante. Felizmente algumas críticas a tal posicionamento começam a surgir. Segundo Jeferson Afonso Bacelar, numa crítica a tais análises, "A identificação dos desviantes possui nítida correlação com as formas de dominação de grupos e indivíduos sobre outros na sociedade ..." (27)

Mesmo quando alguns estudiosos consideram a virgindade e o casamento padrões e expectativas enraizadas em todas as camadas da sociedade, acham que as condições possíveis para alcançar tais ideais, eram extremamente variáveis e que sua não realização representava um fracasso. (28) O que não conseguem perceber é que, muita vez, tal fracasso não existe.

A forma de ignorarem as heranças culturais diferentes, de diferentes grupos étnicos, principalmente a precipitação ocorrida no final do século passado em englobar todo o grupo negro na categoria de "pobres" pode ser a chave para se

perceber os "enganos". Resta isolar os "enganos" reais, por deturpação pessoal do observador, dos "enganos" políticos, como estratégia de dominação.

Na Africa negra, para surpresa e choque de muitos europeus, os negros não davam à sexualidade e às questões do corpo, tratamento semelhante ao dado pela sociedade branca ocidental cristã.

O pesquisador Dean Travish relata que a população negra não considerava inadequada a mostra de seus corpos e, em muitas aldeias, a questão da virgindade feminina não só era dispensada como temida. Considerando o sangramento das mulheres como tabu, o fato de terem contato com virgens que também sangrariam, não era agradável para muitos homens. Em alguns lugares, certa pessoa era especialmente designada para deflorar jovens virgens antes ou na ocasião dos matrimônios. Conforme ele diz ... "Às vezes são as próprias mães ou irmãs mais velhas que se preocupam em deflorar as raparigas mais resistentes aos jogos do amor. 'Uma rapariga que vai ser esposa ainda virgem' - fizeram-me notar - 'tem o sangue frio nas suas veias e o homem que a desposa é como se adquirisse um odre sem saber o que contém verdadeiramente. Um macaco aprende a saltar de um ramo para outro experimentando e tornando a experimentar' - foi ainda o que me disseram; e uma mulher não pode aprender a fazer amor somente em uma noite, mas deve fazer como

o macaco, experimentar e tornar a experimentar até tornar-se expedita." (29)

Em relação às crianças havia maior tolerância com seus jogos sexuais e não levavam a sério as brincadeiras sexuais entre elas.

"Talvez o povo negro tenha sabido libertar-se daqueles tabus que vinham colidir com a filosofia naturalista que lhes é congênita. Assim não é difícil ouvir uma criança de oito, nove anos falar de sexo com a mesma desenvoltura com que um dos nossos filhos poderia falar do seu cavalo de balouço e com uma competência que maravilhariam se não se tivesse em consideração o hábito da nudez, a possibilidade de observar dois adultos amarem-se na floresta, ou de próprios genitores unirem-se carnalmente. Tudo isto lhe permite assimilar gradualmente os conceitos fundamentais de um erotismo sem mistérios que tem, como finalidade, a procriação, a própria vida." (30)

Malinoviski já havia descrito, em relação aos Tobriandeses, seu próprio espanto por tratarem tão livremente as questões da sexualidade e utilização do corpo; assim como a tolerância dos adultos em relação à curiosidade sexual dos jovens. Afirma que até a relação sexual dos jovens era esperada. (31)



Foto de Cristiano Jr. In: Escravos Brasileiros do século XIX na fotografia de Cristiano Jr., S.Paulo, Ex-Libú, 1988 pag. 51.

Assim também Marilena Chauí, ao discutir a sexualidade relacionada à psicanálise diz que ... "Tendo a psicanálise nascido, nos fins do século XIX, na Europa, seus estudos focalizaram as questões sexuais pelo prisma da instituição familiar e das relações familiares tais como existiam naquele momento. Muitos psicanalistas, esquecendo essa determinação histórica, passaram a universalizar aspectos particulares da sexualidade européia recente. Estudando, por exemplo, as chamadas 'perversões sexuais', alguns analistas consideram que entre os vários fatores responsáveis por elas está o comportamento dos pais e particularmente o da mãe. Se os pais, e especialmente a mãe, recusam admitir que seus filhos são seres sexuados e com desejos sexuais a maioria dos quais voltados diretamente para os genitores, tal atitude poderá comprometer definitivamente o desenvolvimento sexual dos mais jovens. Se a mãe anda nua diante dos filhos, se está sempre por perto para vê-los despídos, se não lhes permite o uso solitário do quarto ou banheiro, prepara os desastres sexuais de sua prole. Ora, alguém poderia imaginar um menino ou uma menina nham-biquara ou bororo tendo 'perversões sexuais' por estes motivos? (32)

Se a população negra, especialmente as mulheres, podem ser surpreendidas revivendo, no Rio de Janeiro do século passado, comportamentos e atitudes em relação aos seus corpos somente encontrados em aldeias africanas, por que não se

esperar, em relação à virgindade e ao casamento e mesmo
em relação à estratégia de sobrevivência familiar a mesma
visão de mundo?

NOTAS

- (1) José Bonifácio - Representação à Assembléia Geral Constituinte, apud Freyre, Gilberto, Casa Grande e Senzala, 189 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977. pag. 123
- (2) Em relação à questão do imaginário instituído da sociedade, ver C. Castoriadis, A Instituição imaginária da Sociedade, 29 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pag. 139 e segnts.
- (3) May Leclerc apud J. Freyre, op.cit. pag. 425.
- (4) Alphonse Rendu, Etudes topografiques medicales et agronomiques sur le Brésil, Paris, 1848, p. 19 e 20 apud. J. Freyre e R. Machado et al, op.cit. pag. 359 (Grifos nossos)
- (5) Herculano Augusto Lassance Cunha, Dissertação sobre a Prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro, Tese de 1845, Arquivo da Academia Nacional de Medicina.
- (6) Idem, ibidem
- (7) Miguel Antonio Herédia de Sá, Algumas reflexões sobre a cópula, o onanismo e a prostituição, em especial na cidade do Rio de Janeiro, Tese de 1845, Arquivo da Academia Nacional de Medicina.
- (8) H. Augusto Cunha, op.cit. pag. 32
- (9) G. Freyre, op.cit. pag. 317
- (10) Idem, pag. 321

- (11) Idem, ibidem
- (12) Magali G. Engel, Meretrizes e Doutores: Saber médico e a Prostituição na Cidade do Rio de Janeiro (1845-1890) Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1985, pag. 173
- (13) Marta Esteves, Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da "Belle Epoque", Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1987, pag. 64
- (14) M. Esteves, op.cit. pag. 65
- (15) Idem, ibidem
- (16) Jurandir Freire Costa, Ordem Médica e Norma Familiar, 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983, pag. 125
- (17) Idem, ibidem
- (18) Idem, ibidem
- (19) Michel Foucault História da Sexualidade, I - A Vontade de Saber, Rio de Janeiro, Graal, 1984, pag. 9
- (20) Idem, op.cit. pag. 16
- (21) Título de um ensaio editado por Glória T. Hull, Patricia Bell Scott, and Barbara Smith, Black Women's studies, Old Westbury, NY, The Feminist Press, New York, 1982.
- (22) Carta o delegado Paulo Fernandes Viana ao Sr. Desembargador Juiz do Crime do Bairro de S. José, Luis Joaquim Duque Estrada, Cod. 323, Vol. I pag. 53 - Registro 568 - Caixa de Correspondência entre autoridades, Arquivo Nacional.

- (23) Ofício de Paulo Fernandes Viana à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Cod. 323, Vol. IV, pag. 151/2 - Arquivo Nacional.
- (24) M. Engels op.cit. pag. 117
- (25) M. Esteves op.cit. pag. 88
- (26) Idem, pag. 87 / (26A) M. Engel, op.cit. pag. 172
- (27) J. Bacelar apud M. Esteves, op.cit. pag. 235
- (28) Sobre a questão de expectativa de casamento abordada transformar-se em fracasso ver Boris Fausto, Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924), São Paulo, Brasiliense, 1984.
- (29) Dean Travish, O Amor na África Negra, Lisboa, Platano Editora, 1973, pag. 27
- (30) D. Travish, op.cit. pag. 23
- (31) Sobre a questão da sexualidade entre os povos de sociedades simples, ver Wilhelm Reich, "Der Einbruch der Sexualmoral, zur Geschichte der sexuallem Okonomie," traduzido por Delia Gacia, Editorial Homo Sapiens, Buenos Aires.
- (32) Marilena Chauí, Repressão Sexual, Essa nossa (des)conhecida, São Paulo, Brasiliense, 1984, pag. 25.

PARTE III

TODAS AS CULPAS

CAPÍTULO 2

MULHER NEGRA DESUMANA ASSASSINA DE SEUS PRÓPRIOS FILHOS

Mulher Negra Desumana Assassina de Seus Próprios Filhos

Nesta recolocação da mulher negra durante o século passado, resta, finalmente, a última discussão da etapa de violência, aquela que revela o crime e a morte.

Através de histórias resumidas de processos criminais do século XIX queremos mostrar a dificuldade de se ter claro quem é o opressor e quem é o violentado.

As ocorrências policiais são também o lugar da mulher negra, respondendo às questões vinculadas à quebra das regras sendo punida por seus crimes.

No assassinato de seus próprios filhos buscaremos um maior entendimento de suas motivações reveladoras de sua condição de vida.

Segundo a análise da historiadora Raquel Soihet, em relação ao infanticídio "a grande maioria das mulheres que recorrem a este expediente eram mulheres pobres, em pregadas domésticas, muitas recém-vindas da área rural, analfabetas, sem maiores esclarecimentos, o que deve, de certa forma, explicar tal decisão, pois nas condições de vida lhes vedavam maiores informações até mesmo quanto às práticas abortivas." (1)

Se analisarmos mais detidamente a história de algumas dessas mulheres, porém, verificamos que menos que sua o

rigem rural e condição anterior de vida, o que aparece com surpreendente clareza é o tratamento dado pela sociedade. Tratamento indicativo do prejuízo de estruturas que são, muitas vezes, o legado histórico do domínio colonial, além de estratégias ineficientes de desenvolvimento pós-colonial que além de gerarem injustiças entre classes, sexos e grupos étnicos, agravam sobremaneira, os níveis de pobreza absoluta. (2)

Não surpreende verificar que a grande maioria das mulheres envolvidas neste processo, são negras; e que o racismo, como agenciador de uma determinada postura de um grupo em relação a outro, aglutina e determina formas específicas de tratamento.

Em relação ao crime, ao ato propriamente dito, o distanciamento dos autores é patente. Como se não existisse o medo, como se pudesse fugir do castigo, como se suas histórias mal contadas e apressadas pudessem convencer a qualquer um.

Nas seis histórias que selecionamos; seus protagonistas são mulheres que têm muito em comum: idades aproximadas ocupação semelhante, mesmo grupo étnico. Além disso tem em comum a situação, o desamparo, a miséria. (3)

História Nº 01

Faustina Brazilina, preta, 21 anos, solteira, analfabeta, cozinheira.

Empregada doméstica, vivia no emprego há 6 meses. Embora seus patrões desconfiassem de sua gravidez, ela sempre negava justificando-a como gordura. Pela manhã do dia 10 de Julho, estando em casa de seus patrões sentiu fortes dores no ventre, assim como enjôo.

Desceu ao banheiro e lá, sozinha, deu à luz a uma menina de pé, caindo esta ao chão. Em seguida embrulhou a recém-nascida em roupas sujas e colocou o estranho embrulho no tanque. Sua patroa vendo, sobre o tanque de lavagem, no quintal, uma grande trouxa de roupa servida", chamou outra empregada ordenando-lhe que colocasse tal embrulho no banheiro. "A criada tomou a trouxa e estranhando-lhe o peso, desatou-a" e com espanto encontrou a criança que ainda vivia com o cordão umbilical íntegro.

A patroa interpelou Faustina que nada respondeu. Aquela então chamou o médico que disse terem atentado contra a vida da criança e que ele não daria o atestado de óbito caso esta viesse a morrer.

A patroa comunicou imediatamente o fato à polícia que

levou Faustina com a criança à delegacia.

Extraordinariamente abatida, esvaindo-se em sangue com grande dificuldade em subir as escadas da delegacia, Faustina revelava extremo estado de penúria e abandono. O comissário que a recebeu, tentou enviá-la à Santa Casa; não conseguindo, porém, sua internação, mandou que voltasse para a casa de seus patrões, mesmo contra a vontade destes, contrariado com o que via.

Embora tendo voltado à casa de sua patroa, por recomendação policial, ao chegar Faustina é informada que não pode permanecer ali com a criança. Como justificativa a patroa se refere ao tamanho do quarto ocupado pelas duas empregadas. Diz ser exíguo não cabendo também mais uma criança.

Faustina, apesar do estado em que se encontra, concorda em ir embora e quando vai saindo, ainda no portão, a irmã de sua patroa, Elisa, fê-la voltar "dizendo-lhe que o dia estava muito frio para estar andando na rua."

Faustina entrou e foi para o seu quarto. As cinco horas mais ou menos, matou sua filha, apertando "com a mão direita" seu pescoço. Disse mais tarde que "lembrara de matar sua filha porque não tinha recursos para com ela ficar."

História Nº 02

Olívia Nogueira da Gama, parda clara, 22 anos, solteira, anal
 fabe, cozinheira e lavadeira.

Aos 14 anos, Olívia foi deflorada por seu patrão um portu-
 guês de nome Mathias, casado, em cuja casa se achava empregada.
 Tão logo soube que Olívia estava grávida expulsou-a de
 casa. Olívia foi trabalhar em outra casa, segundo ela "uma
 mulher de má vida" como ama-seca de suas filhas. Lá teve
 o seu primeiro filho que foi morto pela patroa, segunda Olí-
 via, sua patroa "pegou a criança e enterrou-a viva, dizendo
 que quando estava pondo terra em cima da criança, esta cho-
 rou várias vezes e que ela falou à Olívia deste modo: "mato
 é para teu benefício, pois você é pobre e não pode criar cri-
 ança e eu não quero ter você com filho para não me incomo-
 dar." Após isso, Olívia foi trabalhar no Rio, em casa de
 Manoel Borba, casado, que utilizando-se dela sexualmente,
 engradou-a. Assim que a viu grávida, também este patrão
 "aborreceu-se dela e pô-la para fora muito doente". Depois
 disso empregou-se na casa de D. Carmen Pires. Esta senhora
 diz ser Olívia uma pessoa que procedia bem, revelando ter
 bom gênio, "que como não conhecia o Rio, nunca saía sózi-
 nha." Em seguida D. Carmen Pires relata que "hoje pela ma-
 nhã, às 5 horas encontrou a criada no quarto,
 ensanguentada, muito nervosa e pedindo água pa-

ra beber; que a outra criada, Maria Romana, de 16 anos, lhe havia comunicado, anteriormente, que Olívia tinha deitado muito sangue e que querendo ela comunicar a patroa, Olívia a isso se opôs". A patroa após ter ido ao quarto e Olívia foi ao quintal e verificou existir muito sangue no banheiro e "coalhos do mesmo na latrina". Comunicando o fato a sua mãe e ao seu marido, é descoberto pela mãe de D. Carmem, num cesto de roupas sujas, o cadáver de um recém-nascido. Seu marido, imediatamente, comunicou o fato à polícia que momentos depois, na figura do Inspetor Magalhães, foi à sua residência. O inspetor "encontrou o cadáver do recém-nascido com um profundo golpe no pescoço, verificando-se que o golpe tinha sido produzido por um machado que próximo se achava.

História Nº 03

Emília Faustina, preta 18 anos, analfabeta, doméstica.

Aos sete anos, foi entregue por seu pai Arlindo, a uma "Casa de família" onde ficou mais ou menos durante quatro anos, apesar dos maltratos que recebia da dona da casa. Por este motivo, fugiu de lá com a roupa do corpo, indo empregar-se em casa de João Gamboa de Medeiros. Permaneceu nesta casa mais ou menos 6 anos, tendo sido deflorada por seu patrão. Saindo há uns oito meses de casa de Gamboa foi trabalhar na rua Padilha 18, "donde logo saiu por

não lhe pagarem os aluguéis, vindo então empregar-se na residência de Hermógenes França Fernandes onde há quatro meses." Segundo sua patroa, "há quatro meses a tomou para empregada do serviço doméstico e desconfiou que Emília se achava em estado de gravidez, estado esse que Emília sempre negava, dizendo ser moléstia, que suas desconfianças mais se acentuavam à proporção que o corpo de Emília engrossava e o seu ventre crescia; que hoje notando que o ventre de Emília tinha decrescido, chamou-a interrogou sobre tal circunstância, ao que Emília respondeu que sentia-se melhor de seus incomodos, pelo que o ventre tinha decrescido. No dia 2 de abril de 1904, Emília sentindo dores do parto, foi ao quintal à noite, e numa touceira de bananeiras deu a luz a uma criança do sexo masculino que enterrou viva. Neste mesmo dia, sua patroa perguntou-lhe porque seu ventre havia decrescido. Emília respondeu que melhorara de seus incomodos. Amanda França, patroa de Emília, indo ao quintal de sua residência, neste mesmo dia, percebeu que suas galinhas encontravam-se todas reunidas numa touceira de bananas. Observando melhor, viu com grande surpresa que aí se achava enterrado um feto, notando acharem-se descobertos parte da cabeça e do corpo. "Excessivamente incomodada e suspeitosa de que a criança fosse filha de Emília que ali a tivesse deixado, veio para o interior da casa e pediu ao marido Hermógenes que, embora doente, fizesse o sacrifício de se levantar e fosse com ela

ao local, verificar de visu sobre o que tinha presenciado e referido ao seu marido, que este fazendo grande esforço sobre si mesmo, devido ao seu grave estado de saúde, levantou-se e a acompanhou "confirmando o que esta lhe contara. Pelo marido se encontrar doente, a própria mulher dirigiu-se então à delegacia para dar queixa.

Para justificar seu ato Emília diz que assim o fez para ocultar sua desonra porquanto sempre negou a seus patrões sua gravidez, atribuindo o crescimento de seu ventre à molestia e também porque não tinha recursos e meios para vesti-la e cria-la. Disse porém estar arrependida e achar que perdeu a razão ao cometer o ato.

As autoridades dizem que Emília "confessou sua falta sem o menor constrangimento."

História Nº 04

Albina Idalina da Conceição, preta, 20 anos, solteira, analfabeta.

À 29 de junho de 1915, encontrando-se internada na enfermaria da Casa de Detenção, relata o seu drama.

Foi deflorada, há dois anos, pelo filho da dona da casa

onde se achava empregada (no Hotel de Baependi), de nome José Affonso Bortan. Para conseguir seus intentos o rapaz arrombou a porta do seu quarto. Quando Albina "leveu ao conhecimento de sua patroa, esta riu-se, achando graça no caso." Após o primeiro dia, José passou a utilizar-se dela sexualmente. Há oito meses, com o fechamento do hotel, Albina veio para o Rio e empregou-se como cozinheira na rua Ana Nery, 317. Albina declara que não sabia estar grávida ignorando que "os incomodos que sofria eram denunciadores deste estado". Como não tivesse tido relações com outro homem, atribuí a José a paternidade de seu filho. Na última quinta feira, "sentindo-se mal com abundante hemorragia teve a criança no quarto da latrina sem auxílio de pessoa alguma, escondendo o feto que afirma ter nascido morto, pois não chorou nem teve movimento algum, no seu baú na despensa da cozinha". (grifo nosso)

Outra criada Benedita surpreendeu-a neste estado e chamou sua patroa. Esta entendendo ser um aborto coloca-a na cama e chama um médico.

"Na noite de ante-ontem espalhou-se pela casa inteira forte mau cheiro que todos notavam". Compreendendo a causa do mau cheiro Albina retira o feto do baú e lança-o na latrina provocando o entupimento e posterior descoberta por todos. Diz não ter mostrado o feto a

onde se achava empregada (no Hotel de Baependi), de nome José Affonso Bortan. Para conseguir seus intentos o rapaz arrombou a porta do seu quarto. Quando Albina "levou ao conhecimento de sua patroa, esta riu-se, achando graça no caso." Após o primeiro dia, José passou a utilizar-se dela sexualmente. Há oito meses, com o fechamento do hotel, Albina veio para o Rio e empregou-se como cozinheira na rua Ana Nery, 317. Albina declara que não sabia estar grávida ignorando que "os incomodos que sofria eram denunciadores deste estado". Como não tivesse tido relações com outro homem, atribui a José a paternidade de seu filho. Na última quinta feira, "sentindo-se mal com abundante hemorragia teve a criança no quarto da latrina sem auxílio de pessoa alguma, escondendo o feto que afirma ter nascido morto, pois não chorou nem teve movimento algum, no seu baú na despensa da cozinha". (grifo nosso)

Outra criada Benedita surpreendeu-a neste estado e chamou sua patroa. Esta entendendo ser um aborto colocou-a na cama e chama um médico.

"Na noite de ante-ontem espalhou-se pela casa inteira forte mau cheiro que todos notavam". Compreendendo a causa do mau cheiro Albina retira o feto do baú e lança-o na latrina provocando o entupimento e posterior descoberta por todos. Diz não ter mostrado o feto a

sua patroa por "não ter se lembrado, não se preocupando com o filho porque, repete, tinha a certeza de que ele nascera morto.

História Nº 05

Helena Teixeira Pinto, parda, 17 anos, solteira, analfabeta, empregada doméstica.

Segundo Helena sua história teve início na rua Santíssima, cujo nº ignora em casa de Maria do Sol quando foi deflorada pelo filho desta, durante o último Carnaval ao se encontrar sozinha em casa. Ao contar para sua patroa porém, esta não acreditou pelo fato do filho estar casado e poucas vezes ir àquela casa. Helena com isso deixa o emprego indo para casa de sua mãe. Há quatro meses começou a trabalhar com Joaquina Batista da Silva, residente à rua Maria Freitas, 14. Ontem, "sentindo fortes dores foi diversas vezes ao barracão que existe nos fundos da casa e pelas duas horas teve uma criança, não reparando se viva ou morta, tendo o cuidado de ocultá-la em uma lata de querosene que tapou com um saco. "Diz que fez, isso porque estava muito assustada, não sabendo o que fazer. No mesmo dia, à tarde, foi para a casa de sua mãe e chegou a passar na Santa Casa de Misericórdia. Hoje, sua patroa procurando-a interrogou-a sobre a criança. Admitindo sua culpa disse porém, que

ignorava estar grávida e que ocultou a criança por vergonha.

Segundo declarações da patroa, Helena era boa empregada "cuidadosa" e pronta para os afazeres da casa" e que não suspeitou de sua gravidez porque era desembaraçada no serviço, subindo em lugares altos e abaixando-se para varrer embaixo dos móveis. Disse, também, saber que Helena estava noiva, comprometida para casar. Sobre o fato concreto contou que "ontem durante o dia, a referida empregada, por várias vezes, foi para o barracão que existe nos fundos da casa e perguntada a respeito, respondeu que ia ali por estar sofrendo cólicas; que, hoje pelas dez horas da manhã, sua mãe lhe comunicou que indo ao referido barracão, notou que por trás de umas tábuas, uma lata onde pousavam grande quantidade de moscas e que isso despertou sua atenção, pelo que, verificando o que continha, deparou com uma criança morta, que então suspeitou de sua empregada porque outra pessoa não poderia ser; que interrogou essa menor e não soube coisa alguma porque ela não quis confessar.

História Nº 06

Izolina Ribeiro D'Aguiar, parda, 19 anos, viúva, cozinheira.

"Esta declara que se empregara como criada e cozinheira da viúva Matilde Carbone, há cerca de três meses. Receosa de não ser aceita, por estar grávida de cinco meses e já estar acompanhada de um filho de dois anos e meio e viúva há dois anos, ocultou seu estado à família Carbone. No sábado, dia 19 de maio de 1900, saiu a viúva Carbone para o seu negócio acompanhada de uma filha casada, cerca de 10 horas da manhã, voltando às duas da tarde. Neste intervalo, sentiu Izolina fortes dores no ventre e foi para o porão da casa e aí aguentando as dores deu à luz a uma criança morta, que não viu ser homem ou mulher e então embrulhou a criança em uns panos e colocou em um canto do salão do porão da casa; quando chegando a sua patroa e sua filha Tila foram informadas por outra filha, Lina, ter dado uns panos para estancar a hemorragia de Izolina. Perguntada a razão, Izolina ocultou que tivesse tido um filho.

Izolina já havia enterrado a criança, no campo junto a casa, colocando lixo em cima para não ser visto. Afirma que fez isso por receio de ser despedida da casa e ter um filho pequeno de dois anos e não ter para onde ir, e mesmo porque não tinha dinheiro para enterrar seu filho no cemitério e julgava que isto não era crime.

"Apesar da afirmação de Izolina de que a criança nasceu morta, o exame de corpo delicto demonstrou que o feto havia respirado e que apresentava fraturas que não po-

diam ter sido produzidas por parto precipitado, mas
sim por grande violência sobre ela exercida."

Sua patroa corrobora? suas expectativas ao firmar "que
sabe que a denunciada assim procedeu, receando ser despe-
dida de sua casa onde não poderia ficar com dois filhos.

QUADRO ANALÍTICO DOS PROCESSOS

<u>COR</u>	<u>IDADE</u>	<u>EST.CIVIL</u>	<u>OCULPAÇÃO</u>	<u>ONDE SE DEU O PARTO</u>
preta	21	solteira	cozinheira	latrina da casa
parda	22	solteira	cozinheira	banheira e latrina
preta	18	solteira	doméstica	touceira de bana- neiras
preta	20	solteira	doméstica	quarto da latrina
parda	17	solteira	doméstica	barracão dos fundos
parda	19	viúva	cozinheira	porão da casa

CONTINUAÇÃO DO QUADRO

ACTO AO CORPO

colheu em roupas servidas
colheu num cesto de roupas sujas
colheu numa touceira de bananeiras
colheu na despensa da cozinha, depois latrina
colheu numa lata de querosene
colheu em panos no porão

CONSEQUÊNCIAS

Preso e condenada
Preso e condenada
preso e condenada
Solta por alvará
Preso e condenada
Preso e condenada

Como pode-se perceber pelo quadro anterior, além de parte de uma mesma camada étnica e social, estas mulheres parecem sofrer um mesmo processo que com origens semelhantes, finaliza-se, também, de forma igual. Todas ou quase todas são julgadas e condenadas. Algumas perdem anos de suas vidas na Casa de Detenção, outras morrem lá mesmo não saindo vivas da cadeia. Novamente, observando o quadro, percebemos que as mulheres não premeditaram o crime e teriam nove meses para fazê-lo. Se o tivessem feito poderiam ter se afastado até algum lugar ermo, nas primeiras dores, tido suas crianças e as enterrado lá mesmo, num buraco suficientemente fundo. Na medida em que todos, apesar de desconfiarem, aceitam suas negativas quanto à gravidez, teria sido um crime perfeito.

Da mesma forma que não o premeditaram, também não estão muito interessadas em ocultá-lo. Excetuando-se o caso em que a criança é enterrada no quintal - assim mesmo apressadamente, com partes ficando a descoberto; as demais são "deixadas" quase à mostra mesmo já estando mortas.

O fato de todas afirmarem que seus filhos nasceram mortos, pode representar uma tentativa ingênua de escapar ao castigo mas, também, reflete o desejo de que isto, realmente, tivesse ocorrido.

A admissão imediata da culpa, o relato dos pormenores, com aparente desenvoltura, trai um tal não envolvimento, em suas próprias vidas que se torna muito difícil, associar as personagens aos fatos.

È como se contassem a história de outrem.

Em resumo, pelo quadro acima pode-se perceber que as mães pertenciam ao grupo negro, mesma faixa etária, ocupavam-se nas mesmas profissões, semelhança de situação civil, realizavam sozinhas seus partos nas mesmas dependências da casa, ou seja no banheiro, próximo às latrinas e revelam a mesma precariedade na ocultação do cadáver de seus filhos. Invariavelmente todas mentem ao dizer que as crianças já nasciam mortas. E, embora não se perceba constrangimento, no relato de detalhes, por vezes contundentes, insistem num ponto único, as crianças não mais viviam. Com poucas exceções, após um exame de corpo delito, os assassinados são, comprovadamente, crianças que viveram algumas horas e foram mortas por suas mães. A intenção é clara, tanto que no único caso em que foi possível resgatar a criança, das roupas sujas onde se achava envolvida ainda com vida, e dar-lhe algum atendimento, mesmo médico, cuidando para que sobrevivesse, algumas horas mais tarde, foi morta por sua mãe.

À luz de algumas reflexões teóricas atuais, reflexões

estas que são, muitas vezes, realizadas por mulheres, grupos ou instituições que se colocaram, recentemente, frente à proposta de entender o mundo feminino com uma metodologia própria, tentaremos buscar neste atos uma resposta social a uma violência que, não obstante, se concretizar a nível individual, na verdade não pode ser encarada desta forma, caso a caso, mas sim dentro de um contexto próprio gerado por relações sociais existentes no início do século, no Brasil.

Enquanto percebia-se um movimento feminista entre as mulheres trabalhadoras no Norte da Inglaterra, já no século XIX, no Brasil, no final deste século, o movimento de mulheres reivindicava educação formal. As mulheres de classes econômicas mais abastadas, mulheres, digamos, da elite, debatiam-se entre a necessidade de se conseguir espaço nas escolas existentes, no estímulo para criação de escolas femininas e no repúdio a alguns preconceitos difundidos pela ideologia patriarcal, como por exemplo, contra as mulheres letradas e/ou intelectuais. Respondia-se aos ataques que se fazia à "Inteligência" feminina, tentando-se provar que o cuidado com as palavras e a mente não eram prejudiciais aos cuidados da casa e dos filhos. Quanto à questão da igualdade de direitos, no trabalho ou em casa, não eram aceitas pelas mulheres que tinham voz, como questões importantes, antes, pelo contrário, eram também por elas atacadas, como vemos num editorial de "A Men

sageira, periódico de mulheres surgido no final do século XIX: "Nem a mulher que vota, nem a mulher que mata..."; o que significa dizer que mesmo as mulheres não se consideravam seres humanos, mas criaturas à parte. O dever de servir ainda era, considerado como parte da condição feminina. (4)

A considerar os desenvolvimentos teóricos que cercam o patriarcado, poderíamos defini-lo "como conjunto de relações sociais da reprodução humana que se estruturam de modo tal que as relações entre os sexos são relações de dominação e subordinação. (5)

Se entendemos neste jogo de dominantes e dominados que a mulher é o elemento dominado, dir-se-ia segundo Judith Astelarra que a "mulher dominada implica ter perdido o controle sobre três aspectos essenciais de sua vida: sua sexualidade, sua capacidade reprodutiva e sua capacidade de trabalho". A autora esclarece mais adiante que "a perda do controle sobre sua capacidade reprodutiva significa que não tem controle real sobre seus filhos". (6)

Em relação às protagonistas das histórias analisadas vemos que: É bem verdade que não tinham total controle sobre sua sexualidade. Continuavam sendo usadas, sexualmente, pelos maridos e filhos de suas patroas, entretanto, o final da escravidão dera-lhe maior mobilidade. Ela pode, neste momento, mudar de casa, trabalhar em outro lugar. Se a

firmam terem deixado ou mesmo fugido de uma "casa de família" por terem sido maltratadas, ou por não lhe terem "dado seus aluguéis", não usam o mesmo recurso, na maioria das vezes, em que são defloradas e continuamente utilizadas, sexualmente, por seus patrões. Embora todo o defloramento seja irreversível, a continuidade da cópula sexual não aparece como motivo de troca de emprego. Mesmo quando ficam grávidas, tem-se a impressão que são mais comumente despedidas por seus engravidadores do que o contrário. O aborto e o assassinato de suas crianças, numa situação conjuntural em que seria extremamente, difícil mantê-las, parece-nos uma contracultura em cujo valor talvez não se crê?, mas, cuja eficácia sem dúvida aparece como única solução, se quisermos para frasear Julieta Kirkwood. (7)

Esta forma de controle, cujas consequências sempre poder-se-ia incluir a punição do agente, frequentemente, com a morte, nos casos de abortos, representava uma resposta. Uma resposta à uma sociedade que criara uma idéia de mulher e mãe à revelia de todas as mulheres, deixando à margem as mulheres negras e/ou pobres.

A não inclusão no processo imaginário do ideal de mulher e mãe da sociedade dominante, estas mulheres res-

pondiam com atos que se por um lado chocava a sociedade por sua violência, por outro se revelava como uma ação fora das normas de controle, fora dos novos valores significativos de mãe e mesmo de criança que começavam a ser criados pela sociedade através dos higienistas, dos meios de comunicação, das instituições, dos discursos dos juristas e pelo próprio Estado através destes. Paradoxalmente, uma ação que se encontrava fora de controle e, ao mesmo tempo, controlava, respondendo com a mesma violência que conviviam durante todas suas curtas vidas. Simultaneamente, representava uma resposta à perda do controle do corpo e da vida.

Quais as consequências, para uma dada sociedade, se considerarmos segundo Mitchel que "a capacidade biológica da mulher determina seus objetivos sociais e econômicos. A maternidade estabelece a família como uma necessidade histórica e esta se tem convertido num mundo da mulher" (7a), se existe uma fatia importante de mulheres que "destroem" as consequências biológicas de sua dominação?

Mulheres que já não se enquadram em nenhuma das definições construídas para elas, na medida em que, não têm família constituída, vivem — se bem que precariamente — do seu trabalho, controlam seu corpo evitando a extrema dependência que uma pequena criança traria, impossibilitando a continuidade da sua condição de empregada doméstica

tica, num universo que não seria com seus filhos e que sabia disso?

Segundo Shulamith Firestone em sua obra "Dialectic of Sex", "a opressão específica que experimentam as mulheres está relacionada de maneira direta com sua biologia particular. A função reprodutiva da mulher é intrinsecamente determinante para sua opressão e portanto, também a família biológica o é." Continuando Firestone afirma que "o desequilíbrio sexual do poder está fundamentado biologicamente." (8)

A pensar nos dados que apresentamos, concordamos com Zeillah Eisenstein quando critica Firestone por esta considerar a sexualidade como opressão principal, nos tempos modernos, em lugar de vê-la como realidade mais complexa.

Parece-nos que a mulher negra pobre, em finais do século XIX teve seu corpo tomado e usado e sua sexualidade ignorada e negada pela sociedade. Sim, porque, na medida em que, não podia ser considerada "HONESTA", não lhe pode ser atribuída nenhuma das características que a fariam conhecer e, o mais importante, reconhecer-se como MULHER e em consequência MÃE.

Desta forma, descaracterizada por esta sociedade, sem condições de vir a ascender à SANTIDADE com o advento

da maternidade, estas mulheres não são. Não existem.

Continuam o jogo iniciado pela sociedade branca dominante, colonial brasileira. O estranho jogo da atribuição da invisibilidade ao grupo negro.

Ora, se não existem, não existem crianças! Não nascem! (nascem mortas). Daí nem necessitam ser escondidos seus corpos. Para que esconder o que não é?

Só que, neste momento, a contradição de se negar o que está ao lado explode em violência e a mulher como punição é colocada à margem da sociedade. Desta vez, realmente, à margem. De direito. Com estratégia eficaz. E assim, passam a existir.

Resta a violência do ato que, afinal, também contraditoriamente destrói ao acabar com a parte do pai, a parte da mãe que se destruiu junto; numa não aceitação implícita de ser fantasma, fumaça...

NOTAS

- (1) R. Soilet (1987) Rio de Janeiro mim. pag.
- (2) Slater, Claire e Sally Murray, Desenvolvimento, Crise e Alternativas Perspectivas da Mulher do Terceiro Mundo, Trad. Ariza Valadão (resumo feito a partir do livro escrito por Gita Ven e Caren Grown para o projeto DAWN.
- (3) Estas histórias foram resumidas a partir dos Processos Criminais descritos na obra de Raquel Soilet cit. acima.
- (4) "A mensageira", Revista Literária dedicada à mulher brasileira, Edição fac-similar com comentários de Zuleica Alambert, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Secretaria de Cultura, 1987.
- (5) J. Astelarra (19) pag. 54
- (6) Idem, ibidem
- (7) J. Kirkwood (19) pag.
- (8) Z. Eisenstein (19) pag. 89.

CONCLUSÃO

A MULHER NEGRA DA RUA E AS RUAS DA CIDADE

Parece-nos ter levantado mais questões que fornecido soluções ao longo do trabalho.

As gravuras nos mostram o lugar primeiro da mulher negra: as ruas da cidade. E é onde gostaríamos de situá-las, nas ruas, num universo vislumbrado de liberdade onde se efetivava a resistência.

Quisemos mostrar com este trabalho duas idéias principais: a primeira baseia-se no fato de acreditarmos que luta se faz também no cotidiano, no dia a dia, com pequenos fatos.

Acreditamos que a "Abolição" - que ainda não foi totalmente completada - foi obra também dos negros, mas não só nas grandes rebeliões das fazendas ou nas organizações dos grandes quilombos. Pensar a abolição acontecia também nos pequenos dados em que verificamos a quebra de engrenagens que visavam a estruturação do trabalho e sua ideologia que se iniciava. Movimento este refletido na impossibilidade do controle sobre esta população que utilizava suas vivências com o trabalho alternativo, um pequeno comércio, para trocar experiências e socializações importante para a manutenção da resistência. Mesmo usando um ferro no pescoço - o que indi-

cava já ser um fugitivo. Ou por isso mesmo, ostentando extrema dignidade em usá-lo.

A segunda é a resistência que detectamos em vários momentos. Esta resistência parecia possuir inúmeras formas: da negação de ser de fato invisível - como queria o branco estando sempre presente. Na negação em se estruturar a nível familiar como queria o modelo branco de família.

Não acreditamos mais, como fizemos no passado, que o negro "viu-se refugiado ou repellido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica". (1) Não acreditamos mais em anomia inerente ao grupo negro, mesmo com a desculpa da escravatura como causadora. Consideramos esta forma de ver as dificuldades da grupo negro pós-"Abolição", no mesmo viés de análise contemporânea que considera uma família chefiada por mulheres, com filhos naturais e subempregada como desajustada, que não considera o racismo para analisar a dificuldade de integração do negro, enfim que utiliza parâmetros de análise inilaterais onde se percebe o padrão racial dominante branco.

Percebemos em vários momentos em que analisamos a condição de vida do grupo negro a negação se dando no exercício do oposto: o negro demonstrou durante todo o século passado e mesmo início deste, que desprezava modelos prontos de organização conjugal-parental doado pela cultura branca, ocidental cristã, moldando para si mesmo outro tipo de associação con-

jugal, mesmo sabendo que, ao fazer isso, estaria fora da qualificação dominante. A idéia de alguns estudiosos de que "a Abolição libertou o negro sem lhe assegurar as oportunidades sócio-ocupacionais indispensáveis à formação e a consolidação do grupo conjugal-parental" (2), significa para nós que ainda se pensa no negro como incapaz de agenciar sua própria existência, incapaz de se estruturar, seja a nível conjugal, seja a nível político.

Tal resistência poderia ser inferida quando se tentava identificar, numa mesma situação de trabalho, livres, libertos ou escravos que compartilhando vivências comuns, gerava situações de fato onde a alienação aparecia, tornando impossível o controle.

A resistência se dava no suicídio das mulheres negras grávidas, nos abortos praticados (ambos durante a escravidão), no assassinato de seus próprios filhos. Seriam tais mulheres desumanas, perguntaríamos à semelhança de um de nossos subtítulos? Desumana é esta sociedade, extremamente racista!

A mulher negra no século passado era culpada de tudo, mas seu crime maior era tornar-se visível. E isto acontecia de muitas formas como vimos: sendo bonita e escolhida (mesmo que assassinada depois); indo a teatros e propiciando escândalos; transformando-se em manchetes de jornais por ter matado seu filho que acabara de nascer. Embora de forma trágica conseguia-se burlar o propósito da sociedade.

Tentamos mostrar durante todo este relato, como a sociedade branca lutava consigo mesma por um desejo inalcançável: não ter, não conviver, não ver negros. E de como este desejo era contraditório, conflituoso. Por isso silenciou sobre o grupo após a "Abolição", condenando-os a uma incapacidade para o trabalho que resultou na imigração como fórmula salvadora. Condenando-os à marginalidade, ao vício, ao crime, à incapacidade de se organizar para acabar com suas dificuldades, ou para seguir os mais simples modelos sociais propostos pelos brancos. Tudo isto construído num imaginário racista que preferia "limpar a raça" através dos imigrantes europeus do que se misturar com "esses crioulos."

Quando a ideologia do branqueamento não funcionou e a destruição do grupo negro não poderia mais ser tida como certa; quando as crianças continuaram resistindo e sobrevivendo; quando a possibilidade do "tiro sair pela culatra" se revelou na medida em que o branqueamento poderia gerar no lugar do desaparecimento dos negros, um aumento dos mestiços, ou seja, não-brancos, a sociedade providenciou o alijamento do negro das instituições através da síndrome do isolamento, usando estratégias eficazes como a "democracia racial", o racismo em forma de perfume e o preconceito de se ter preconceito, ou seja a negação de se discutir o preconceito.

Em outras regiões do globo para onde o negro foi enviado com a diáspora, mesmo naqueles em que o racismo foi duro e blo-

queador, o grupo teve condições de aparelhar-se, algumas vezes criando "uma atitude, com elegância, que anunciou o estabelecimento de uma cultura independente dentro da própria cultura", através da música, da dança e o humor. (3) Provando que poderia existir cultura de elite, livre das noções européias de arte de elite. Aqui não, no imaginário o racista que criou e instituiu, a sociedade fazia nascer, com a Abolição, um novo negro: aleijado. É bem verdade que faria questão de divulgar que a responsável por tudo fora a escravidão. Mas o aleijão permaneceria visível até os nossos dias. Após a Abolição deixamos de ser negros, viramos pretos. E preto não é raça, preto é cor.

NOTAS

- (1) Ana M. Rodrigues, 1984:
- (2) Teófilo de Queiroz Jr., 1989, mime. pag.
- (3) Gerald Gold, The New York Times, 1989.

BIBLIOGRAFIA

- Astelarra, J. El Feminismo como Perspectiva Teórica Y como Prática Política (tomada de la 3ª Edicion decha por CIPAZ)

- Azevedo, Paulo Cesar de, (org) et ael: Escravos Brasileiros do Século XIX na fotografia de Cristiano Jr., São Paulo, Ex-Libris, 1988

- Barroso, Carmem e Costa, Albertina Oliveira (org.) - Mulher, Mulheres; São Paulo, Cortez / Fundação Carlos Chavas, 1983

- Borges Pereira, J. B. Cor, profissão e mobilidade, o negro e o rádio de São Paulo, Pioneira, São Paulo, 1967

- Bruschini, Maria Cristina A. e Fulvia Rosemberg, (org.) Vivência, História, Sexualidade e Imagens Femininas, São Paulo Brasiliense, 1980

- Carneiro, Edson. Latinos e crioulos: estudo sobre o negro no Brasil, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964

- Castoriadis, Cornelius. A Instituição imaginária da Sociedade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

- Chalhab, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque. São Paulo, Brasiliense, 1986
- Conrad, Robert. Os Últimos Anos de Escravatura no Brasil. 1850/1888, Trab. de Fernando de Castro Ferro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª edição, 1978
- Correa, Mariza. Os Crimes Passionais. São Paulo, Brasiliense, 1981
- Morte em Família; Representações Jurídicas de Papéis Sexuais. Rio de Janeiro, Graal, 1983
- Repensando a Família Patriarcal Brasileira; Notas para o Estado das Formas de Organização Familiar no Brasil. In: Colcha de Retalhos, São Paulo, Brasiliense, 1982
- Costa, Emília Viotti. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979
- Da Senzala à Colônia. São Paulo, Difel, 1966

- Costa, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar.
Rio de Janeiro, Graal, 1979
- Debret, Jean Baptiste. Uma viagem pitoresca e histórica
ao Brasil; trad. e notas de Sérgio Millit,
3ª ed. São Paulo
- Dias, Maria Odila Leite da Silva - Cotidiano e Poder em
São Paulo no século XIX
- Diversos. A Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada 1
e 2; São Paulo, Brasiliense 1979/81
- D. Renavet. A Vida Brasileira no Final do Século XIX,
Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Edmundo, Luiz. O Rio de Janeiro do Meu Tempo, Rio de Ja-
neiro, Conquista, 1957, 2ª ed. 1ª vol.
- Eisentein, Z: Hacia el desarrollo de una teoria del Pa-
triarcado Capitalista y el Feminismo So-
cialista: in The Insurgent Sociologist,
7, nº 3, 1977
- Engel, Magali G. - Meretrizes e Doutores: Saber Médico
e a Prostituição na Cidade do Rio de Ja-
neiro (1845-1890), Dissertação de Mestra-
do, U.F.F., 1985

- Ewbank, Thomas. A Vida no Brasil, Trad. de Jamil Alman-
sur Haddad, Belo Horizonte, Itatiaia, São
Paulo, Ed. da USP, 1976

- Fausto, Boris. Crime e Cotidiano. A Criminalidade em
São Paulo (1880-1924). São Paulo, Brasi-
liense, 1984.

- Fernandes, Florestan. A Integração do Negro na Socieda-
de de Classes. 3ª ed., São Paulo, Ática,
1978

- Foucault, Michel, (coord.) - Eu, Pierre Riviere, Que De-
golei Minha Mãe, Minha Irmã e Meu Irmão;
... Um Caso de Parricídio do Século XIX,
Rio de Janeiro, Graal, 1977

- História da Sexualidade; A vontade de
Saber. 5ª ed., Rio de Janeiro, Graal,
1984, vol.1

- Vigiar e Punir; Nascimento da Prisão.
3ª ed., Petrópolis, Vozes, Microfísica do
Poder, Rio de Janeiro, Edições Graal, 4ª
ed., 1984

- Freyre, Gilberto - Casa Grande e Senzala; Formação da Fa-
mília Brasileira sob o Regime da Economia
Patriarcal, 18ª ed., Rio de Janeiro, José
Olympio, 1977

- Gebara, Ademir. O Mercado de Trabalho Livre no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1986

- Goulart, J. A. Da Palmatória ao Patíbulo (Castigos dos Escravos no Brasil), Rio de Janeiro, Edições de Conquista, 1971
Da Fulga ao Suicídio (Aspectos da Rebel-
dia Escrava no Brasil), Rio de Janeiro,
Edições de Conquista, 1972

- H. G. Gutman, The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925, New York, Vintage Books, 1987

- Ianni, Octavio. Escravidão e Racismo, São Paulo, Hucitec, 1978

- Kirkwood, J. El Feminismo como negacion del autoritaris-
mo, Material de discusión, Programa Flac-
so - Santiago de Chile, nº 52, Diciembre,
1983

- Kowarick, Lucio: Escravidão, Párias e Protetários, Tese de
livre docência, Deptº de Ciências Soci-
ais, FFLCH-USP, 1981

- Macedo, Carmem Cinira - A Reprodução da Desigualdade, São
Paulo, Hucitec, 1979

- Machado, R. et. alii. Danação da Norma; Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil, Rio de Janeiro, Graal, 1978

- Muraro, Rose Marie. Sexualidade da Mulher Brasileira; Corpo e Classe Social no Brasil. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1983

- Nogueira, Oracy. Família e Comunidade; Um estudo sociológico de Itapetinga, Rio de Janeiro, MEC, 1962

- Oliveira, Rosis Darcy e Mariska Ribeiro e Miguel Paiva - Mulher, Sexo no Feminino, São Paulo, Brasiliense

- Pinheiro, Paulo Sérgio, Org. - Crime, Violência e Poder, São Paulo, Brasiliense, 1983

- Prado Junior, Caio - Evolução Política do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1975

- Queiroz Jr., Teófilo. Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasiliense, São Paulo, Ática, 1975

- Reis, J. J. - Rebelião Escrava no Brasil, a história do levante dos malês - (1835), 2ª edição, São Paulo, 1987

- Rodrigues, Ana Maria. Samba Negro, Espoliação Branca, São Paulo, Hucitec, 1984

- Rago, Margareth - Do Cabaré ao Lar; A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985

- Rosaldo, Michele Z. e Louise Lamphere, coord. A Mulher, A Cultura, A Sociedade, Trad. de Cila Ankin e Rachel Govestein, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

- Saffioti, Heleith I. B. - A Mulher na Sociedade de Classes - mito e realidade, São Paulo, Quatro Artes, 1969

- Skidmore, T. E. Preto no Branco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

- Soichet, Raquel - Vivências e Formas de Violência: Mulher de Classe Subalterna no Rio de Janeiro (1880-1920). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, U.S.P. São Paulo, vol. 2 1986

- Thompson, Edward P. - A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 3

- Trarish, Dean. O Amor na África Negra. Lisboa, Platano
· Edit. 1973

FONTES MANUSCRITAS

Processos Criminais de Infanticídio de 1890 à 1915

I Tribunal do Júri

Correspondência entre as autoridades

Arquivo Nacional

Cód. 323 - Ofícios da Polícia aos Ministros de Estado, Juizes do Crime, no período de 1809 à 1842, num total de 16 volumes.

Cód. 325 - Registro de Ofícios de Polícia para Várias Autoridades e Províncias de 1808 à 1834

Cód. 327 - Registro de Ofícios de Polícia ao Comandante Real e depois Imperial Guarda de Polícia - 1815 à 1831

Cód. 329 - Registro de Ordens e Ofícios Expedidos da Polícia aos Ministros Criminais dos Bairros e Comarcas da Côrte e Ministros Eclesiásticos. 1811 à 1837

Cód. 330 - Registro das Ordens e Ofícios expedidos pela polícia ao Juiz do Crime dos Bairros de S. José, Santa Rita, da Fé, Candelária e outros - 1819 à 1833

Cód. 331 - Correspondência da Polícia com Juizes de Paz de vários localidades, 1831 à 1846

Cód. 400 - Óbitos de africanos remetidos pela Polícia 1834 à
1840

Cód. 401 - Devassa da Polícia sobre vários delitos 1809 à
1815

Cód. 406 - Relação de Indivíduos pronunciados na Polícia
sem data (índice alfabético no volume)

Cód. 411 - Termo de Fiança, Ajuste, Obrigação, etc, feitos
na Polícia. 1822 à 1834

Cód. 217 - Junta do Comércio, Registro de Provisões em Matrí
culas de Fábricas. 3 volumes - 1811 à 1850

OBRAS DE VIAJANTES

(BIBLIOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA)

CHAMBERLAIN, Tte. Rio de Janeiro em 1819/20, Rio de Janeiro,
1943.

DEBRET, J. B. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, São
Paulo, 1940.

EWBANK, Thomas. A Vida no Brasil, Trad. de Jamil Almansur
Haddad, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Ed. da USP,
1976.

RUGENDAS, João Maurício. Viagem Pitoresca através do Brasil.
São Paulo.